



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Agro-negócio

Dissertação

**“O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável:  
Circuitos curtos agro-alimentares no Brasil e em Portugal”**

Rafaela Godoy Rössler

Orientador(es) | Maria Raquel Lucas

Évora 2020

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Agro-negócio

Dissertação

**“O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável:  
Circuitos curtos agro-alimentares no Brasil e em Portugal”**

Rafaela Godoy Rössler

Orientador(es) | Maria Raquel Lucas

Évora 2020

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Carlos Alberto Marques (Universidade de Évora)

Vogais | Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora) (Orientador)  
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora) (Arguente)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pela minha vida, saúde e lucidez. À minha estimada família, Mônica, Paulo e Rodolfo, pelo amor e suporte incondicionais. À minha amiga de longa data, Margarida Narquel, por todos os anos de amizade e acolhimento em Portugal. À querida professora Maria Raquel Lucas, pelo ânimo em me apoiar nesta longa jornada. Ao professor Paulo Resende da Silva, pela recepção na Universidade de Évora. Aos meus colegas de mestrado, Antonino Kamutali, Lucas Rodrigues e Tanucha Aguiar por tornarem esta experiência acadêmica ainda mais agradável.

Finalmente, à todos aqueles que caminham comigo por entre os caminhos divertidos desta vida.

## EPÍGRAFE

*“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”*

**- João Guimarães Rosa, em ‘Grande Sertão: Veredas’**

## RESUMO

Há atualmente muitos desafios globais e tendências que podem influenciar a alimentação e a agricultura nas próximas décadas. A insegurança alimentar ainda se faz proeminente em um cenário que progrediu quanto à produtividade agrícola, mas regrediu quanto à viabilidade do acesso aos alimentos. Paralelamente, o crescimento demográfico robusto, a alteração dos padrões de consumo e a consequente pressão sobre os recursos naturais passaram a oprimir a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Nesse sentido, o circuito curto agro-alimentar aparece como uma proposta para revitalizar relações socioeconômicas ora apartadas pela modernidade, coadjuvando na ressignificação dos valores territoriais. A sua atuação se mostrou representativa na dinamização da economia local, para além de fomentar o consumo ético de alimentos e minimizar os impactos ambientais. Ademais, alguns agentes observados e entrevistados em regiões brasileiras e portuguesas revelaram possuir diversos comportamentos ambientalistas e indicaram compreender a importância deste circuito em uma conjuntura global e de longo prazo.

**Palavras-chave:** sistema alimentar; circuito curto agro-alimentar; segurança alimentar; sustentabilidade; Brasil; Portugal.

## ABSTRACT

There are many global challenges and trends that influence food and agriculture along the next decades. Food insecurity is still prominent in a scenario that developed the farming productivity but shrank the population's access to said production. Moreover, the solid demographic growth, the alteration in consumption patterns and the consequent pressure over natural resources are risking the food chain sustainability. Therefore, the short agri-food supply chain rises as a proposition to revitalize socio economic bonds - once separated by the contemporaneity - co-acting in reframing territorial values. The usage of the short agricultural circuit is representative when fostering the local economy and the ethical consumption of food and also reducing the environmental impacts. Furthermore, some observed and interviewed agents - in Brazilian and Portuguese areas - have revealed to have several positive environmental behaviours and showed a comprehension of the circuit's importance in the long term and in a global sphere.

**Key-words:** food system; short agri-food supply chain; food security; sustainability; Brazil; Portugal.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADREPES** – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
- AMAP** – *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne*
- CCA** – Circuito Curto Agro-alimentar
- COM** – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu
- CONSEA** – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CSA** – Comunidade que Sustenta a Agricultura
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAO** – *Food and Agriculture Organization*
- GEE** – Gases do Efeito Estufa
- GEVPAL** – Grupo de Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IC** – Iniciativa Comunitária
- IICA** – *Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture*
- LEADER** – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
- MAMAOT** – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC** – Política Agrícola Comum
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRODER** – Programa de Desenvolvimento Rural
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROVE** – Promover e Vender
- UE** – União Europeia
- UN** – *United Nations*
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- WEF** – *World Economic Fórum*

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Enquadramento do Tema.....	7
1.2 Relevância do Tema.....	8
1.3 Delimitações do Estudo.....	9
1.4 Problema e Objetivos de Investigação .....	9
1.5 Metodologia .....	10
1.6 Organização Estrutural .....	11
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>12</b>
2.1 Os Sistemas Alimentares .....	12
2.1.1 As novas práticas agrícolas.....	13
2.1.2 O contratempo da fome e a segurança alimentar .....	16
2.1.3 Ambiente e desenvolvimento sustentável .....	18
2.2 O Circuito Curto Agro-alimentar .....	22
2.2.1 Benefícios e limitações .....	25
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
3.1 O Sistema Agro-alimentar Brasileiro .....	28
3.1.1 Perspetivas recentes .....	32
3.1.2 Circuito curto agro-alimentar.....	33
3.2 O Sistema Agro-alimentar Português.....	35
3.2.1 Perspetivas recentes .....	42
3.2.2 Circuito curto agro-alimentar.....	43
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
4.1 Problema e Objetivos .....	45
4.2 Delineamento .....	45
4.3 Participantes.....	46
4.4 Procedimentos .....	47
4.5 Instrumentos .....	47
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>49</b>
5.1 Apresentação dos Resultados .....	49
5.1.1 Fase de observação: Brasil .....	49
5.1.2 Fase de entrevista: Portugal e Brasil .....	54
5.1.3 O retrato dos produtores .....	56
5.1.4 A perspetiva dos produtores.....	58
5.2 Discussão dos Resultados.....	61
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
6.1 Aspetos Gerais.....	65
6.2 Principais Conclusões .....	66
6.3 Limitações do Estudo .....	69
6.4 Sugestões de Pesquisa Futura .....	70
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>85</b>
Anexo 1 – Grade de Observação .....	85
Anexo 2 – Guião da Entrevista .....	86
Anexo 3 – Fotos das Visitas .....	94

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – <i>Impactos da cadeia alimentar e distribuição de diferentes gases</i> .....	19
<b>Figura 2</b> – <i>Definição de um circuito curto</i> .....	23
<b>Figura 3</b> – <i>Contributos para a taxa de crescimento da produtividade</i> .....	37
<b>Figura 4</b> – <i>Grade de observação “Meu Quintal Orgânicos”</i> .....	53
<b>Figura 5</b> – <i>Grade de observação “Espaço Copaíba”</i> .....	53
<b>Figura 6</b> – <i>Grade de observação “Nossa Horta Orgânica”</i> .....	54
<b>Figura 7</b> – <i>Grelha de Resultados de Portugal</i> .....	55
<b>Figura 8</b> – <i>Grelha de Resultados do Brasil</i> .....	56
<b>Figura 9</b> – <i>Testemunho de uma produtora PROVE</i> .....	57
<b>Figura 10</b> – <i>Escala de importância dos CCA para o futuro</i> .....	59
<b>Figura 11</b> – <i>Perceção dos produtores sobre o formato ideal do futuro</i> .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo é dedicado ao enquadramento do tema selecionado para a elaboração da dissertação, incluindo a sua respetiva relevância diante de uma perspectiva mundial, algumas delimitações do estudo, os objetivos propostos para este trabalho e, também, uma breve súmula da metodologia. Ao final, encontra-se exposta a organização estrutural de todo o documento.

### 1.1 Enquadramento do Tema

Entre os grandes desafios que o mundo enfrentará nas próximas décadas, garantir a segurança alimentar de uma população em constante crescimento e de caráter progressivamente urbano é considerado uma temática de destaque, pois os índices de desnutrição crónica, obesidade e desperdício verificados nos tempos atuais são alarmantes e continuam a se acentuar progressivamente. Jennings, Cottee, Curtis e Miller (2015) estudaram que, ao longo do tempo, os sistemas alimentares fizeram-se cada vez mais consolidados e globalizados, simultaneamente ao fenómeno de migração das pessoas do campo para a cidade. Entretanto, é sabido que os sistemas alimentares globais os quais, em sua grande maioria se consolidam através de práticas convencionais, se observados em uma atuação independente, não são capazes de garantir a sua própria eficiência e também a sustentabilidade de suas operações.

É um tanto paradoxal, de acordo com Ilbery e Maye (2005) e Ploeg (2010), que, atualmente, o abastecimento alimentar está a ser dificultado por sistemas convencionais altamente globalizados e controlados por algumas grandes e poderosas corporações que monopolizam a maior parte dos processos de produção para o consumo. No entanto, apesar disso, verificou-se grande fragilidade e ineficiência destas em face de um cenário de longo prazo quando se deve, por exemplo, entre outros fatores, em suprir o crescimento futuro na demanda por alimentos de qualidade ou quanto à volatilidade e sensibilidade dos preços em eventos de choque que prejudicam, principalmente, as famílias de classes menos favorecidas.

Para além das questões de ineficiência listadas anteriormente sabe-se que, de acordo com Jennings *et al.* (2015), os ativos e fluxos ambientais dos quais estes sistemas dependem para o seu funcionamento estão a ser degradados, principalmente pela maneira como o alimento é produzido na atualidade e, minando, de modo consequente, a capacidade futura de produção. Neste sentido, movimentos em direção contrária ao cenário exposto estão a ser desencadeados em diferentes níveis de operação em busca de um único denominador comum: a sustentabilidade na agricultura e nas suas interações. Por sua vez, sustentável, de acordo com dizeres de Primavesi (2001), significa

que não destrói solos, água e ar e, garante, em conjunto, que as próximas gerações consigam produzir seus alimentos com qualidade e em quantidade suficiente para não passarem fome.

Portanto, entre os projetos que buscam um viés mais sustentável aos sistemas alimentares, foi selecionado como referência deste estudo o modelo do Circuito Curto Agro-alimentar (CCA), que se constitui por definição do GEVPAL (2012: 4) como “*um modo de comercialização que se efetua por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário, associando-se uma proximidade geográfica e relacional entre os produtores e consumidores*”, com intuito de compreender a sua verdadeira relevância dentro de um cenário global que clama por mudanças na conjuntura alimentar, inclusive entendendo-a sob a ótica de produtores rurais participantes deste circuito em regiões do Brasil e de Portugal.

## **1.2 Relevância do Tema**

A humanidade não duplica mais a cada 200 anos, como no século XVII, mas sim a cada pelo menos 12 anos (Primavesi, 2001) e, ainda, pela primeira vez na história, a maioria das pessoas consomem mais alimentos sem envolvimento direto com a produção ou com seus produtores do que anteriormente, ao mesmo tempo em que a interação de espaços urbanos e rurais, povos e meio ambiente é mais vital do que nunca (Jennings *et al.*, 2015).

De um lado, portanto, há um crescimento exponencial esperado para a população mundial que poderá resultar em uma maior demanda por alimentos em longo prazo e, de outro, há um comportamento predominantemente urbano no consumo, que configura-se como complexo, exigente e distante da realidade das zonas rurais. Concomitantemente com estes fenômenos, Soglio e Kubo (2016) expuseram a pressão que a globalização dos sistemas alimentares exerce no meio ambiente, trazendo consigo um quadro de desenvolvimento insustentável e socialmente excludente, transportando consequências severas à segurança alimentar e nutricional.

Em vista disto, Jennings *et al.* (2015) entenderam que a urbanização molda cada vez mais os desafios futuros que englobam a segurança alimentar, do mesmo modo em que os sistemas alimentares afetam a dinâmica rural-urbana, sugerindo que o desafio da segurança alimentar não se trata de uma questão global única, mas de uma complexa rede de sistemas alimentares que realizam interações ambientais, sociais e económicas entre si. Assim, embora o desafio de garantir a segurança e a sustentabilidade alimentar opere em um contexto global, está fundamentalmente vinculado a locais específicos, em termos de causas, impactos e capacidade da população local em efetuar mudanças.

### **1.3 Delimitações do Estudo**

Um sistema alimentar abrange todos os elementos que se relacionam com processos que incluem agricultura, pecuária, produção, processamento, distribuição, abastecimento, comercialização, preparação e consumo de alimentos e bebidas (Sobal, Khan & Bisogi, 1998) os quais, em conjunto, proporcionam impactos no estado nutricional e de saúde das populações, assim como também efeitos socioeconómicos e ambientais. Em outras palavras, segundo Ericksen (2007), os sistemas alimentares compreendem várias atividades, sujeitos e processos que refletem diretamente na segurança alimentar e nutricional e, também, em uma perspectiva mais ampla, nas características ambientais e nas estruturas de desenvolvimento económico e de bem-estar social das nações.

Por assim dizer, o desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável é uma problemática complexa que demanda a análise de diversos aspetos e atividades que compõem os sistemas alimentares. No entanto, este estudo objetiva adquirir uma compreensão no âmbito de atuação das cadeias de abastecimento alimentar ou, mais precisamente, do Circuito Curto Agro-alimentar (CCA), que se encontra delimitado no processo de escoamento – comercialização - dos produtos para o consumidor final, apesar de alguns outros aspetos serem laconicamente abrangidos devido aos efeitos que provocam no contexto geral desta investigação.

Finalmente, estuda-se o CCA como uma das possíveis vertentes necessárias para a promoção de mudanças sustentáveis nos sistemas alimentares e que, portanto, possivelmente poderá contribuir com a mudança do rumo alimentar mundial através de um ativismo sustentável entre as comunidades, sendo capaz de gerar reflexos globais. Além do mais, os produtores atuantes neste modo de comercialização foram entrevistados a partir da condição pré-estabelecida de que estão integrados a uma comunidade global que caminha em direção à sustentabilidade através de convicções semelhantes, ainda que eles estejam inseridos em contextos locais que apresentem quaisquer disparidades físicas, culturais, políticas ou históricas.

### **1.4 Problema e Objetivos de Investigação**

Havendo necessidade de uma mudança do rumo alimentar mundial através de um ativismo sustentável entre as comunidades, capaz de gerar reflexos a nível mundial, o problema subjacente ao presente estudo trata-se em perceber como os CCA podem ser uma das possíveis vertentes necessárias para a promoção dessas mudanças sustentáveis nos sistemas alimentares. Deste modo, o objetivo principal deste estudo se faz em entender o Circuito Curto Agro-alimentar (CCA) como uma forma sustentável de responder ao desafio de alimentar o mundo, tendo Brasil e Portugal como países definidos para o objeto de estudo.

Concorrem para este objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

- Proceder a uma ampla revisão da literatura sobre os sistemas alimentares e sobre o CCA;
- Caracterizar os sistemas agro-alimentares e os CCA do Brasil e de Portugal;
- Compreender os comportamentos ambientais de alguns produtores-líderes que se inserem nas dinâmicas do comércio de proximidade;
- Entender características de iniciativas portuguesas e brasileiras, bem como as percepções dos produtores sobre o papel do CCA ao abrigo do desafio da alimentação sustentável;
- Discutir a forma como os CCA conseguem responder ao desafio de alimentar o mundo para a manutenção e supervivência da vida humana na Terra.

### **1.5 Metodologia**

De maneira a alcançar os objetivos formulados, seguiu-se uma metodologia qualitativa quanto à abordagem e a uma pesquisa básica com resultados aplicados, de natureza exploratória e descritiva quanto aos objetivos e documental, bibliográfica e de campo quanto ao delineamento, que permitiu gerar conhecimentos e entender o fenómeno em causa.

As fontes de informação obtidas e tratadas foram de origens secundárias e primárias. As primeiras incluíram uma ampla e atualizada revisão bibliográfica e documental, com análise de artigos científicos, estudos, livros, relatórios, teses de mestrado e doutoramento, documentos oficiais e estatísticas que permitiram não só rever a literatura de referência sobre os sistemas alimentares e sobre os CCA como também caracterizar os sistemas agro-alimentares nos dois países. A segunda englobou a aplicação de técnicas de observação e de entrevistas estruturadas para identificar aspetos comportamentais e também compreender a perspetiva de alguns dos protagonistas dos CCA existentes no Brasil e em Portugal sobre o seu papel enquanto impulsionadores de circuitos alimentares mais sustentáveis que podem fazer face aos desafios alimentares globais.

## 1.6 Organização Estrutural

A dissertação encontra-se estruturada em 06 (seis) capítulos ou fragmentos, considerando que o primeiro, a “Introdução”, trata da apresentação que está em vigor a respeito dos aspetos fundamentais que compõem o estudo, que englobam desde o enquadramento do tema até à organização estrutural do trabalho.

O 2º (segundo) fragmento, a “Revisão de Literatura”, procurou compreender e caracterizar os aspetos de formação dos sistemas alimentares e, por conseguinte, dos circuitos curtos agro-alimentares em uma perspetiva histórica.

O 3º (terceiro) fragmento, a “Contextualização”, realizou a inserção do tema para além de um contexto global, ou seja, dentro da conjuntura dos respetivos países seleccionados, revelando suas dinâmicas e circunstâncias particulares.

O 4º (quarto) fragmento, a “Metodologia”, apresentou os procedimentos seguidos para a realização da pesquisa, incluindo, por exemplo, os instrumentos utilizados na recolha de dados, os tipos de informação obtidos e os métodos de análise e tratamento de dados.

O 5º (quinto) fragmento, a “Análise dos Dados e Resultados”, exibiu a apresentação dos dados coletados no Brasil e em Portugal, demonstrando os resultados auferidos na etapa de observação e na etapa de entrevista com os produtores rurais, os quais, entretanto, estiveram a todo tempo apoiados em levantamentos bibliográficos e documentais.

Finalmente, o 6º (sexto) fragmento, especificado como “Considerações Finais”, demonstra as conclusões obtidas pelo estudo, através da sintetização dos elementos relevantes do trabalho e do encerramento do objetivo proposto para o tema, inclusive apresentando algumas limitações do estudo e recomendações de pesquisas porvindouras.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo é dedicado à apresentação do estudo bibliográfico retrospectivo dos sistemas alimentares e à incorporação do estado da arte, ou seja, dos circuitos curtos agro-alimentares, objetivando o respaldo do tema escolhido para a futura apresentação dos dados e resultados no 5º (quinto) fragmento deste trabalho.

### 2.1 Os Sistemas Alimentares

O alvorecer da civilização foi responsável por trazer consigo os sistemas alimentares, quando a agricultura preparou terrenos para assentamentos permanentes e os habitantes puderam cultivar e criar mais do que era necessário para a própria sobrevivência. Assim, o *Sapiens*, a única espécie humana remanescente, passou a decidir onde plantar e onde deixar que as ovelhas pastassem, suscitando a manipulação da vida das plantas e dos animais e, também, promovendo a domesticação de alimentos que outrora eram considerados selvagens, assim como a batata, o trigo, a cevada e outros (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

Essa nova forma de viver, referenciada como Revolução Agrícola, trouxe abundância para a espécie em um primeiro momento, mas não necessariamente a tornou mais feliz, uma vez que para plantar era necessário ter sua própria terra, marcando o início da “propriedade privada” e gerando disputas e violência entre seus iguais, além de uma carga excessiva de trabalho. Por outro lado, apesar de ter possibilitado a multiplicação exponencial da espécie, o *Sapiens* se viu compelido a trabalhar e produzir cada vez mais, pois o surgimento das cidades-estados exigia uma governança complexa para o fornecimento de alimentos em quantidade e qualidade (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

Algumas décadas depois, os sistemas alimentares globais passaram a organizar-se em grande escala na Idade do Ferro e no Império Romano através de sistemas rodoviários e rotas de navegação que se tornaram responsáveis pelas redes de comércio de alimentos como grãos, nozes, óleos, frutas e vinhos. Com a expansão do dinheiro e da contabilidade, pesos e medidas foram estabelecidos e, já na Idade Média, as classes sociais e notas bancárias surgiram em conjunto com o aparecimento das classes abastadas e as preferências sofisticadas de alimentação, as quais influenciavam diretamente o comércio da época. Os momentos seguintes são representados pela Idade Moderna, caracterizada pelo início da globalização, exploração e colonização do Continente Americano e, pela Idade Contemporânea, que se distinguiu pelo desenvolvimento e consolidação do capitalismo no ocidente, sendo a ciência e a tecnologia grandes impulsionadores, alterando a maneira como o alimento era cultivado, processado, preservado e transportado (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

Durante a Revolução Industrial, período de mudanças entre os séculos XVIII e XIX, houve a transição do trabalho manual para máquinas, fenómeno que gerou novos aumentos da produtividade agrícola e concebeu também o conceito de crescimento por renda per capita, além de mais avanços no transporte de alimentos e nos métodos de armazenagem. Foi também nesta altura que a grande escala produtiva passou a intervir diretamente na redução do custo unitário dos produtos e na maior especialização nos sistemas alimentares. Posteriormente, já no século XX, houve a intensificação da produção agrícola de plantio, colheita, criação seletiva de animais e plantas, e mais atenção à nutrição animal e aos custos de insumos alimentares (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

Ainda durante o século XX, a colonização e a guerra suscitaram a propriedade distribuída de sistemas alimentares e a necessidade de acordos globais, despertados pela escassez de alimentos, crises económicas e doenças. Para mais, o crescimento populacional dos países industrializados desencadeado pelo colonialismo capturou oportunidades de mercado para exportações e forneceu fontes de importação, enquanto as economias contavam com o apoio político para o aumento do fornecimento e redução de custos, sendo a autossuficiência alimentar uma grande motivação para os países que se encontravam em escassez (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

Consubstanciando, desde os tempos mais remotos se viu a notória importância da comercialização internacional de alimentos na economia dos países e no padrão de consumo da população, além da ascendência da especialização e da divisão do trabalho possibilitadas pela liberdade de comércio, que objetivavam ganhos em produtividade a custos cada vez menores (Smith, 1979). Portanto, a produção de alimentos se formou e se estendeu nas regiões mais longínquas com a pretensão de satisfazer os mercados mundiais, sempre ávidos por alimentos de baixo custo e a presença dos grandes produtores e comerciantes se alastrou ao longo do século XX e XXI, quando as dificuldades técnicas e logísticas deixaram de ser consideradas como impedimentos para a ampliação de um padrão mundial de produção e consumo de alimentos (Harari, 2014; Hueston & McLeod, 2012).

### ***2.1.1 As novas práticas agrícolas***

As transformações que ocorreram na agricultura durante o século XX e que também marcaram o início do século XXI foram essencialmente determinadas pela Revolução Verde, um movimento que se estabeleceu durante um complexo contexto geopolítico mundial repleto de conflitos económicos, sociais e ideológicos. Naquela época, o mundo se encontrava dividido em dois blocos soberanos liderados por potências mundiais: de um lado capitalista (EUA) e de outro comunista (URSS). Havia um processo de formação de uma nova ordem mundial sobre as ruínas deixadas pela guerra, delimitando esferas de influência em um jogo geopolítico, simbólico e cultural (Arbex Jr., 2002).

Os líderes dos blocos disputavam entre si a fim de verificar quem apresentava o maior arsenal nuclear em um período que ficou conhecido como “Guerra Fria”, já que os enfrentamentos não despertavam guerras diretas, mas fomentavam a geração e o desenvolvimento de exércitos desconhecidos, além de tecnologia militar e de arsenais nucleares capazes de destruir a vida humana na Terra, estimulados por anseios de garantir áreas de influência, intimidar o inimigo e esmorecer possíveis ataques (Arbex Jr., 2002). Assim, a guerra se disseminou de diferentes maneiras na sociedade formando campos de batalha através de corridas tecnológicas; de políticas e negócios internacionais; de produção agrícola; entre outros. Em todas as áreas os blocos se enfrentavam de maneira a provar que o seu modo de governança era o mais adequado para o mundo, utilizando de suas ferramentas para manter a segurança em suas áreas de influência (Alves, 2013).

No entanto, o grande prestígio dos EUA no mundo, em conjunto com a conseqüente transformação de praticamente todas as áreas do campo de batalha, promoveu revoluções em nome do desenvolvimento e do progresso socioeconômico que, ao contrário de fazer prisioneiros, pretendia-se liberar centenas de bilhões de pessoas das garras da desnutrição e do subdesenvolvimento, para além de restituir a dignidade humana (Henriques, 2009). Sobretudo, era a Revolução Tecnológica que viria a ser denominada Revolução Verde - um movimento de grande concentração fundiária; intensa mecanização da agricultura; e emprego de sementes geneticamente modificadas e insumos industriais (Lorenzi & Kinupp, 2015).

As fundações filantrópicas americanas eram as principais responsáveis por oferecer a tecnologia agrícola da Revolução Verde aos países de Terceiro Mundo, em troca de empenho e alinhamento com as causas do bloco capitalista incluindo, do mesmo modo, auxílio no “combate ao comunismo” dentro de suas fronteiras (Alves, 2013). Assim, o bloco capitalista foi ganhando espaço e notoriedade através das alianças conquistadas com os mais diferentes governos dos “povos livres” e “anticomunistas”, oferecendo para além do pacote tecnológico da Revolução Verde, assistências de âmbito político, econômico e militar (Arbex Jr., 2002).

Deste modo, qualquer problema social, cultural ou econômico que colocasse em risco o sistema capitalista mundial, este era tratado como assunto de segurança nacional americana e o governo não hesitava em intervir caso houvesse necessidade (Alves, 2013). Portanto, sabe-se que para além de a Revolução Verde possuir objetivos nobres como a proposta de erradicação da fome no mundo através do aumento da produção de alimentos, eram também objetivos estratégicos, uma vez que o seu surgimento se deu em contraposição à Revolução Vermelha, na qual estava à essência do comunismo em todas as suas esferas.

A principal prerrogativa utilizada para o surgimento e consolidação da Revolução Verde no cenário conflituoso de pós-guerra se tratou, portanto, do problema da fome mundial, esta que saltou aos olhos da sociedade internacional, pois havia um temor de que ela pudesse se tornar um elemento decisivo nas tensões sociais existentes (Rosa, 1998). Embora a fome exista desde os tempos bíblicos, o tema só passou a ter relevância nas políticas internacionais no período pós-Segunda Guerra Mundial quando, ao invés de ser tratado como um problema isolado de cada país, a problemática passou a ser analisada no âmbito global (FAO, 2010).

A Revolução Verde consolidou-se como uma das principais responsáveis pela modernização da agricultura dos países do Terceiro Mundo, proporcionando a abertura de um mercado consumidor a nível mundial de produtos ligados ao sector agrícola - além de um aumento da produtividade do campo devido às modernizações que ocorreram naquele período, inclusive com o aumento da distância dos circuitos de abastecimento alimentar (FAO, 2017). Assim, boa parte do mundo em desenvolvimento conseguiu superar alguns de seus défices alimentares crônicos – com exceção da África Subsaariana que continuou sendo exceção à tendência global (Pingali, 2012).

Por outro lado, apesar dos resultados positivos sentidos quanto à redução da pobreza, alta taxa de retorno sobre investimento e diminuição dos preços dos alimentos impulsionados por melhorias no germoplasma de culturas, o programa de implantação da Revolução Verde apresentou grandes disparidades geográficas que se mascaravam em análises sob a perspectiva de agregados globais (Pingali, 2012). Além disso, o seu contributo foi muito lento e quase não significativo para a pobreza em regiões de produção marginal ocasionando grandes disparidades inter-regionais e uma incidência de pobreza que ainda continua muito alta (Fan & Hazell, 2001). Em razão disso, a implantação das tecnologias não era acessível para regiões subdesenvolvidas e que dependiam da agricultura para sobreviver por um número infinito de razões, desde a distribuição desigual de terras; políticas que discriminavam pequenos agricultores; até mesmo o crescimento lento na economia do sector não agrícola incapaz de absorver os desempregados rurais (Evenson & Pingali, 2010).

Em continuidade, outros fatores de entrave também desempenharam um papel importante na determinação da disseminação da tecnologia, assim como a condição do género. A transferência de tecnologia ficou concentrada para agricultores do género masculino, deixando as mulheres agricultoras e os agregados familiares liderados por mulheres de fora do pacote, dificultando os seus rendimentos e os tornando proporcionalmente menores com relação ao dos homens, mesmo entre diferentes culturas e continentes (Doss, 1999).

Já sob a perspectiva do meio ambiente o custo gerado foi alto uma vez que, entre outros, grande parte das florestas que uma vez cobriram o planeta já não existe mais, que as fontes de águas

subterrâneas estão a esgotar-se rapidamente, que a biodiversidade está sendo corroída e que a queima de combustíveis fósseis continua a emitir gases que cooperam com o agravamento do aquecimento global e das mudanças climáticas (FAO, 2017). Todavia, algumas consequências negativas presenciadas no meio ambiente não se devem exclusivamente pela tecnologia em si, mas pela defasagem no âmbito da pesquisa e da política dos países recetores quanto ao uso criterioso dos insumos (Evenson & Pingali, 2007; Burney, Davis & Lobell, 2010).

### **2.1.2 O contratempo da fome e a segurança alimentar**

A ascensão da Revolução Verde como pretexto para a emergência alimentar do pós-guerra trouxe evoluções tecnológicas que mecanizaram e modernizaram o processo produtivo agrícola, mas, os desgastes sociais e ambientais que se sucederam revelaram a necessidade da elaboração de uma nova proposta que pudesse combinar a produtividade agrícola com a sustentabilidade ambiental em uma configuração social mais realista. Além disso, com o avanço científico e tecnológico nos meios de produção, a persistência do problema da fome deixou de ser a produção insuficiente e passou a convergir na má distribuição, na sonegação alimentar e no desperdício (Costa & Begnis, 2014).

Nesse sentido, a fome não mais se limitou exclusivamente em um aspecto de ausência de riqueza ou de produtividade, mas também nas desigualdades existentes entre produzir um bem alimentar e ter acesso a ele (Boudou, 2012). A fome, portanto, manifesta-se em todos os seres quando há uma necessidade profunda de se alimentar, um instinto natural de sobrevivência humana e, se complementa, quando se abordam fatores sociológicos do ambiente em que ela se encontra, definida por Castro (1984) como sendo uma expressão biológica de males sociológicos.

Alguns acontecimentos verídicos tornaram possível explicar o fenómeno (Freitas, 2003) quando, por exemplo, um caso de perda de colheita de batatas e uma consequente imposição de política agrícola para exportação na área rural da Irlanda, em 1846, motivou a expulsão de três milhões de pessoas pela falta de emprego e, por conseguinte, matou de fome um milhão delas (Rude, 1981), ou quando houve um registro de quatro milhões de mortos de fome na Índia, em 1877, ao mesmo tempo em que havia enormes quantidades de cereais sendo produzidos para exportação, especialmente o trigo, enquanto a população não tinha dinheiro para comprar pão (Castro, 1980). Um século depois, no ano de 1974 em Bangladesh, milhões de pessoas vieram a morrer de fome, no mesmo período em que se observou a mais alta safra de arroz da história daquele país (Raymer, 1975).

Em outra perspectiva, a fome também pode ser definida como um evento epidémico ou endémico (Monteiro, 2003), sendo a epidémica qualificada como um fenómeno de alta gravidade, porém de curta duração e universal, ocorrendo em períodos de guerras, crises ou durante desastres

ambientais, se originando quando um fator pontual desorganiza a sociedade atingida causando o sofrimento da fome (Castro, 1980), ou seja, quando em uma determinada área geográfica pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações nutricionais transitórias. Por outro lado, a endêmica se expressa em uma situação permanente e silenciosa, não gerando nenhuma exaltação da sociedade, pois, diferentemente da fome epidémica, não traz consigo a comoção e as ações emergenciais da primeira ocorrendo, portanto, em uma determinada área geográfica em que parte da população apresenta manifestações nutricionais permanentes (Vasconcelos, 2008).

Curiosamente com relação aos factos apresentados, os países subdesenvolvidos, por sua vez, foram frequentemente acusados pela fome endémica e pela miséria em que se encontravam e, também, pela deterioração do meio ambiente como um todo - delações que se justificavam pela alta taxa de natalidade destes lugares, sucedendo teorias para a delimitação de um tamanho ótimo de população (Fontana, Costa, Silva & Rodrigues, 2015). No entanto, a grande maioria das teorias demográficas acobertava as verdadeiras razões para a permanência da fome no mundo, a julgar pelo facto de que a desnutrição não se apresenta unicamente por determinantes naturais, mas por um produto de estruturas económicas desajustadas ao longo da história (Guimarães, 2019).

As raízes legítimas deste desajuste se devem, entre outros aspetos, pela formação das sociedades de consumo que se encontram principalmente em países desenvolvidos onde o consumo, apoiado pelo avanço científico e tecnológico, tornou-se meta para a construção da sociedade, gerando, em consequência, um enorme obsolescência de produtos em um espaço de tempo cada vez menor e um aumento da delapidação intensiva dos recursos naturais (Fontana *et al.*, 2015). No entanto, é certo que se o tamanho da população e a quantidade de alimentos produzidos fossem suficientes para explicar o problema global da fome, esta já teria sido solucionada há muito tempo, uma vez que o resultado de uma divisão do total da produção de alimentos mundial pelo total da população seria um mundo completamente alimentado (Abramovay, 1998).

À vista disso, se a fome é entendida como uma relação que se cria através dos desajustes existentes entre produzir um bem e ter acesso a ele, o próximo passo consiste no entendimento de como assegurar que esta falha não aconteça e é assim que se introduz o conceito de “Segurança Alimentar e Nutricional”, o qual Wüstefeld (2013: 9-10) define, de maneira a complementar aos estudos realizados por Clay (2002), como:

*Segurança alimentar e nutricional existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes em quantidade e qualidade para satisfazer suas necessidades e preferências alimentares, e são apoiadas por um ambiente de saneamento adequado, serviços de saúde e cuidado, permitindo uma vida saudável e ativa.*

Nessa lógica, a insegurança alimentar e nutricional pode acontecer quando as condições expostas acima não são alcançadas, se constituindo como um grande desafio mundial na luta contra a pobreza, a crescente desigualdade social e a fome (Napoli, 2011). Por conseguinte, os sinais indiscutíveis da insegurança alimentar nos tempos atuais podem ser considerados como reflexos da essência do capitalismo neoliberal, no qual o papel regulador do Estado foi “substituído” pelo autocontrole dos mercados sob frágeis alegações de eficiência, produtividade e crescimento (Perez-Cassarino, Triches, Baccarin & Teo, 2018).

Em verdade, sabe-se que as consequências da decadência do trabalho e do desequilíbrio dos mecanismos de proteção social como alavancas nos mercados competitivos globais, repercutiram de modo direto na fragilização das condições de vida das populações rurais, ao mesmo tempo em que se potencializava uma concentração de renda e de riqueza urbana. Portanto, verificou-se a existência de uma fragilização dos governos nacionais em face de uma suposta superioridade de lógica de mercado, não se tratando de uma oposição entre Estado e mercado, mas de uma unidade em que o primeiro se coloca em serviço do segundo (Perez-Cassarino *et al.*, 2018).

Nessa conjuntura, os quadros de segurança alimentar e nutricional passaram a demandar políticas de governos, ora conquistados pela bandeira de eficiência dos mercados, para comporem documentos multilaterais e atraírem o interesse de grandes corporações guiadas pela polêmica necessidade de combate à fome através do aumento da oferta de alimentos a nível global. Contudo, desta maneira, a desordem do sistema atual e suas contradições estruturais passaram a ficar encobertas de modo que as suas ineficiências e falhas aparecessem apenas em discursos oficiais de organizações que possuem baixa repercussão prática, amparadas por ações filantrópicas embutidas em programas de ajuda alimentar (Perez-Cassarino *et al.*, 2018).

### **2.1.3 Ambiente e desenvolvimento sustentável**

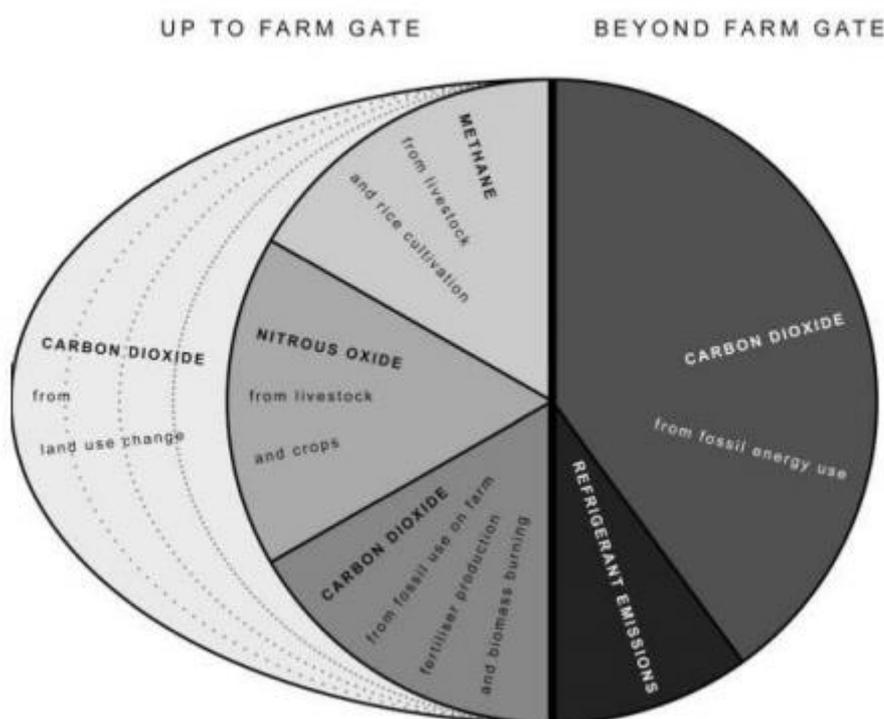
A base do sistema produtivo introduzido pela Revolução Verde se consolidou através da monocultura especializada, da mecanização, do melhoramento genético e do uso disseminado de fertilizantes químicos e pesticidas (Ribeiro, Jaime & Ventura, 2017). Este novo modelo, no entanto, tornou os produtores rurais dependentes de sementes geneticamente modificadas e de agroquímicos, que causam efeitos dramáticos ao meio ambiente e prejudicam a saúde dos trabalhadores do campo e dos consumidores destes alimentos. Ademais, do mesmo modo, sabe-se que este sistema produtivo também favoreceu a consolidação dos mercados de longa distância (Lorenzi & Kinupp, 2015).

Os reflexos negativos ocasionados pelas transformações dos sistemas agrícolas podem ser medidos, entre outros indicadores, pela emissão de gases do efeito estufa (GEE). Em todas as fases, desde o

processo de cultivo e seus insumos, até a fabricação, distribuição, refrigeração, varejo, preparação de alimentos em casa e descarte de resíduos, estes gases foram encontrados de maneira contínua e substancial. De acordo com Garnett (2011), na fase de produção, os GEE dominantes são o óxido nitroso ( $N_2O$ ) dos processos de cultivo e pecuária (derivantes de esterco, urina e aplicações de fertilizantes) e o metano ( $CH_4$ ) da digestão de ruminantes, cultivo de arroz e solos anaeróbios.

Ainda em concordância com Garnett (2011), para o uso de máquinas, fabrico de fertilizantes sintéticos e queima de biomassa é emitido o dióxido de carbono ( $CO_2$ ), que também pode ser encontrado quando há alteração de uso da terra induzida pela agricultura. Depois, desde a armazenagem dos produtos à distribuição, o dióxido de carbono, comumente derivado do uso de combustíveis fósseis, também é verificado em grande quantidade (Figura 1).

**Figura 1 - Impactos da cadeia alimentar e distribuição de diferentes gases**



Fonte: Garnett (2011)

Os transportes, que auxiliam principalmente a concretização das atividades de distribuição aos mercados de longa distância, foram vistos como ameaçadores face a uma perspectiva de emissão de gases do efeito estufa. Isto porque com o estabelecimento dos sistemas rodoviários, em conjunto com o desenvolvimento dos sistemas de refrigeração, eles possibilitaram a ampliação da produção animal em larga escala durante o século XX, a qual contribuiu com emissões significativas de gases

nocivos ao meio ambiente (Fraser, 2005), haja vista que apenas a pecuária é considerada uma das maiores emissoras de CO<sub>2</sub> entre todas as atividades agrícolas.

Nessa perspectiva, os impactos negativos proporcionados pelo transporte não são refletidos exclusivamente pelo trajeto em si, mas também pelo fortalecimento simultâneo de certas atividades agrícolas que, quando não praticadas de maneira sustentável, constituem-se como grandes fontes emissoras de gases do efeito estufa. De acordo com Garnett (2011), à medida que os sistemas alimentares continuarem a globalizar-se, e na ausência de novas práticas, os transportes serão responsáveis por um incremento robusto nas emissões. Apenas o crescimento de milhagem, por exemplo, ainda segundo o autor, acompanhou uma série de mudanças sistêmicas e de infraestrutura que trouxeram consigo seus próprios impactos.

Por este ângulo, como os supermercados e fabricantes se comprometeram em garantir suprimentos e estabelecer suas fábricas “longe de casa”, as decisões impulsionaram investimentos adicionais em infraestruturas novas ou expandidas como as estradas, os portos, as rodovias e outros. Deste modo, ainda que cada infraestrutura possua seu próprio impacto ambiental direto, essas ações fomentaram um comportamento padrão que faz com que os circuitos de abastecimento continuem a se basear na compra e na distribuição em longa distância para inserção no mercado e, conseqüentemente, em um modelo não sustentável que compromete o planeta e seus recursos diariamente (Garnett, 2011).

De outro lado, no que diz respeito ao uso de pesticidas para combater pragas em lavouras e controlar vetores de doença, intensificado após a guerra, Robson e Hamilton (2010) expuseram que a prática não considerou que a maioria das pragas se encaixa em nichos ecológicos específicos e que têm funções importantes na integridade dos ecossistemas, inclusive quando não são diretamente úteis aos humanos. Além disso, o uso intenso de fertilizantes químicos e agroquímicos tem provocado poluição nos cursos d’água, nos lençóis freáticos e nos solos, em todo o mundo, resultando em efeitos ecológicos e sanitários excepcionalmente nefastos, além do empobrecimento da biodiversidade existente (Morin, 2013).

Para mais, a combinação de tecnologias complexas, incluindo transporte, refrigeração, manufatura, insumos e tecnologia da informação, possibilitou o desenvolvimento de um sistema alimentar mundial que se baseia em uma vasta gama de produtos com capacidade onipresente, a qual moldou hábitos e expectativas dos consumidores, principalmente de países desenvolvidos, que passaram a não considerar a indisponibilidade como uma opção (Garnett, 2011). Dessa maneira, os produtos precisam estar disponíveis em todas as estações do ano e os impactos desse condicionamento são sentidos em inúmeras esferas afetando desde o meio ambiente, em que a sazonalidade dos

alimentos não é respeitada, até o facto de que, segundo Kahn e Wansink (2004), um maior leque de escolha pode levar à compra excessiva e ao conseqüente desperdício, gerando resíduos.

De acordo com dados da FAO (2018), somente o sector de alimentos é atualmente responsável por 29% das emissões de gases do efeito estufa e por 70% de retirada de água doce, para além de ser encarregado por três quartos das perdas em biodiversidade agrícola e por um terço de terras agrícolas degradadas. As ameaças geradas pelos sistemas agrícolas não sustentáveis estão a agredir severamente a biodiversidade global, através da degradação do solo, da poluição, da destruição de *habitats* naturais e da acidificação dos oceanos que, em conjunto, causam a extinção de espécies e colocam estresse em ecossistemas inteiros, para além da capacidade de adaptação. Esta vulnerabilidade acontece, principalmente, pela dependência a um pequeno e restrito número de variedades de culturas, de espécies e de raças animais que colocam em risco, de modo conseqüente, a segurança alimentar e a nutrição global.

Sumariamente, pode-se afirmar que o modelo agrícola de desenvolvimento adotado com embasamento na Revolução Verde, apesar de ter contribuído substancialmente para o aumento da produtividade mundial de alimentos, para a expansão das fronteiras agrícolas e para a diminuição da penosidade do trabalho devido à intensificação do uso de máquinas agrícolas fomentou, em contra partida, estímulos negativos ora referidos e, ainda assim, a problemática da fome e da insegurança alimentar persiste em um cenário repleto de efeitos negativos à saúde humana (Khatounian, 2001; Navolar, Rigon & Philippi, 2010). Em um mundo a cada dia mais rico, globalizado e produtivo, as conquistas alcançadas até hoje foram altamente desiguais e marcadas por disparidades regionais sem precedentes não apenas dentro dos países, mas entre os países (OECD, FAO & UNCDF, 2016).

Acredita-se, portanto, que os maiores desafios dos novos tempos estarão relacionados, para além da reversão das mudanças climáticas, com o alcance da segurança alimentar e nutricional em sua totalidade, sem que ninguém fique para trás. Nesse sentido, pensar em um desenvolvimento sustentável seria pensar em um cenário em que esses desafios estivessem sendo cumpridos em sua totalidade (OECD, FAO & UNCDF, 2016). Para ser sustentável, no entanto, o desenvolvimento deve conciliar a crescente satisfação das necessidades da geração atual com a garantia da manutenção das gerações futuras. Deste modo, objetiva-se encontrar estratégias factíveis que compatibilizem a manutenção e o aumento gradual dos níveis de vida do mundo industrializado, com o necessário crescimento dos países em desenvolvimento e com o resguardo das opções de sobrevivência e de progresso das gerações (Mueller, 1995).

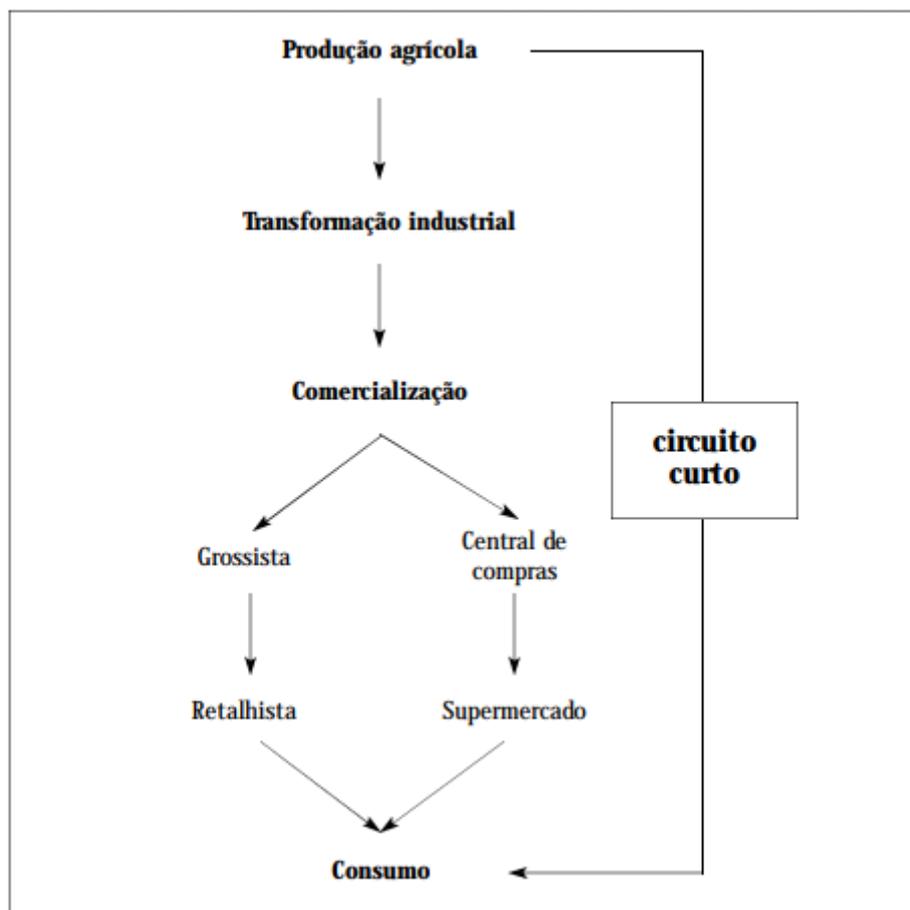
## 2.2 O Circuito Curto Agro-alimentar

O Circuito Curto Agro-alimentar (CCA) deve-se a um modelo alternativo aos sistemas convencionais de comercialização predominantes nos sistemas agro-alimentares contemporâneos que atuam com uma função significativa na redefinição das relações existentes entre os produtores rurais e os consumidores finais. Mediante a configuração de circuitos de distribuição mais próximos, fisicamente e socialmente, o sentido de comunidade é fortalecido em conjunto com um grande potencial de desenvolvimento sustentável que se mostrou capaz de efetuar melhorias em diferentes esferas globais (Galli & Brunori, 2013).

De acordo com os autores Chaffote e Chiffolleau (2007) o circuito de proximidade se consolida quando há o envolvimento de no máximo um intermediário entre as relações de troca de produtores e consumidores sendo, portanto, efetuado através da venda direta - sem intermediários - ou indireta com apenas um intermediário. François (2000) afirmou que os CCA são eficientes para criar identidade nos processos produtivos e na especificação territorial através da relação estreita que estabelecem entre o território, o consumidor e o produto, reforçando um caráter não modificado da produção local. Deste modo, objetiva-se a realização do menor trajeto entre o produtor e o consumidor (Figura 2), sendo mais bem estruturado quando na ocasião de menos atravessadores.

Essa modalidade de comercialização valoriza a proximidade geográfica e cultural, qualificando os consumidores locais como clientes em potencial da região, os quais geralmente são apanhados para a compra através de relações sociais promovidas por intermédio dos produtores, bem como através de publicidades locais pouco onerosas que se convertem, em consequência, em um aumento das receitas das explorações e na manutenção dos empregos daquela região. Muitos produtos comercializados em modelo de CCA têm atrás de si, portanto, histórias e particularidades únicas que passam a ser valorizadas neste modelo através da possibilidade de repasse destas informações diretamente ao consumidor, diferentemente daquilo que acontece nos circuitos convencionais. Deste modo, através dos produtos locais, o potencial do território é valorizado (François, 2000).

Figura 2 - Definição de um circuito curto



Fonte: François (2000)

O CCA é também variado em sua natureza e em suas práticas, para além de ser um fenómeno relativamente recente e em processo de construção ativa. Assim sendo, puderam ser encontradas diferentes aplicações deste conceito nomeadamente em: *Foodshed* (Kloppenburg, Hendrickson & Stevenson, 1996), *Civic Agriculture* (Lyson, 2000), *Localised Agri-Food Systems* (Muchnik, 1996) e entre outros mais (Goodman, Dupuis & Goodman, 2012).

O conceito de *Foodshed* remete para a unidade entre o local, as pessoas, a natureza e a sociedade, sendo análogo ao termo *Watershed*, ou bacia hidrográfica, onde a palavra “água” é substituída por “alimento”, tornando-se uma metáfora que unifica e organiza os conceitos do cultural e do natural. Assim, o fluxo de alimentos que abastece uma população em particular é delineado a partir do desenho de ideias conceptuais de bacia hidrográfica, onde os alimentos passam a ser entendidos como construções sociais e naturais híbridas. Deste modo, determina-se uma região a partir da sua origem, por exemplo, a partir de sua bacia hidrográfica e são estudadas as conexões entre produção e consumo para delimitar os potenciais *Foodsheds*, estimando a capacidade de produção e a

demanda alimentar (Kloppenburger *et al.*, 1996), bem como considerando os elementos culturais e sociais da comunidade para facilitar o entendimento de aspetos únicos do sistema (Feenstra, 1997).

No que diz respeito ao termo *Civic Agriculture*, aspectos inovadores de produzir, processar e distribuir alimentos são considerados. O termo deve-se a uma agricultura baseada localmente, onde o seu sistema de produção e distribuição se conecta intrinsecamente ao desenvolvimento social e económico da comunidade, preocupando-se em produzir produtos de alta qualidade e valor agregado, diferentemente dos sistemas alimentares globalizados, gerando, portanto, a percepção de que há grande necessidade de equilibrar a autossuficiência alimentar local e a dependência global. A organização dessa agricultura acontece, entre outros, através do mercado de agricultores, das hortas comunitárias e dos projetos de agricultura apoiados pela comunidade (Lyson, 2000).

No tocante ao *Localised Agri-Food Systems*, ele refere-se a um tipo de organização de atividade agro-alimentar em que as dinâmicas territoriais desempenham uma função decisiva em termos de coordenação entre as partes interessadas e o desenvolvimento das atividades produtivas. A forma de organização desse sistema surgiu em 1996, numa altura que a crise passou a afetar o âmbito alimentar, dando origem a entidades de produção e de serviços conectadas por suas características e formas operacionais para um determinado território. Nesse sentido, “*o meio ambiente; os produtos; as pessoas e suas instituições; o know-how; o comportamento alimentar e as redes de relacionamento se agrupavam em um território específico para produzir um tipo de organização agrícola e alimentar em uma dada escala específica*” (Muchnik 1996; Muchnik & Sautier, 1998).

Por fim, os propósitos intrínsecos dos CCA se encontram na dinamização do consumo de alimentos produzidos localmente; no estabelecimento de relações diretas entre produtores e consumidores; na revitalização de estruturas de produção, transporte e distribuição; na construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros líderes e, finalmente, na promoção da economia local e do desenvolvimento sustentável rural (Cristóvão & Tibério, 2009).

Ademais, existem critérios de identificação dos circuitos curtos agro-alimentares que foram definidos por um projeto intitulado como *EC IMPACT* (Marsden, Banks & Bristow, 2000; Renting, Marsden & Banks, 2003) com base no número de intermediários, na distância física e nos seus arranjos organizacionais, sendo eles:

- Face-to-face: A confiança e a autenticidade são medidas através da interação pessoal, ou seja, quando o consumidor adquire um produto diretamente do produtor rural em uma experiência presencial;
- Proximate: O alcance estende-se para além da interação direta entre produtor e consumidor, incluindo o fornecimento de produtos que são originários da região;

- *Spatially extended*: Informações carregadas de valor e de significado sobre o local de produção e sobre os produtores são repassadas aos consumidores que estão fora da região de produção;

### **2.2.1 Benefícios e limitações**

Sabe-se que a desregulamentação dos mercados agrícolas, a forte volatilidade dos preços e os baixos rendimentos agrícolas foram alguns dos contribuintes para os produtores rurais reconsiderarem os seus negócios, de modo a buscar uma evolução sustentável de suas práticas e obter melhor retorno de seus investimentos (Savigny, 2019). Assim, quando há a adoção do modelo de circuito curto agro-alimentar (CCA), este reflete um aumento no chamado consumo ético de alimentos, que, por sua vez, estimula mudanças sociais, econômicas e ambientais através da possibilidade de escolha individual (NU, CEPAL, FAO & IICA, 2015), impulsionando os consumidores a adotarem critérios de qualidade que levam em consideração, por exemplo, a saúde e o desenvolvimento sustentável (Codron, Sirieix & Reardon, 2006).

Os CCA proporcionam valor acrescentado às produções locais, alargando a gama de produtos oferecidos e reduzindo a necessidade de capital a investir, tendo em vista que são menos invasivos na mecanização das culturas e na utilização de agroquímicos (MAMAOT, 2013), fatores inerentes à produção em grande escala. Para mais, a UE (2011) destacou entre os benefícios económicos alcançados: os programas de qualidade; os efeitos multiplicadores locais e a geração de empregos na agricultura e na produção de alimentos, incluindo a transformação, a distribuição, a comercialização e as atividades associadas à venda, principalmente nas zonas rurais distantes, nas periferias urbanas, nas regiões vulneráveis e nas zonas mais desfavorecidas (Fornazier & Belik, 2013).

As relações estabelecidas entre produtores e consumidores facilitam o processo de regeneração dos territórios rurais mediante a retenção de valor e de população, através da valorização das tradições e dos produtos locais, traduzindo-se em um reforço da coesão e da identidade cultural que podem, inclusive, impulsionar outras redes e ações com vista ao desenvolvimento sustentável local (UE, 2011). Acredita-se que o alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional não será garantido pelo fortalecimento dos circuitos longos, que tem gerado guerras e conflitos e que, aliados a fenómenos naturais extremos, tem gerado migração em massa e aumento da fome, mas sim através do estabelecimento de estratégias para o fortalecimento da produção familiar e dos circuitos curtos (Rambo & Freitas, 2019). Eles favorecem mudanças estruturais em uma escala maior e transformam as relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares remetendo a uma maior autonomia dos modos de produção, troca e consumo e, ao mesmo tempo, enfatizando a conexão necessária entre

experiências concretas e um movimento social e político de oposição ao modelo convencional dominante (Darolt, Lamine, Brandenburg, Alencar & Abreu, 2016).

Em termos ambientais, os CCA são detentores de métodos produtivos mais sustentáveis, com externalidades de transporte (*Foodmiles*) mais reduzidas e com maior possibilidade de criarem sistemas circulares baseados nos resíduos orgânicos e nas energias renováveis (UE, 2011). O conceito de sistemas circulares, por sua vez, caracteriza-se por um modelo económico reorganizado focado na coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados, promovendo, segundo WEF (2014) a riqueza e a geração de empregos em um contexto de restrição de recursos, mantendo, de acordo com COM (2014) o valor acrescentado nos produtos pelo maior tempo possível e eliminando o desperdício, bem como impulsionando a competitividade de modo a combater a escassez de recursos e a volatilidade dos preços, auxiliando na criação de novas oportunidades e maneiras inovadoras e mais eficientes de produção e consumo (COM, 2015).

De modo resumido, Ruivo e Carvalho (2017), sintetizaram alguns dos diversos benefícios potenciais das formas de comercialização alternativas, sendo eles:

- Sociais: Equidade e incremento de confiança no relacionamento entre produtor e consumidor capaz de fortalecer a coesão social nos territórios;
- Económicos: Diversificação e valorização das produções locais e redução de incerteza quanto à variação de produção e de venda;
- Ambientais: Menor impacto no meio ambiente devido à menor necessidade de acondicionamento, transporte e conservação com o adendo de as técnicas agrícolas serem menos intensivas contribuindo positivamente para a preservação da biodiversidade e da sustentabilidade dos recursos naturais;
- Saúde e Bem-Estar: Alimentação segura e com elevado valor nutricional;

Em contrapartida, algumas limitações gerais dos circuitos curtos agro-alimentares se encontram, a título de exemplo, no que os estudiosos definem como *Embeddedness*, um conceito radicado no trabalho de Karl Polanyi (1957) onde a economia humana é considerada enraizada (*Embedded*) e emaranhada (*Enmeshed*) em instituições económicas e também em instituições não económicas (Hinrich, 2000). O conceito de *Embeddedness* tem uma grande ligação com o social pela possibilidade de criação de laços de confiança, por exemplo, não sendo exclusivamente uma dependência do social sobre o económico, mas, também, consistindo na incorporação e manipulação do espaço, incluindo na economia social e na natureza (Sonnino & Marsden, 2006).

No entanto, com relação ao espaço, o localismo e o seccionismo tornaram-se barreiras de proteção de determinados locais contra outros, agindo como formas de “resistência” à conceção abstrata do

“global”, podendo, em alguns casos, caminharem entre a linha ténue do desenvolvimento regional e de certa forma de xenofobia (Du Puis & Goodman, 2005). Dessa maneira, movimentos sociais locais que apoiam a sustentabilidade precisam se perguntar qual o custo de se aliarem a localismos defensivos (Winter, 2003) ou de se aliarem a elites locais que procuram se beneficiar da localização (Du Puis & Goodman, 2005) a fim de evitar distribuições espaciais assimétricas de ativos e de competências socioecológicas para possibilitar que no futuro os circuitos curtos agro-alimentares possam progredir, coletivamente, a fim de alcançarem um impacto positivo em um contexto global (Marsden, Banks & Bristow, 2002).

Para mais, de acordo com Karam (2002), principalmente no tocante às cooperativas, algumas limitações encontram-se na condução das atividades (limites do desenvolvimento do trabalho, gestão, realização de eventos e outras atividades de difusão), depois, seguidamente, no tocante à captação de recursos financeiros, já que se torna necessário encontrar fontes de recursos por meio de projetos ou parcerias para promover a sustentabilidade económica da entidade e, por fim, na manutenção das atividades e campanhas, que demandam a participação ativa de associados para a divulgação do conceito proposto (Darolt, 2012). Complementarmente, Darolt *et al.* (2016) sintetizaram algumas dificuldades tanto para o produtor como para o consumidor dentro do circuito curto de comercialização, que são:

#### Produtor:

- Ausência de mão de obra especializada, dificuldades com a legislação laboral e falta de tempo para a produção;
- Necessidade de múltiplas competências para a gestão do processo de produção, transformação e comercialização;
- Necessidade de investimento em estrutura de transformação e treinamento de pessoal para a venda direta;
- Maior investimento em logística e informatização, assim como transporte refrigerado e equipamentos para vendas em feiras;
- Complexidade no planeamento da produção pela grande diversidade de produtos demandados e regras restritivas da vigilância sanitária;

#### Consumidor:

- Necessidade de maior disponibilidade de tempo para compra; horários pré-estabelecidos e dificuldades na compra por intempéries climáticas;
- Problemas de regularidade de alguns produtos, já que a oferta pode ser limitada e concentrada em algumas estações do ano;

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo é dedicado à contextualização do circuito curto agro-alimentar nos ambientes pré-selecionados pelo estudo, ou seja, no Brasil e em Portugal. Serão apresentadas as circunstâncias que os rodeiam, inserindo-os na história e na conjuntura de cada local.

#### 3.1 O Sistema Agro-alimentar Brasileiro

Historicamente o Brasil percorreu diferentes caminhos com relação ao seu processo de desenvolvimento e composição do sistema agro-alimentar. Durante os anos de 1960 e 1970, as ações e intervenções estavam centradas no processo de desenvolvimento produtivo via modernização da agricultura, delineadas em um modelo produtivista. Apesar de ser um país continental, com condições geográficas e físicas apropriadas para a produção agrícola, ainda, naquela altura, contava com uma produção pequena e precária, devido às condições técnicas-produtivas da época, as quais eram consideradas atrasadas e inadequadas com grande parte do manejo produtivo manual e sem o uso de tecnologias (Bolter & Haas, 2017).

Sob essa perspectiva, o Brasil foi alvo de intervenções de países ricos e desenvolvidos que, de acordo com Almeida e Navarro (1998), com receio de uma catástrofe alimentar mundial, buscavam expandir suas fronteiras agrícolas, investindo, portanto, no fortalecimento do processo produtivo agrícola dos países em desenvolvimento através de políticas públicas de modernização e valorização da produção agrícola. Bolter e Haas (2017) complementaram que, ao optar por um processo de desenvolvimento industrial, o país teve as suas questões demográficas modificadas consideravelmente e passou a encorajar as condições produtivas dos alimentos de maneira que os grandes centros urbanos fossem abastecidos de maneira contínua.

Conquistou-se o desenvolvimento agrícola técnico industrial, portanto, através de planos nacionais de desenvolvimento que recomendavam a modernização da agricultura através do aumento da produtividade e da oferta de alimentos, reduzindo os preços dos produtos agrícolas, fomentando o processo de industrialização e induzindo o uso intensivo de insumos sintéticos. Algumas outras medidas também foram estabelecidas nesse período, assim como a introdução de mecanismos de pesquisa, a modernização da estrutura logística e a concessão das políticas de crédito agrícolas, de preços mínimos e de colonização de áreas agrícolas ainda não exploradas (Bolter & Haas, 2017).

Assim, os investimentos instituídos na agricultura atingiram seus objetivos em meados de 1970, quando foi possível começar a sentir o desenvolvimento económico do país, que ficou denominado como “milagre económico”, em função das altas taxas de crescimento verificadas no Produto Interno

Bruto (PIB) que acompanhavam uma inflação declinante e relativamente baixa para os padrões do país, para além de superávites no balanço de pagamentos (Veloso, Villela & Giambiagi, 2008). A agricultura, que havia passado então a ser de mercado, apresentava condições de produção direcionadas para o abastecimento interno e também para o externo, mantendo a geração de divisas. O período tornou-se conhecido pelas economias de escala, pela intensificação da produção em circuitos longos de abastecimento e pela crescente dependência dos agricultores ao sistema produtivista convencional (Bolter & Haas, 2017).

Todavia, na segunda metade da década de 70 e durante a década de 80, com o esgotamento do “milagre económico” somado a crise financeira internacional, as políticas agrícolas passaram a reduzir os preços agrícolas aos consumidores e a aumentar a geração de renda aos produtores. O Brasil foi imensamente afetado com as altas taxas de inflação e com a redução do fluxo de capital estrangeiro no país, vivificando a necessidade do sector agropecuário em intensificar a exportação e gerar divisas para pagamento da necessidade de dívida externa nacional (Bolter & Haas, 2017). Em conformidade com estudos de Triches (2012), os alimentos processados também se tornaram elementos-chave das estratégias de exportação tornando a logística o elemento central para a produção agrícola de médio e de grande porte.

Nesse seguimento, os complexos agro-alimentares se fortaleceram e agregaram o valor da matéria prima no meio rural. Sendo o Estado o novo arquiteto deste modelo, aconteceram expansões, diversificações do complexo agroindustrial e também a inserção de relações capitalistas de produção na agricultura (Wilkinson, 1986). Nesse período, o país, que estava a viver um regime militar, pautou sua política agrícola na concessão de subsídios e não na divisão equitativa de terras, transformando o velho latifúndio tradicional em modernas expressas rurais que assumiam a função de aumentar a produtividade e as exportações agrícolas, mas que eram socialmente excludentes e ecologicamente predadoras, deixando agricultores familiares em condições de marginalização (Triches, 2012).

Silva (1982) viu o processo de modernização da agricultura como doloroso para o país, pois, entre suas consequências, muitos dos pequenos agricultores não conseguiram acompanhá-lo e acabaram sendo excluídos do meio. Bauman (2007), que observou pelo lado da produção e do consumo, o considerou como “sem identidade” ou, em outras palavras, mencionou que esse modelo agrícola de produção intensificado e de larga escala não teve em conta o “ser” produtor e o “ser” consumidor, pois tornou-se focado apenas nos âmbitos económicos e produtivos. De grosso modo, o Brasil da época passou a ser movido pelos reflexos da Revolução Verde, já apresentada anteriormente, não atendendo aos requisitos de um desenvolvimento sustentável.

Dessarte, após a minimização dos efeitos das crises, o Estado redirecionou a atenção para o mercado interno perante um processo de redemocratização política e institucional e de restauração económica e financeira do país, de maneira a incentivar a pequena e média produção rural, surgindo certo reconhecimento de um rural heterogéneo e diverso, e não somente produtivista como anteriormente. Identificou-se, portanto, que o sistema agro-alimentar convencional não deveria ser a única alternativa para o desenvolvimento, pois não se mostrou bem-sucedido nos quesitos sociais, ambientais e de saúde. Dessa maneira, os sistemas de produção de carácter familiar passaram a ser mais valorizados no pós-constituente de 1988, com um ambiente político, institucional e económico mais estável, acentuando as ações benéficas por parte dos governos (Bolter & Haas, 2017).

Desde então, o sistema alimentar brasileiro tem vindo a considerar não somente o produtivismo convencional, mas também a agricultura familiar, e foram introduzidas temáticas como a de combate à fome e todas as formas de desnutrição, desigualdade e pobreza. Desde meados de 1990, há no Brasil, portanto, uma disputa entre duas propostas de desenvolvimento. De um lado, o projeto liberal do agronegócio, representado pela expansão da agricultura de exportação e, de outro, o projeto democratizante, pautado pela proposta de reforma agrária e de desenvolvimento do campo fundado na agricultura familiar que defende a expansão do mercado interno, o reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, a democratização do acesso às políticas públicas e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (Delgado, 2012).

Apesar da “disputa”, são projetos que se relacionam entre si, pois o comportamento de um, pode afetar diretamente as possibilidades e características que serão assumidas pelo outro. De qualquer maneira, convém destacar a importância do reconhecimento da agricultura familiar no país, sendo ela um segmento de relevância para o abastecimento alimentar interno, para a geração de empregos e para a preservação do meio ambiente (Delgado, 2012) surgindo no Brasil, portanto, diversos estudos sobre o agronegócio e os circuitos agro-alimentares sob uma nova perspectiva de análise, ou seja, considerando uma maior possibilidade de integração dos pequenos produtores nos negócios e revelando uma maior preocupação com seus aspetos sociais (Schneider, 2010).

O marco do processo de reformulação produtivo e distributivo, na visão de Bolter e Haas (2017), tratou-se da elaboração do programa “Fome Zero”<sup>1</sup>, que passou a ser considerado um marco histórico da intervenção do Estado no âmbito da segurança alimentar e nutricional no Brasil, ambicionando tanto ações estruturais como pontuais, assim como de curto e de médio prazo para o combate dos cenários de fome existentes no país. De acordo com Delgado (2012), o programa foi

---

<sup>1</sup> Programa desenvolvido em 2003 pelo governo federal brasileiro para o enfrentamento da fome e da miséria no país, incluindo suas causas estruturais que geram a exclusão social e, para a garantia da segurança alimentar da população brasileira. As ações vão desde ajuda financeira às famílias mais pobres até a construção de cisternas no Sertão nordestino.

responsável por aperfeiçoar e aumentar a dotação de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>2</sup> ganhando legitimidade social nos espaços institucionais quando integrou temáticas relativas ao acesso de alimentos pela população carente através da criação de mercados para os produtos originários da agricultura familiar.

Do mesmo modo, o Estado passou a priorizar pautas de geração de emprego e de renda, de democratização da terra, de fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>3</sup>, do combate à desnutrição materno-infantil (Schneider, 2010) e do aumento de recursos financeiros à disposição da agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluindo a possibilidade de acesso simultâneo a outros programas financeiros (Delgado, 2012), tendo em vista que a agricultura familiar se posiciona como um segmento densamente importante para o país, principalmente devido a sua representatividade no mercado interno e sua elevada taxa de empregabilidade (IBGE, 2017).

Entretanto, é sabido que a agricultura familiar brasileira, de acordo com dados obtidos no Censo Agropecuário do IBGE (2017), é composta por 77% do total de estabelecimentos agropecuários do país, ou seja, 3,9 milhões de estabelecimentos em uma área de 80,9 milhões de hectares, o que corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. E, mesmo assim, os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 23% do total de estabelecimentos agropecuários, ocupam cerca de 77% das áreas agrícolas, revelando uma estrutura agrária altamente concentrada. Assim, o maior obstáculo ainda se faz no peso político do agronegócio convencional do país com relevância na exportação de produtos agropecuários como forma predominante de ajustamento da conta de transações correntes do balanço de pagamentos (Delgado, 2012).

De modo geral, o modelo agroexportador destaca-se pela sua eficiência econômica e o modelo da agricultura familiar se destaca pelo seu caráter mais distributivo, ou seja, com melhor distribuição de renda e maior geração de empregos, além de possuir práticas mais sustentáveis (Gualda, 2007). Contudo, apesar de paradoxal, se a dimensão distributiva fosse considerada na avaliação da eficiência econômica, a agricultura familiar brasileira seria vista como superior ao modelo agroexportador em vários produtos (Veiga, 1998) e, embora ela esteja economicamente enfraquecida e pressionada por um processo duradouro de concentração de proprietários de terras, tem sido estratégica para a estabilidade e para a diversidade do mercado de alimentos existente no Brasil (Paula & Delgado, 2016).

---

<sup>2</sup> Programa que promove o acesso à alimentação e incentiva a agricultura familiar. Os alimentos são comprados com dispensa de licitação e é destinado às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou àquelas atendidas por redes socio assistenciais, para além de contribuir com os estoques públicos de alimentos.

<sup>3</sup> Programa que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional à estudantes da educação básica pública. O Estado repassa valores financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos e 30% desse valor deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar local.

### **3.1.1 Perspetivas recentes**

Após a ascensão em 2019 do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, seguiram-se algumas mudanças no direcionamento da agricultura brasileira. Os primeiros impactos sentidos na agricultura familiar e no escoamento de produtos em modo de circuitos de proximidade que eram fomentados por ações nacionais, foram resultantes, de acordo com Nachiluk (2019), da extinção do principal conselho de segurança alimentar e nutricional do país, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), através da medida provisória de nº 870, que acabou por transferir as suas responsabilidades para o Ministério da Cidadania em nova estrutura organizacional.

Essa modificação não foi vista como positiva para a segurança alimentar e nutricional do país já que o CONSEA era um espaço de referência internacional no combate à pobreza e a fome além de defensor do direito a alimentação adequada e saudável fazendo, portanto, com que a importância destes temas perdesse espaço em um contexto mais geral e com que, conseqüentemente, programas como o PAA e o PNAE se enfraquecessem diante de um cenário histórico de valorização do agronegócio exportador (Pierre & Bonomo, 2019). No entanto, existe um declínio antigo que, em conjunto com falhas operacionais, vêm desvanecendo estes programas.

Em conformidade com Sambuichi, Kaminsk, Perin, de Moura, Januário, Mendonça e Almeida (2019), no tocante ao PAA os recursos aplicados vêm sendo reduzidos desde 2013 devido a diversas irregularidades, alcançando o seu menor patamar em 2018 com a aplicação de apenas R\$253 milhões, sendo que já havia atingido R\$1,2 bilhões no passado. Já no tocante ao PNAE ainda há grandes casos de sucesso, mas, de acordo com Lopes (2017), diversas falhas de implantação, operacionalização e fiscalização também foram identificadas, sendo a mais relevante à falta de penalidade contra Entidades Executoras que não alcançaram os 30% de compras diretas de agricultores familiares conforme previa o programa.

O resguardo de programas como o PAA e o PNAE e o aumento da força do PRONAF verificado no Plano Safra 2019/2020 <sup>4</sup>, são reflexos do novo posicionamento do governo com relação à gestão da agricultura brasileira. É visto, portanto, um desmantelamento de políticas públicas onde vigora a defesa de mais presença de mecanismos de mercado e menos papel do Estado, sendo que nessa nova estrutura o agricultor familiar deverá melhorar a sua relação com o mercado para competir em nível similar com a agroindústria. No entanto, de acordo com Fantini, Rover, Chiodo e Assing (2018), é sabido que muitas vezes o principal problema dos agricultores não se encontra nas técnicas agropecuárias disponíveis mas sim, sobretudo, na compreensão do funcionamento dos mercados,

---

<sup>4</sup> << [Plano Safra](#) >> Consultado em 10 de junho de 2020.

que impõe a articulação com os segmentos “pré” e “pós” porteira, para além das novas formas de negociação e práticas de gestão da produção.

Nesse sentido, o sucesso da agricultura familiar brasileira, dependerá de como ela se integrará nas principais inovações técnicas e de como ela aderirá às políticas públicas, desprendendo-se do conceito de agricultura de subsistência para se transformar em um novo estilo de vida, uma nova maneira de trabalhar e de lucrar com o que se vive. Ambramovay (1992) reforçou, no entanto, que em um ambiente favorável e com apoio do Estado, a agricultura poderia desenvolver melhor uma série de papéis importantes na sociedade.

### **3.1.2 Circuito curto agro-alimentar**

No Brasil, os agricultores familiares, ou pequenos produtores, trabalham com canais de comercialização a nível local/regional e a nível nacional/internacional.

- Local/Regional: Domicílio; Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); Consumo Consciente; Ponto; Pequenas Cooperativas; Feiras; Mercados Institucionais; Pequenos Comerciantes.
- Nacional/Internacional: Grandes Cooperativas; Atravessador; Grandes Varejistas; Empresas Especializadas.

Essa divisão conceptual proposta por Maluf (2004) e resubmetida por Ueno, Neves, Queiroga, Ramos-Filho e Oliveira (2016) reflete a tipologia dos canais de comercialização existentes no país, sendo que a primeira se relaciona com a produção, distribuição e consumo dos alimentos no âmbito regional, no interior do país ou no entorno de cidades de dimensões pequenas e médias e, a segunda, é concebida através da produção de alimentos de interesse geral assim como grãos, animais, leite e frutas destinadas à agroindústria com extensões nacionais e internacionais, tendendo geralmente a possuir características de especialização da produção, ou seja, com uma diversidade menor de produtos e baixa autonomia dos agricultores nos processos de decisões, muitas vezes estabelecidos através de vínculos formais como na agricultura integrada.

Apesar da representatividade dos agricultores familiares no Brasil, não são todos que conhecem ou operam em circuitos de proximidade, muitos deles, por exemplo, trabalham com a comercialização de produtos orgânicos com a intermediação de empresas processadoras que enviam ao grande varejo. Todavia, os circuitos curtos são extremamente essenciais para a sustentabilidade do país, pois, para além de reforçarem a noção de proximidade geográfica manifestando-se através do aspeto social (Darolt, Lamine & Brandenburg, 2013), também refletem as expressões da diversidade e tradicionalidade de cada região, retratando hábitos de consumo peculiares e preservando a base de seus recursos naturais e características da produção artesanal (Maluf, 2004). Para mais, estes

circuitos tendem a promover o acesso à produção de base ecológica e conseguem ofertar produtos de qualidade a preços mais justos ao retirar atravessadores, garantindo melhor renda e empoderamento profissional, para além de assegurar a preservação da agrobiodiversidade e propagar a segurança alimentar e nutricional (Belik & Maluf, 2000; Cunha, Lemos, Nabuco & Pessoa, 2000; Paulillo & Almeida, 2005; Paulillo & Pessanha, 2002; Ueno *et al.*, 2016).

Entre os meios de comercialização existentes a nível local/regional, por “domicílio” entende-se que os agricultores trabalham a vender à porta dos consumidores, normalmente deixando um catálogo com seus produtos para posterior anotação do pedido e entrega, desenvolvendo uma relação de confiança em longo prazo (Ueno *et al.*, 2016), mas nos dias atuais também são vistas a utilização de redes sociais ou *e-commerce* como ferramenta de venda para posterior entrega ao domicílio. Já o “CSA” configura-se como um mercado alternativo que fomenta a produção local, estabelecido através de um acordo entre consumidores e produtores onde os consumidores partilham os custos com os produtores antes do plantio se iniciar e, em troca, recebem alimentos frescos semanalmente de acordo com a sazonalidade de cada um (Brown & Miller, 2008).

No “grupo de consumo consciente” há uma relação de troca entre produtores e consumidores que propõe transformar o ato da compra em um ato político, visando à sustentabilidade da experiência e o bem-estar do planeta (Pistelli & Mascarenhas, 2011). As “cooperativas” se consolidam como entidades jurídicas com grande relevância social e económica, agindo de maneira a integrar o sector produtivo e o mercado (Cremonese & Schallenberguer, 2005) e trabalham de maneira semelhante às associações com gestão partilhada e princípios baseados na democracia. São nas cooperativas, por exemplo, onde muitos agricultores se unem para que consigam melhores resultados e, no Brasil, as cooperativas são mais facilmente aceites para aderir em programas de compra e de venda governamentais (Minatel & Bonganha, 2015).

O “ponto”, por outro lado, é considerado um local fixo de venda aos consumidores, normalmente informal e em locais onde há grandes aglomerações de pessoas assim como, por exemplo, na frente de escolas ou à beira de autoestradas movimentadas. Geralmente eles não são registados e, devido a isso, não pagam taxas de impostos e não são fiscalizados pela vigilância sanitária sendo que, justamente por essas facilidades, os pequenos agricultores acabam por optar vender seus excedentes através deste canal (Ueno *et al.*, 2016).

As “feiras” são os espaços de comercialização que persistem no tempo (Badue & Gomes, 2011) e acontecem desde o centro de grandes cidades como em beiras de estrada. No entanto, apesar do escoamento de produtos de base agroecológica da agricultura familiar acontecer de maneira

representativa nessa modalidade, nas feiras convencionais ainda pode haver a presença de atravessadores que, geralmente, não apresentam relação com o sector primário (Ueno *et al.*, 2016).

Os “mercados institucionais” são considerados os programas e instrumentos governamentais implantados no Brasil para o fomento da agricultura familiar, desde a esfera municipal (cidade) até a federal (país). Ao nível federal, os dois principais programas são o PAA e o PNAE, anteriormente já citados, que funcionam de maneira a contribuir com o escoamento de produtos provenientes de pequenos agricultores viabilizando o acesso aos alimentos por pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no país (Ueno *et al.*, 2016). Por fim, finalmente, os “pequenos comerciantes” são os agricultores que trabalham comercializando seus produtos com os pequenos comércio locais como mercearias e quitandas (Kiyota, 1999).

### **3.2 O Sistema Agro-alimentar Português**

Em mais de 160 anos, Portugal ficou marcado por mudanças que sempre tiveram impactos nos territórios rurais e nas atividades agrícolas, principalmente mudanças oriundas de diferentes regimes políticos, a começar pelas décadas da Monarquia Constitucional, que a República assumiu posteriormente em 1910; seguidamente pelo autoritarismo da Ditadura Militar (1926-1932) e depois pelo Estado Novo (1933-1974); até o período revolucionário (1974-1976) e a consolidação da Democracia que se mantém desde 1976 (Freire, 2015).

Resumidamente, a agricultura portuguesa esteve sob o comando de políticas públicas nacionais durante o período da década de 30 até a década de 80 que não seguiam um plano de desenvolvimento estratégico para a agricultura, apesar da existência de alguns. Por assim dizer, as decisões políticas da época buscavam atender os desejos e pressões de diferentes grupos sem um planejamento claro. Todavia, embora medidas contraditórias tenham sido tomadas, algumas preocupações eram comuns entre os diferentes regimes políticos e se enquadravam em maximizar o uso de recursos naturais disponíveis; desenvolver políticas para garantir a oferta de mão de obra para a produção agrícola; e regular o mercado interno para fortalecer os produtos agrícolas nacionais e os coloniais, controlando os níveis de importação e de consumo interno (Amaral & Freire, 2017).

As premissas do controlo do Estado baseavam-se na responsabilidade de alimentar a população, com a principal preocupação de explorar racionalmente todos os recursos naturais úteis para a produção de alimentos e desenvolver políticas protecionistas. Nesse sentido, apesar do encerramento da guerra ter promovido à liberalização do mercado, as políticas portuguesas continuaram a tentar priorizar políticas e ações para a produção doméstica de alimentos com discursos que objetivavam o alcance da autossuficiência alimentar até meados da década de 70, quando então se iniciou o

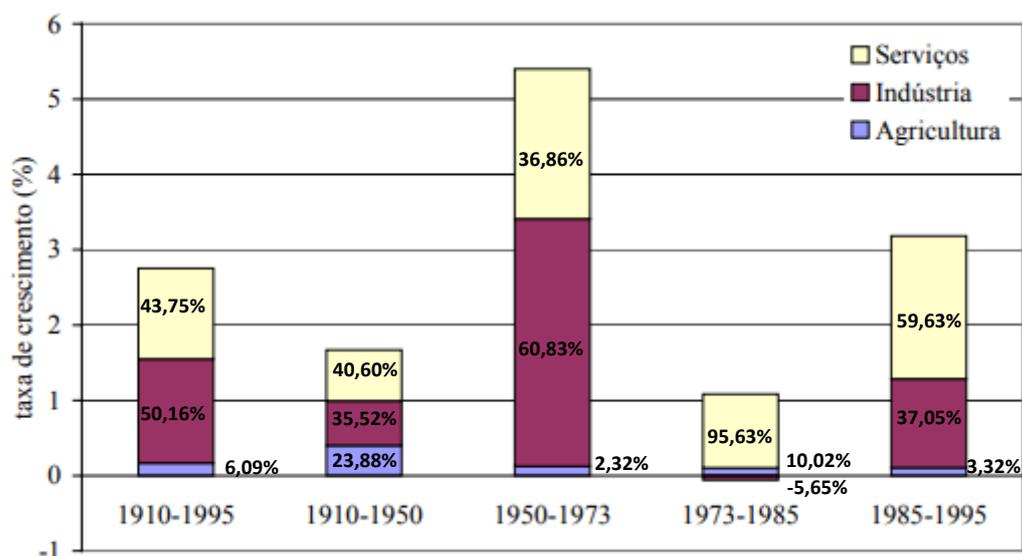
processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias e estas projeções foram ajustadas devido a inserção de diversas novas diretrizes (Amaral & Freire, 2017).

Durante o período ditatorial, novas áreas de produção foram exploradas obtendo bons rendimentos. Na segunda metade da década de 30 obras públicas foram iniciadas e várias barragens foram construídas, simultaneamente em que aconteciam expansões de áreas com novos sistemas de irrigação, mas em um processo extremamente lento, pois era necessário um grande aporte financeiro para expansão, dado as características geográficas e ecológicas do país. Já no Estado Novo a reforma agrária foi promovida através de projetos de colonização interna, mas, não obteve sucesso na propriedade de terra e atividades agrícolas, visto que foram criados assentamentos ao norte e ao centro do país em solos pobres e com difícil acesso à água para irrigação. Desse modo, ao contrário do que era esperado, durante o Estado Novo em Portugal o regadio não foi diretamente associado com a divisão de propriedades e colonização (Amaral & Freire, 2017).

Apesar da pouca prioridade dada à modernização dos serviços no início do século XX, o reconhecimento dos resultados positivos da Revolução Verde em outros países e a participação de técnicos portugueses em debates internacionais foram dois fatores que contribuíram fundamentalmente para o favorecimento da modernização da agricultura portuguesa e do redirecionamento de suas estratégias da época. Além disso, movimentos de agrónomos e economistas tornaram-se coadjuvantes no processo, reivindicando a intensificação da exploração dos recursos naturais através da alteração das condições de acesso à terra e expansão das áreas de irrigação. Assim, diversas decisões governamentais contribuíram para a expansão de área cultivada, alcançando um pico de crescimento em meados dos anos 50 (Amaral & Freire, 2017).

De facto, um dos principais estereótipos que caracterizavam Portugal de 1910 até os anos 50 era o de ser um país essencialmente agrícola (Pinto, 1984), representatividade que pode ser verificada através da análise dos contributos da agricultura para a produtividade portuguesa total (Figura 3). Nesse cenário, as ambições de autossuficiência alimentar andavam em paralelo com as decisões políticas que visavam restringir as importações e aumentar a exploração dos recursos agrícolas nacionais, alcançando ganhos em produtividade, porém, curiosamente, nunca ocorrendo de ser o suficiente para abastecer uma população em constante crescimento (Freire, 2015).

**Figura 3 - Contributos para a taxa de crescimento da produtividade**



Fonte: Aguiar e Martins (2004)

Além da política de expansão de terras, o Estado Novo também promoveu políticas que objetivavam garantir a oferta de mão de obra para atividades agrárias mantendo os salários baixos, mas, como a população continuou a crescer e havia outras poucas alternativas de emprego, os índices de empregabilidade do país foram diretamente afetados. Historicamente, durante o regime militar, os trabalhadores rurais enquanto obsoletos assumiam cargos temporários no governo seguindo regras rígidas sobre salários e rotações de trabalhadores, mas, apesar da repressão do regime, ainda assim surgiam movimentos contra as condições impostas. Assim, durante o Estado Novo, a fim de evitar tais reivindicações e dificuldades na garantia de empregos públicos, o governo impôs aos proprietários de terra a receberem de volta os trabalhadores excedentes, gerando grande tensão entre os dois, já que estes tinham passado a dar preferência para a adoção de inovações tecnológicas e a contratação somente dos melhores trabalhadores rurais (Amaral & Freire, 2017).

Em continuidade, a partir da década de 1960, verificou-se na agricultura o início de um processo que concebeu uma maior concentração de materiais e humanos nas terras mais privilegiadas ou, mais precisamente, em regiões passíveis de suportar uma intensa modernização (Firmino, 1992). Um modesto aumento das importações apareceu em conjunto com a disseminação de algumas inovações oriundas da Revolução Verde (Freire, 2015) que incluíam a mecanização; as mudanças de culturas; a adoção de novas espécies e tecnologias; e outros (Firmino, 1992). No entanto, o dinamismo económico levou a uma emigração ilegal, a uma intensa proliferação de indústrias e, por fim, as guerras coloniais (Amaral & Freire, 2017).

Com efeito, sabe-se que os ativos da agricultura no período entre 1950 e 1973 deslocaram-se prioritariamente para o sector com maior crescimento em produtividade da época, o sector industrial (Aguiar & Martins, 2004). Todavia, esse processo de modernização ocorreu de maneira seletiva e foi o responsável pelo início da potencialização das desigualdades sociais que foram progressivamente se acentuando através de investimentos públicos e privados. No Alentejo, à título de exemplo, embora tenha havido um surto económico decorrente do desenvolvimento de sistemas de irrigação em algumas regiões, outros locais simplesmente desertificaram (Firmino, 1992). Assim, de um sector primário que contribuía com cerca de 30% do PIB até a década de 50, já em 80 se encontrava em torno de 9% e 10%, acentuando-se em conjunto com a progressiva abertura dos mercados nacionais ao mundo e, por outro lado, contribuindo com a marginalização da agricultura e com o aumento da dependência alimentar do exterior (Freire, 2015).

Com relação especificamente à desaceleração da produtividade industrial no período compreendido entre 1973 e 1985 em Portugal, um dos fatores de destaque que a impulsionaram foi a crise dos anos 70 que repercutiu não somente no país, mas na grande maioria dos países europeus com exceção da Noruega e do Reino Unido (Aguiar & Martins, 2004). O período foi marcado pelo término do acordo de *Bretton Woods*<sup>5</sup> sobre a política cambial e aumento dos preços do petróleo, pondo fim a duas décadas de crescimento económico internacional e estabilidade monetária, traduzindo-se, segundo os estudos de Abreu (2005), em alterações profundas na política macroeconómica portuguesa, com diversas instabilidades políticas e sociais.

A origem dos problemas económicos portugueses, no entanto, não surgiu exclusivamente com a Revolução de Abril de 1974<sup>6</sup> ou com os choques petrolíferos, mas com o envolvimento do país em guerras coloniais e a consequente dificuldade das finanças militares que acabaram por fomentar uma grave crise na produção agrícola, desacelerando o crescimento industrial e dificultando o financiamento emergente dos sistemas de seguridade social e outros (Coppolaro & Lains, 2013), resultando no fim do Estado Novo. Em conformidade com Girão (1980), houve perceção da ineficácia do Estado Novo na modernização da agricultura e na promoção do desenvolvimento do país.

O Estado deveria ter trabalhado para promover a produtividade nacional e não importar bens essenciais do estrangeiro como fez, deixando claro de que com isso a agricultura havia perdido oportunidades em contribuir para o crescimento económico, para além de ter falhado na sua promessa de alimentar a nação, não sanando por completo a problemática da fome existente no país

---

<sup>5</sup> Disposições acertadas por 45 países aliados em Julho de 1944 com o objetivo de definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial pós Segunda Grande Guerra.

<sup>6</sup> Movimento político e social que depôs o regime ditatorial do Estado Novo que contribuiu com o processo de implantação de um regime democrático e com a entrada de uma nova constituição com orientação socialista.

(Girão, 1980). O sector agrário no Estado Novo cresceu até meados da década de 50 impulsionado pelos sectores da silvicultura e pecuária, mas não pelos grãos, forragens, frutas e legumes e, em paralelo, a indústria florestal provou ser o sector de maior sucesso económico do período, apesar dos negativos impactos sociais e ecológicos (Soares, 2005).

Na sequência, do ano de 1975 até o final dos anos 90, Portugal vivenciou um período complicado devido a uma sobreposição de três processos de natureza contraditória, que promoveram mudanças repentinas nos sistemas de iniciativas oferecidas aos agentes agricultores portugueses. O primeiro se deu pela transição da política agrícola do Estado Novo para o período revolucionário e, depois, pela transição do período revolucionário para o novo regime democrático em conformidade com a Política Agrícola Comum (PAC)<sup>7</sup>. Por fim, o último se deu quando Portugal já havia se tornado oficialmente um membro da União Europeia seguindo diretrizes da PAC, saindo de uma fase de altos preços garantidos para uma fase de baixos preços (Amaral & Freire, 2017).

Sumariamente, a agricultura portuguesa que era moldada pelas agências do Estado e pelos serviços de um sistema corporativista, passou do ano de 1975 em diante para um modelo de redução dos serviços do Estado e maiores incentivos à formação de organizações da sociedade civil (Amaral & Freire, 2017). A inserção da PAC em Portugal, segundo Baptista (1994), transformou a agricultura portuguesa em um sector “subsidiado” ao invés de um sector produtivo, pois o suporte oferecido não contemplou melhorias nas condições produtivas e não promoveu grandes transformações estruturais, apenas manteve os rendimentos dos grandes fazendeiros. Já Avillez (1998) referiu que o suporte aos preços permaneceu como elemento político central da PAC e que por isso era concentrado apenas em um pequeno número de culturas existentes dentro do *mix* português. De facto, sabe-se que a distribuição do apoio da PAC não foi considerável em países onde grãos, sementes oleaginosas, leite e carne tiveram um peso menor na estrutura da produção agrícola.

Em tese, a agricultura portuguesa sempre apresentou baixa produtividade quando comparada com o restante da Europa, condição que se acentuava quando era percebido um aumento na demanda por alimentos correspondentes ao aumento populacional do país. Nesse sentido, quando Portugal passou a fazer parte da Comunidade Europeia e abriu o mercado para a concorrência com outros países, a situação agravou-se, pois Portugal não havia alcançado a modernização necessária para tornar-se mais competitivo e apropriado para a nova realidade. Especialmente os cereais e os produtos pecuários eram detentores de preços muito superiores aos seus equivalentes na Europa e, devido ao fenómeno dos altos preços nacionais, esses deixaram de acompanhar a inflação nos anos posteriores à adesão, dando início a uma grave crise no rendimento dos agricultores que aconteceu

---

<sup>7</sup> Subsídios para a agricultura e áreas afins desenvolvidos em 1957 com o objetivo de assegurar o abastecimento alimentar e garantir um rendimento ao agricultor que seja equivalente ao seu respetivo desempenho.

em conjunto com a apreciação real do Escudo português (Pinto, 2011). A falta de competitividade do país provocou uma crise profunda no sector agrícola a partir do início dos anos 90, se revelando através da ruína de muitos agricultores portugueses e do abandono gradativo da atividade rural, evento que cresceu a dependência de importações para o abastecimento interno, alcançando na altura um percentual de importações de 75% (Silva, 1993).

Esse fenómeno foi impulsionado através de uma ênfase maior na análise da competitividade da agricultura portuguesa em face de agricultura europeia ao invés de um enfoque na avaliação das suas contribuições para o desenvolvimento interno do país, somando-se a isso uma entrada de grandes quantidades de dinheiro e o início da queda das proteções alfandegárias em um período de transição. Por esse ângulo, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia fragilizou a competitividade da agricultura, facto que se estendeu pelo menos até o início dos anos 2000, aumentando a necessidade de importação paralelamente a necessidade de rendimentos externos por parte de agricultores, ou seja, como não estavam a ter sucesso em suas propriedades, passaram a demandar de trabalhadores assalariados, previdência, remessas da emigração, entre outros, contribuindo para que na época pelo menos 60% dos agregados domésticos agrícolas não fossem provenientes das suas respetivas explorações. Dessa maneira, a agricultura perdeu espaço na economia e a área agrícola se recolheu e se despovoou significativamente, principalmente em regiões em que eram baseadas em sua maioria na agricultura como o Norte Interior e o Alentejo (Baptista, 1994).

Diante desse cenário, verificou-se no período de 1989 a 2009 que o número de explorações agrícolas portuguesas sofreu queda constante, alcançando -49% em 2009. Do mesmo modo, a mão-de-obra agrícola também decresceu de maneira contínua até o ano de 2007, alcançando um marco de -60% desde 1989 (Alberto & Almeida, 2011). Mesmo com as reformas realizadas na PAC, a política continuou a privilegiar os produtores mais capitalizados que tinham a produção voltada para o mercado externo (Abramovay, 2002). A única alteração representativa, no entanto, foi a criação do programa Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) em meados de 1991, o qual objetivou o fomento do desenvolvimento rural sustentável em áreas da Europa, incentivando a exploração de potencialidades locais a partir do financiamento de projetos de desenvolvimento elaborados pelos próprios autores locais sob a coordenação de grupos de ação local (Neto & Hespanhol, 2014), ainda que em um ritmo lento e não envolvendo todas as localidades.

Em sua primeira fase, de 1991 a 1993, o programa conseguiu contemplar em Portugal cerca de 30 territórios, abrangendo uma área de 37% e atendendo 14,3% da população. Na segunda edição, de 1994 a 1999, beneficiou 33% da população em 48 territórios e, por fim, na sua última edição, de 2000 a 2006, atingindo aproximadamente 80% do território e contemplando 52 regiões portuguesas (Moreno, 2005). Contudo, não obstante, o programa não trouxe melhorias para a parcela da

população portuguesa que vivia em zonas mais carentes, localizadas principalmente no interior do país, à princípio deixando-as excluídas das ações promovidas pelo LEADER (Rover & Henriques, 2006) que incluíam, entre outras, o reconhecimento do caráter multifuncional e multidimensional dos espaços rurais e valorização de elementos imprescindíveis para o desenvolvimento como a valorização do meio ambiente, da história e também da cultura local, sendo financiado pelo Fundo Europeu de Orientação Agrícola e Desenvolvimento Rural (Neto & Hespanhol, 2014).

Em 2006 o programa LEADER deixou de existir na Europa, mas, em Portugal ele foi incorporado ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), que tem como objetivo elevar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, promovendo a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, dinamizando as zonas rurais através de ações económicas e sociais. Deste modo, a iniciativa LEADER tornou-se um subcomponente de um subprograma do PRODER, que passou a incentivar as ações de desenvolvimento local por meio dos grupos de ação local (Batista & Figueiredo, 2011).

Finalmente, uma das iniciativas de maior relevância em Portugal e, para este estudo, deveu-se a implementação da metodologia nomeada como “Promover e Vender” (PROVE)<sup>8</sup>, concebida inicialmente através do apoio da Iniciativa Comunitária (IC) EQUAL e que hoje se desenvolve e se mantém no âmbito da cooperação interterritorial do Subprograma 3 do PRODER contando com a participação de 16 grupos de ação local, inclusive com o apoio da Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local. A metodologia em questão contribui com o escoamento dos produtos locais, favorecendo as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização. O processo de comercialização teve início em 2006, nos concelhos de Palmela e Sesimbra e, desde então, está a obter sucesso de norte a sul de Portugal, através de Grupos de Ação Local, produtores e consumidores, mas também de autarquias, organizações de agricultores e diversos parceiros locais.

De modo geral, os objetivos da iniciativa LEADER atualmente estão delimitados em dinamizar economicamente os territórios rurais, por meio da diversificação económica, criação de empregos elevação da qualidade de vida da população rural, pretendendo ainda o reforço da governança local com a meta de atingir 100% dos territórios rurais de Portugal. No entanto, embora tenham ocorrido avanços representativos como o caso da disseminação da metodologia PROVE, ainda há certa predominância de distribuição de recursos para áreas mais desenvolvidas (Neto & Hespanhol, 2014), não contribuindo significativamente com o esvaziamento social de um extenso território nacional (Batista & Figueiredo, 2011), classificado como uma zona rural de baixa densidade.

---

<sup>8</sup> << [O projeto PROVE “Promover e Vender”](#) >> Consultado em 20 de novembro de 2020.

### **3.2.1 Perspetivas recentes**

Ainda no século XXI fazem-se sentir em Portugal os reflexos da perda da importância da agricultura, resultante do abandono das áreas menos produtivas e da exploração intensiva das áreas mais rentáveis (Correia, Moital & Almeida, 2012) que aconteceram de modo simultâneo a uma profunda transformação tecnológica ocorrida nos anos 60 e que refletiu sobre todos os processos de trabalho, incluindo mudanças no sector agrícola que ganharam expressão nas décadas seguintes. Desse modo, Portugal se viu em um cenário em que a população agrícola havia diminuído; o envelhecimento tinha se intensificado; e os trabalhadores familiares se tornaram a maior parte da população agrícola, apesar de viverem em sua grande maioria de rendimentos externos às explorações agrícolas (Baptista, 2001). Nesse sentido, se apercebeu que apesar de as áreas de uso agrícola persistirem na ocupação da maior parte do território português (INE, 2011), a agricultura já havia deixado de aturar economicamente toda a dinâmica das áreas rurais, não significando, de acordo com Wilson (2007), que o papel da agricultura ainda não seja determinante na dinâmica das zonas rurais.

No tocante aos agricultores familiares, eles sempre estiveram dispostos de maneira dispersada no território e essa característica permanece, dificultando o processo de organização para escoamento e comercialização de seus produtos em conformidade com as normas e legislações do país. Todos esses fatores dificultaram o processo de sobrevivência dos mesmos durante as transformações ocorridas com a inserção do país na Comunidade Europeia, naturalmente fazendo com que as mudanças no mercado de produtos agro-alimentares levassem a uma grande concentração da oferta em um número restrito de grandes distribuidores que detinham, em meados de 2014, aproximadamente  $\frac{3}{4}$  das vendas nacionais. Com isso explica-se a exclusão económica dos pequenos produtores durante os anos de transição em conjunto com o abandono das áreas agrícolas, a queda no número de explorações e a estagnação da economia rural (Baptista *et al.*, 2013).

Apesar disso, afirmou-se o papel da agricultura no país, quanto as suas dinâmicas no território rural, numa altura de verificação de importância da função primária da agricultura quanto à possibilidade de contribuir com a gestão sustentável dos recursos naturais, para além de assegurar o equilíbrio e a preservação da biodiversidade (Wilson, 2007). Dessa maneira, as novas trajetórias do desenvolvimento rural passaram a ser direcionadas para novos circuitos entre produtores e consumidores, com foco na produção biológica, gestão da natureza e agroturismo. Vive-se um momento de valorização dos pequenos agricultores em conjunto com um resgate de sua autonomia através de uma readaptação em suas explorações agrícolas de maneira a aproximar a agricultura com a sociedade e com a natureza, diferentemente do que acontecia até meados dos anos 90, quando os limites do desenvolvimento do sector agrícola eram determinados com parâmetros de intensificação da produção e industrialização (Ploeg & Roep, 2003).

Há um movimento relativamente claro de consumidores e produtores que estão a reagir diante das modulações do sistema convencional. De acordo com Cristas, no documento DGADR/Rede Rural Nacional (2013), são muitos os produtos agrícolas e agro-alimentares locais considerados como de qualidade e, se em algum momento eles não foram valorizados, nos dias recentes o ressurgimento de uma cultura ligada ao regresso à terra e os valores da ruralidade são vistos com grande força. Todavia, de acordo com Lopes, também no documento DGADR/Rede Rural Nacional (2013), ainda que a disseminação das experiências de comercialização em novos circuitos de comercialização, assim como o circuito curto agro-alimentar, tenham resultados significativos, assumem um carácter experimental e marginal em comparação com o panorama geral do comércio de produtos agro-alimentares, requerendo a adoção de uma estratégia nacional, bem como a definição de mecanismos de apoio, a serem operacionalizados com vantagem no quadro de estratégia desenvolvidos por intermédio dos grupos de ação local.

### **3.2.2 Circuito curto agro-alimentar**

Em Portugal os circuitos curtos agro-alimentares foram divididos em cinco grandes grupos de diferentes modalidades em conformidade com as definições estabelecidas pela Rede Rural Nacional<sup>9</sup>, sendo eles os “Mercados de Produtores”, os “Mercados de Produtores Bio”, a “Feira de Produtos Locais”, o “Ponto de Venda Coletivo” e o “Cabaz de Produtos Agro-alimentares” descritos abaixo:

- Mercado de Produtores: Local de acesso público reservado a produtores agrícolas ou agro-alimentares que comercializam produtos de produção própria diretamente com os consumidores finais, funcionando em centros urbanos com regularidade fixa.
- Mercado de Produtores “Bio”: Local de acesso público onde os produtores que produzem em modo biológico<sup>10</sup> comercializam seus produtos em CCA. Em Portugal, os produtores biológicos foram os pioneiros deste circuito, já que procuravam soluções para o escoamento regular dos seus produtos que era dificultado quando em grandes circuitos.
- Feiras de Produtos Locais: São feiras locais ou regionais onde a modalidade de comercialização também acontece através da venda direta de um ou vários produtos locais que podem associar-se entre si. Em Portugal, elas são geralmente organizadas pelas Câmaras Municipais em parceria com Juntas de Freguesia e organizações de carácter associativo.

---

<sup>9</sup> << [Circuitos Curtos Agro-alimentares: Modalidades de CCA](#) >> Consultado em 10 de junho de 2020.

<sup>10</sup> Modo produtivo que objetiva a obtenção de alimentos de alta qualidade recorrendo a técnicas que garantam a sua sustentabilidade, através da preservação do solo, do meio ambiente e da biodiversidade.

- Ponto de Venda Coletivo: Espaço comercial onde os produtores agrícolas ou agro-alimentares se organizam para vender seus produtos diretamente aos consumidores finais. Entre seus aspetos gerais, a gestão é garantida pelos próprios produtores da mesma região que se responsabilizam, geralmente de maneira rotativa, pela venda dos produtos aderentes.
- Cabaz de Produtos Agro-alimentares: Modelo de venda direta de um conjunto diversificado de produtos agro-alimentares, locais e sazonais, com entrega regular, num local previamente combinado entre o produtor e o consumidor. Em Portugal, a venda através dessa modalidade surgiu por iniciativa de Grupos de Ação Local, Câmaras e Cooperativas, contudo, sendo a organização continuada pelos produtores que se unem para escoar seus produtos e atender as diferentes demandas dos consumidores.

Destacam-se, entretanto, na organização e divulgação de CCA em Portugal alguns grupos informais de produtores e consumidores, desenvolvidos a partir da iniciativa de uma Associação de Desenvolvimento Local, cooperativa ou outra instituição. O PROVE, já apresentado anteriormente, é o projeto de maior relevância, utilizando um modelo inspirado na experiência francesa das *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (AMAP) e consistindo em um conjunto de produtores que regularmente abastece um número fixo de consumidores, que de norte a sul reúnem produtores encarregados pela distribuição semanal de cabazes em pontos de recolha pré-determinados (Ruivo & Carvalho, 2017).

De acordo com a In Loco<sup>11</sup> os objetivos do projeto encontram-se em estimular o desenvolvimento de processos territoriais de proximidade; em incentivar a produção biológica e tradicional de qualidade; em fomentar e reforçar a capacidade empresarial local dos pequenos produtores e em estimular os processos de sustentabilidade local. Ele é um dos exemplos de grande sucesso quanto ao escoamento da produção hortofrutícola de mais de cem pequenos agricultores, sensibilizando milhares de pessoas quanto à problemática da produção agrícola, bem como sobre o impacto ambiental gerado pelos transportes, possibilitando ainda a abertura para modelos de consumo responsáveis e para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais do país (Lopes, 2013).

---

<sup>11</sup> << [In Loco: Prove – Promover e Vender](#) >> Consultado em 11 de junho de 2020.

## 4. METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado à apresentação da metodologia científica selecionada para o desenvolvimento da pesquisa, demonstrando todas as etapas seguidas para a obtenção e tratamento dos dados que foram retratados ao longo do documento.

### 4.1 Problema e Objetivos

Havendo necessidade de uma mudança do rumo alimentar mundial através de um ativismo sustentável entre as comunidades, capaz de gerar reflexos globais, o problema subjacente ao presente estudo é perceber como os CCA podem ser uma das vertentes necessárias para a promoção dessas mudanças sustentáveis nos sistemas alimentares. Deste modo, o objetivo principal deste estudo, conforme previamente apresentado, foi o de compreender o CCA como forma sustentável de responder ao desafio de alimentar o mundo, tendo Brasil e Portugal como objeto de estudo.

Como objetivos específicos definiram-se os que seguem, estando já concluídos os dois primeiros:

- Proceder a uma ampla revisão da literatura sobre os sistemas alimentares e sobre o CCA;
- Caracterizar os sistemas agro-alimentares e os CCA do Brasil e de Portugal;
- Compreender os comportamentos ambientais de alguns produtores-líderes que se inserem nas dinâmicas do comércio de proximidade;
- Entender características de iniciativas portuguesas e brasileiras, bem como as percepções dos produtores sobre o papel do CCA ao abrigo do desafio da alimentação sustentável;
- Discutir a forma como os CCA conseguem responder ao desafio de alimentar o mundo para a manutenção e supervivência da vida humana na Terra.

### 4.2 Delineamento

Do ponto de vista da sua natureza, esta pesquisa pode ser classificada como Pesquisa Básica, a qual deve-se a um acúmulo de conhecimentos que poderão, eventualmente, gerar resultados académicos ou aplicados, sem fazê-los diretamente (Schwartzman, 1979). Ao tratar da classificação, consagra-se a uma Pesquisa Exploratória, que tem como finalidade proporcionar mais informações, definições e delineamentos a respeito da temática proposta e, é uma Pesquisa Descritiva, quando descreve factos observados sem interferência expressiva do investigador (Prodanov & Freitas, 2013).

Quanto aos critérios do *design* da pesquisa, ou seja, aqueles que proporcionam a base lógica da investigação, esta passou a ser conduzida através Método Dialético, originário de Hegel e Marx, mas

fundamentado na conceção de Engels, que o classificou como um método de interpretação da realidade fundamentado em três princípios: a quantidade e qualidade; a unidade dos opostos; e a negação da negação (Gil, 2008), determinando, inclusive, que os factos sociais não podem ser compreendidos quando isolados de suas influências políticas, económicas e culturais (Prodanov & Freitas, 2013), ou seja, quando não há a interpretação dinâmica e totalizante da realidade (Gil, 2008).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos da investigação, ela iniciou-se através da Pesquisa Bibliográfica, aquela concebida a partir de materiais já publicados (Prodanov & Freitas, 2013), quando foi levantada nos primeiros fragmentos deste estudo a conceção dos processos históricos dos sistemas alimentares e a consolidação dos CCA contextualizando-os, inclusive, no Brasil e em Portugal. Depois, objetivando calibrar a visão dos CCA sob a perspetiva dos produtores utilizou-se da Pesquisa Bibliográfica, anteriormente caracterizada, e da Pesquisa Documental, que recorreu a fontes primárias de apoio e, assim, complementarmente, da Observação Estruturada, para examinar fenómenos e comportamentos, e da Pesquisa de Levantamento (*Survey*), que se refere a um processo de interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. As questões foram direcionadas para uma amostra não probabilística denominada de Amostra Intencional, a qual representa um subgrupo de pessoas que, com base nas informações disponíveis, foi considerado representativo entre toda a população (Prodanov & Freitas, 2013).

Finalmente, no que se refere ao tipo de abordagem, esta sucedeu-se através da forma de uma Investigação Qualitativa a qual, essencialmente, considera a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não se traduz em números e, assim, portanto, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, tendo o ambiente como fonte principal e direta dos dados (Prodanov & Freitas, 2013).

### **4.3 Participantes**

O primeiro contacto com participantes do estudo ocorreu no dia 07 de dezembro de 2018 em Portugal, no escritório da Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal (ADREPES), localizado na Quinta do Anjo, freguesia do concelho de Palmela, com a Dra. Natália Henriques, diretora executiva da ADREPES, enquanto entidade responsável pela promoção e realização do desenvolvimento rural, costeiro e urbano da Península de Setúbal (PS) e coordenadora do projeto “PROVE – Promover e Vender”. O objetivo do contacto com a ADREPES foi o de vivenciar a experiência da Dra. Natália Henriques sobre o tema proposto nesta dissertação. A explanação e o incentivo da mesma foram fundamentais para extrair a inspiração necessária de embarcar neste longo projeto, tendo em vista que a metodologia PROVE replicou de maneira positiva em todo

Portugal, tornando-se referência no que se refere aos circuitos curtos agro-alimentares. Além disso, através da Associação, abriram-se caminhos para o contacto com produtores portugueses associados à iniciativa com o intuito de contribuírem com a pesquisa.

Posteriormente, nos primeiros meses do ano de 2019 e, já no Brasil, realizou-se uma visita nas propriedades de 03 (três) produtores brasileiros que trabalham com a metodologia de CCA, sendo o primeiro o fundador J.F. da iniciativa “Nossa Horta Orgânica”, no concelho de Americana, estado de São Paulo, o segundo, o fundador A.R. do “Meu Quintal Orgânicos”, localizado no concelho de Cordeirópolis, no mesmo estado e, o terceiro, a fundadora C.C. do “Espaço Copaíba”, localizado no concelho de Limeira, no mesmo estado. Com esta aproximação objetivou-se observar algumas características-chave destas iniciativas brasileiras bem como conhecer a conduta e os comportamentos ambientais de seus produtores-líderes.

Em seguida, por intermédio de contacto via *web*, foram compreendidos mais 07 (sete) produtores brasileiros e 06 (seis) produtores portugueses que atuam com a comercialização em circuitos de proximidade, a fim exclusivo de aplicar um questionário para suprir o propósito de levantamento dos dados necessários para o estudo em questão, o qual buscou, acima de tudo, para além do conhecimento das características dos estabelecimentos, o entendimento das percepções dos participantes à respeito da temática proposta. No total, por conseguinte, foram abrangidos 10 (dez) produtores fixados no Brasil e 06 (seis) produtores estabelecidos em Portugal.

#### **4.4 Procedimentos**

De modo a garantir a objetividade e a exatidão dos factos sociais e fornecer a orientação necessária para a realização da pesquisa (Gil, 2008), os métodos de procedimentos considerados foram, respetivamente, o Método Histórico, que apoia-se em acontecimentos passados para verificação de suas influências na modernidade e do Método Comparativo, que ocupa-se da explicação de fenómenos e análise de dados concretos (Prodanov & Freitas, 2013), deduzindo-se destes, de acordo com Lakatos e Marconi (2007) e Marconi (2017) elementos constantes, abstratos e gerais.

#### **4.5 Instrumentos**

Para o início do processo de coleta de dados aplicou-se o método de Entrevista Não Estruturada em Profundidade, ou seja, quando não há definição prévia da questão da pesquisa ou do ordenamento dos tópicos de discussão para a coleta de evidências, possibilitando a ampliação do conhecimento acerca do objeto de estudo (Cooper & Schindler, 2011) e servindo como um estímulo ao início da

narrativa (Flick, 2009). Este método foi empregado no encontro com a Dra. Natália Henriques, em Portugal, e acabou por se tornar uma conversa sem formalidades e, assim, portanto, não foi considerada para o momento de apresentação dos dados.

Já na etapa de visitação no local, uma espécie de grade fechada foi empregada como instrumento de pesquisa para apoiar a Observação Estruturada que, de acordo com Lavige e Dionne (1999), se estabelece em duas grandes categorias de informações. A primeira categoria, de natureza contextual, compreende a descrição dos locais, das pessoas observadas e das razões do estudo e, a segunda categoria de informação, por sua vez, encontra-se apoiada nos comportamentos dos atores que se deseja tomar conhecimento para a investigação.

Finalmente, para todos os produtores contactados via *web* foi aplicado o método de Entrevista Padronizada, ou seja, aquela que se desenvolve a partir de uma relação fixa de questões, cuja ordem permanece invariável para todos os entrevistados, possibilitando o desenvolvimento de levantamentos sociais (Gil, 2008). Assim, através de *Survey (Google Forms)*, foi elaborado um questionário de modo a examinar as amostras de produtores portugueses e brasileiros, auxiliando na recolha de informações para a análise de opinião dos entrevistados, bem como características específicas de suas operações. Ademais, os três produtores brasileiros contactados no local, ora citados previamente, concordaram em também participar deste outro levantamento em questão, promovendo, conseqüentemente, uma padronização das respostas de todos os entrevistados.

Durante esta pesquisa, portanto, foram coletados dados de uma amostra total de 16 (dezesesseis) produtores e o material foi transferido e planeado no programa *Microsoft Excel*, possibilitando, por intermédio da ferramenta, uma análise mais ampliada e, ao mesmo tempo, detalhada, do produto alcançado. Todavia, vale ressaltar que as informações obtidas através da Observação Estruturada e do *Survey* foram complementares ao levantamento bibliográfico e documental realizado, fazendo com que a soma destes moldassem os resultados finais alcançados.

Em conclusão, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram apenas: 03 (três) grades fechadas impressas em um papel branco para anotação no local, mas que seguidamente tiveram seus resultados transcritos para o *Word*, ferramenta oriunda do aplicativo *Microsoft Office* e 01 (um) *Notebook* com *Internet*, que possibilitou o contacto com os produtores por intermédio de *e-mail* e das redes sociais (principalmente *Facebook* e *Instagram*) para divulgação do questionário e recebimento das respostas, que foram transferidas e planeadas no aplicativo *Microsoft Excel*.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo dedica-se à exposição e discussão das informações recolhidas durante as fases de observação (Brasil) e de entrevista (Portugal e Brasil). Primeiramente são apresentadas algumas características específicas das iniciativas brasileiras que operam em CCA selecionadas pelo estudo, assim como o entendimento dos comportamentos ambientais de seus produtores-líderes e, depois, algumas qualidades e percepções de produtores portugueses e brasileiros no que se refere aos circuitos de proximidade e ao desafio da sustentabilidade no âmbito da alimentação mundial.

### 5.1 Apresentação dos Resultados

#### 5.1.1 Fase de observação: Brasil

As visitas realizadas nas propriedades brasileiras desempenharam um papel importante na construção de alguns saberes relacionados aos circuitos curtos agro-alimentares e ao comportamento dos produtores responsáveis. Ainda que os resultados das percepções não possam refletir todo o contexto dos produtores brasileiros devido à imensa extensão territorial do país e especificidades das regiões, foi possível compreender a essência de seus comportamentos pró-ambientais que, conseqüentemente, os levaram naturalmente a inserir-se em dinâmicas de CCA.

Conforme verificado, os três produtores observados saíram de grandes centros urbanos para viverem em zonas rurais em busca de um novo estilo de vida aliado à natureza e tendo como “mote” a preservação do ambiente natural. Denominados de “neorrurais”, ou “novos rurais”, por andarem em sentido contrário ao êxodo rural, eles foram guiados por uma reorientação da forma de produção no campo que, segundo Carneiro (1997), passou a ser visto como uma zona para produzir alimentos saudáveis, proporcionar entretenimento e novas formas de relações sociais. Dessa maneira, quando os produtores J.F. (Nossa Horta Orgânica), A.R. (Meu Quintal Orgânicos) e C.C. (Espaço Copaíba) se instalaram nestes espaços, passaram a contribuir com a construção das “novas ruralidades”, já que levaram consigo seus valores e histórias que impactaram na dinâmica do viver do local, realçando o contacto com a natureza por um sistema de valores alternativos e neorruralistas.

Atualmente eles encontram-se empenhados com produção de alimentos biológicos e com a comercialização em formato de circuito curto agro-alimentar, primeiramente pela insatisfação que mostraram sentir com relação à agricultura convencional e seus mais diferentes impactos no mundo e na sociedade e, depois, pelo descontentamento com o estilo de vida urbano, que os impulsionaram a buscar novos modos de viver aliados a propósitos sustentáveis de grande impacto.

Através do trabalho de observação, constatou-se que as propriedades situam-se em zonas rurais favorecidas economicamente, principalmente porque elas estão inseridas dentro do estado de São Paulo, que tem o maior PIB do país, o que inclusive possibilita encontrar consumidores com maior poder de compra dos produtos. Para mais, foi visto que A.R. trabalha com os ramos da olericultura, fruticultura, fungicultura e de origem animal, C.C. com o ramo da fungicultura, enquanto J.F. com a olericultura e fruticultura, utilizando-se, nesta ordem, respetivamente, do “*e-commerce*”, da “feira” e da “venda no local” como canais de comercialização mais comuns. Ainda, todos, de modo geral, mostraram-se estar satisfeitos em trabalhar com esta modalidade, especialmente pelo facto de que ela contribui com o fortalecimento da relação com o consumidor final.

A satisfação em estar em contacto estreito com o consumidor pareceu estar relacionada diretamente com os comportamentos ambientalistas verificados nestes produtores, os quais demonstraram imenso interesse na contribuição para com a educação social e ambiental do consumidor através do espaço que se estabelece para diálogo entre as duas extremidades do circuito. Retomando, quando observados sob a ótica comportamental, os três produtores são dotados de comportamentos pró-ambientais que, de acordo com Steg & Vlek (2009), são comportamentos que afetam o meio ambiente o mínimo possível e até mesmo o beneficiam, não se restringindo, no entanto, em conformidade com Kassin, Fein e Markus (2011), à dinâmica dos sistemas naturais, mas abrangendo também, por exemplo, o ambiente humano, as culturas e o seu bem-estar.

Dentro dessa perspectiva, foram avaliados os comportamentos sustentáveis que norteiam estes produtores e, entre todos eles, foram encontrados comportamentos “pró-ecológicos”, “frugais”, “altruístas” e “equitativos”, os quais, embutidos de intencionalidade e, nesta ordem, objetivam a conservação dos recursos naturais; visam diminuir o grau de consumo de produtos e possibilitar a escolha dos menos impactantes; têm repercussões na integridade e no bem-estar de outros indivíduos; e tentam equilibrar os benefícios atuais com os das próximas gerações (Tapia-Fonllem, Corral-Verdugo, Fraijo-Sing & Durón-Ramos, 2013), conforme os resultados das grades de observação que foram apresentados nas páginas seguintes.

Muitos destes comportamentos puderam ser explicados apenas pelo facto de que estes produtores optaram por relacionar-se com dinâmicas do CCA, que por si só são conhecidas pelos benefícios sociais, ecológicos e económicos previamente apresentados. Depois, por exemplo, são pró-ecológicos quando trabalham com elevada diversificação de produtos biológicos, assim como no caso do produtor A.R. (Meu Quintal Orgânicos), que atualmente colhe e comercializa mais de 150 produtos com certificação, enquadrados em categorias como de “verduras e ervas”, “legumes, tubérculos e raízes”, “frutas”, “ovos, laticínios e cogumelos”, entre outras. Lembrando que, a comercialização de produtos diversificados exige um canal que a viabilize, tal como ocorre no CCA.

Ademais, possuem comportamento frugal, quando, à título de exemplo, para além de levarem uma vida simples em seu mais amplo aspeto, possuem soluções eficazes mesmo dotados de pouquíssimos meios, produzindo, por exemplo, com menos agroquímicos, menos água, enquanto aumentam o rendimento e a qualidade dos produtos. Ou também quando escoam seus produtos com a redução da necessidade de embalagens plásticas e com o menor gasto energético com transporte. A produtora C.C. (Espaço Copaíba), produz, sem nenhum tipo de insumo agrícola ou agroquímicos cerca de 0,5 tonelada de cogumelo por mês em um espaço inferior a 01 hectare – uma vez que consegue trabalhar com a produção vertical – escoando ainda a maior parte do seu produto dentro do próprio concelho, principalmente em feiras urbanas como a “Feira do Produtor Rural”.

Finalmente, o J.F (Nossa Horta Orgânica) posiciona-se como a melhor exemplificação para os comportamentos altruístas e equitativos, apesar de todos os outros também os possuem. De maneira a justificar esta escolha, faz-se necessário apresentar um breve resumo de sua história. Ele, J.F, não veio de uma família com posses e, por isso, sempre trabalhou como assistente em restaurantes e em fábricas têxteis para conseguir sobreviver até que, em idade um pouco mais avançada, alcançou os meios necessários para direcionar o seu caminho para uma zona rural e trabalhar, portanto, com a agricultura biológica inserido em dinâmicas do CCA.

É possível sentir a energia que emana sobre a “Nossa Horta Orgânica” desde o primeiro minuto de contacto com o local e tão logo se percebe que ela é proveniente do coração e da alma deste produtor, que, em diversos momentos, se mostrou claramente emocionado pelo trabalho que realiza. Para além de se considerar uma pessoa “orgânica”, em suas próprias palavras, referindo-se que as características demandadas para conseguir liderar negócios como o dele nascem “de dentro para fora”, toda a sua conduta é voltada para o bem-estar das pessoas ao seu redor, mesmo que para isso tenha que de vez em quando anular alguns de seus desejos e interesses pessoais. Assim, falando de comportamentos altruístas, ele dedica a tempo integral para as pessoas com as quais se relaciona através do trabalho, apostando em ações que aproximam os consumidores para o seu estabelecimento e em projetos de educação ambiental.

O produtor J.F. não só acredita que a construção de alternativas de responsabilidade social e ambiental implica em um trabalho de aprimoramento nas escalas de valores do ser humano, como aposta na construção destes valores através de uma ação denominada “horta de portas abertas”, mediante a qual os seus clientes têm entrada livre no estabelecimento para colheita de produtos e trocas de experiências com os produtores. Em paralelo, ele também conduz projetos de educação ambiental que consistem em visitas de grupos no local, objetivando o resgate do interesse pelo universo do cultivo biológico, de cuidado com o solo e de reciclagem de resíduos. Em suas próprias

palavras, é o que ele mesmo costuma dizer: *“Por isso que se chama Nossa Horta Orgânica. É nossa mesmo. É de todo mundo. É uma horta de portas abertas!”*.

Ademais, ele não apenas se preocupa com o bem-estar de seus clientes, em termos de saúde, já que, por exemplo, conta também com um forte trabalho de compostagem realizado dentro da propriedade que objetiva o enriquecimento do solo para produzir alimentos saudáveis e nutritivos sem a utilização de agroquímicos, como também orienta seus clientes a participarem ativamente deste processo, ao solicitar que levem resíduos de alimentos de suas casas para a horta, a fim de que estas sobras possam ser transformadas em matéria-prima para cultivar o solo, expandindo a fauna microbiana e trazendo qualidade para os novos frutos que nascerão.

Dessa maneira, o produtor trabalha, em todas as esferas da estrutura que construiu, com objetivos nobres que não se relacionam apenas com a contribuição com o bem-estar da comunidade em que se encontra inserido, mas, igualmente, com a promoção da consciência socioambiental de indivíduos jovens e adultos. As atividades e projetos educacionais que acontecem no estabelecimento fazem perpetuar o legado sustentável de J.F. que se funde e se expande na mudança de hábito dos consumidores, os quais passam a adotar práticas sustentáveis de forma rotineira que podem, inclusive, impactar cada vez mais e mais pessoas.

Sobretudo quando fala-se em comportamentos equitativos, os projetos da Nossa Horta Orgânica tornam-se exemplos factíveis ao mobilizarem indivíduos de todas as faixas etárias, económicas, sociais, raciais e de género, para partilhar ensinamentos que contribuem com atividades que, de forma sustentável, buscam um equilíbrio da satisfação das necessidades entre as gerações presentes e futuras, principalmente através da educação das crianças, as quais representarão o futuro da humanidade. Estes ensinamentos implicam, por fim, em um equilíbrio entre o bem-estar humano e a integridade dos ecossistemas, possibilitando o alargamento do acesso a recursos para as pessoas e para a preservação do ambiente físico natural.

Em conclusão, pode-se dizer que todos os três produtores são dotados de “comportamentos ambientalmente responsáveis”, expressão que, definida por Kaplan (2002), defende uma postura motivacional prolongada, diminuindo a noção de impotência dos indivíduos, já que a palavra “responsável” carrega consigo a ideia de obrigação de responder pelos próprios atos, relacionando-se, neste caso, com o compromisso pró-ecológico. Assim sendo, nesta etapa observou-se que os produtores atuantes nos circuitos de proximidade, normalmente são atribuídos de comportamentos que os levam a agir na promoção da sustentabilidade em suas mais diferentes formas, não se restringindo unicamente no modo de comercialização.

As Figuras 4, 5 e 6 apresentam, respetivamente, os resultados das grades de observação do “Meu Quintal Orgânicos”, do “Espaço Copaíba” e da “Nossa Horta Orgânica”.

**Figura 4 - Grade de observação “Meu Quintal Orgânicos”**

**a. Quadro geral de observação**

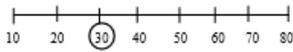
1. Zona Rural  
 favorecida  média  desfavorecida

2. Dimensão  
 inferior 01ha  de 01ha a 10ha  superior 10ha

3. Ramo  
 olericultura  fungicultura  fruticultura  outros

**b. Descrição do produtor**

4. Sexo  
 masculino  feminino

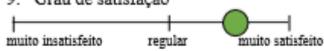
5. Idade aproximada  


6. Grau de escolaridade  
 fundamental  médio  superior

**c. Comercialização (CCA)**

7. Principal motivação  
 *lifestyle*  engajamento sustentável  retorno financeiro

8. Canal mais utilizado  
 *e-commerce*  feira  cooperativa  venda no local

9. Grau de satisfação  


**d. Quadro geral de comportamentos**

10. Comportamento ambiental  
 antiambiental  pró-ambiental

11. Comportamentos sustentáveis  
 pró-ecológico  frugal  altruísta  equitativo

12. Comportamento pró-ecológico  
 ecologicamente amigável  ambientalmente responsável

Fonte: Elaboração própria

**Figura 5 - Grade de observação “Espaço Copaíba”**

**a. Quadro geral de observação**

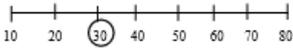
1. Zona Rural  
 favorecida  média  desfavorecida

2. Dimensão  
 inferior 01ha  de 01ha a 10ha  superior 10ha

3. Ramo  
 olericultura  fungicultura  outro

**b. Descrição do produtor**

4. Sexo  
 masculino  feminino

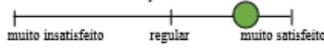
5. Idade aproximada  


6. Grau de escolaridade  
 fundamental  médio  superior

**c. Comercialização (CCA)**

7. Principal motivação  
 *lifestyle*  engajamento sustentável  retorno financeiro

8. Canal mais utilizado  
 *e-commerce*  feira  cooperativa  venda no local

9. Grau de satisfação  


**d. Quadro geral de comportamentos**

10. Comportamento ambiental  
 antiambiental  pró-ambiental

11. Comportamentos sustentáveis  
 pró-ecológico  frugal  altruísta  equitativo

12. Comportamento pró-ecológico  
 ecologicamente amigável  ambientalmente responsável

Fonte: Elaboração própria

**Figura 6 – Grade de observação “Nossa Horta Orgânica”**

**a. Quadro geral de observação**

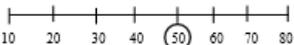
1. Zona Rural  
 favorecida  média  desfavorecida

2. Dimensão  
 inferior 01ha  de 01ha a 10ha  superior 10ha

3. Ramo  
 olericultura  fungicultura  fruticultura

**b. Descrição do produtor**

4. Sexo  
 masculino  feminino

5. Idade aproximada  


6. Grau de escolaridade  
 fundamental  médio  superior  
 Observação: Superior incompleto.

**c. Comercialização (CCA)**

7. Principal motivação  
 *lifestyle*  engajamento sustentável  retorno financeiro

8. Canal mais utilizado  
 *e-commerce*  feira  cooperativa  venda no local

9. Grau de satisfação  


**d. Quadro geral de comportamentos**

10. Comportamento ambiental  
 antiambiental  pró-ambiental

11. Comportamentos sustentáveis  
 pró-ecológico  frugal  altruísta  equitativo

12. Comportamento pró-ecológico  
 ecologicamente amigável  ambientalmente responsável

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.2 Fase de entrevista: Portugal e Brasil

Esta etapa da investigação contemplou a análise de produtores rurais que trabalham com o circuito curto agro-alimentar não somente no Brasil, mas também em Portugal, através da disponibilização de um formulário via *web* que procurou entender através de entrevista as características de seus estabelecimentos, bem como instigou a reflexão dos produtores acerca de alguns questionamentos sobre as dinâmicas existentes entre os CCA e a garantia da alimentação saudável e sustentável.

Aqui se faz importante lembrar a integração dos 03 (três) produtores do Brasil anteriormente apresentados e analisados, os quais se dispuseram em também participar deste momento da pesquisa e, além disso, sublinhar que os dados exibidos não poderão ser utilizados em pesquisas futuras com um pressuposto generalista, já que a amostra de produtores considerada não é capaz de refletir todo o contexto nacional e particularidades dos países selecionados. Em síntese, no total foram considerados 06 (seis) produtores portugueses e 10 (dez) produtores fixados no Brasil.

Introduzindo os resultados a partir do cenário português, notou-se uma predominância de produtores vinculados ao projeto de cooperação interterritorial “PROVE: Promover e Vender”, tendo em vista que o contacto direto com a ADREPES possibilitou a abertura de um canal com eles. Entre os produtores entrevistados, 05 (cinco) deles revelaram que o motivo de interesse nesta modalidade de comercialização (CCA) provém do melhor retorno financeiro que ela é capaz de proporcionar e, assim, portanto, o estímulo à adesão é geralmente de ordem económica e financeira. Este incentivo

justifica-se pela facilidade de entrada nos mercados; pelo contacto direto com os consumidores finais; pela obtenção de renda imediata e contínua; e pela possibilidade de praticar preços justos.

Localizados entre o Norte, o Centro, Lisboa e Alentejo estes produtores possuem terras de qualidade própria, sendo que apenas 01 (uma) delas é arrendada. As propriedades resultam em um faturamento bruto anual inferior a €25 mil quando possuem até 05 hectares e podem chegar até €75 mil quando superiores a 10 hectares. Além do mais, 03 (três) dos 06 (seis) produtores possuem sistemas sustentáveis de agricultura, ou processo produtivo com enviesamento biológico, sendo que os demais trabalham com agricultura integrada, moderna e extensiva. Já a comercialização, concretamente, ocorre no âmbito do regime de cestas e cabazes; pelo fornecimento para restaurantes locais e, também, por intermédio do *e-commerce* (Figura 7).

**Figura 7 – Grelha de Resultados de Portugal**

Nº	Região	Qualidade	Dimensão	Faturamento	Tempo	Agricultura	Alterações	Motivo CCA	Canal
01	Alentejo	Própria	> 01 ha até 05 ha	< € 25 mil	< 5 anos	Biológica	Mecanização	Engajamento Sustentável / Valor agregado aos clientes / Retorno financeiro	<i>E-commerce</i> / Restaurantes locais
02	Norte	Própria	< 01 ha	< € 25 mil	> 10 anos até 15 anos	Extensiva	n/a	Retorno Financeiro	<i>E-commerce</i> / Cabazes
03	Centro	Própria	> 01 ha até 05 ha	< € 25 mil	> 05 anos até 10 anos	Biológica	Mecanização/ Certificação	<i>Lifestyle</i>	Cabazes
04	Lisboa	Própria	> 01 ha até 05 ha	< € 25 mil	> 05 anos até 10 anos	Moderna	Infraestrutura/ Mecanização	Retorno Financeiro	Cabazes
05	Centro	Arrendada	> 01 ha até 05 ha	< € 25 mil	> 05 anos até 10 anos	Biológica	Mecanização / Certificação	Retorno Financeiro	<i>E-commerce</i> / Cabazes
06	Lisboa	Própria	> 10 ha	> € 25 mil até € 75 mil	> 10 anos até 15 anos	Integrada	Infraestrutura/ Mecanização	Retorno Financeiro	Cabazes

Fonte: Elaboração própria

Já no Brasil, diferentemente, não se identificou nas iniciativas a aplicação de metodologias específicas de apoio ao escoamento de produtos em modelo de CCA, assim como a que está em vigor em Portugal. Por outro lado, notou-se grande pioneirismo de pessoas urbanas que, motivadas por ideologias pessoais (*lifestyle*; engajamento sustentável), migraram para o campo para trabalhar com produção biológica e escoamento de produtos direto ao consumidor final. Nota-se, inclusive, que é um movimento relativamente recente, uma vez que a grande maioria dos negócios estudados tem um tempo de existência ainda inferior a cinco anos (Figura 8).

No Brasil, o CCA pareceu estar diretamente relacionado com a agricultura sustentável, principalmente porque, segundo Comunello (2010) a produção diversificada exige a construção de circuitos de comercialização que a viabilize, facilitando à distribuição de alimentos, o transporte, a gestão de vendas e uma maior identificação entre produtores e consumidores, para além de serem ideologicamente opostos aos circuitos longos, representativos na agricultura convencional.

**Figura 8 – Grelha de Resultados do Brasil**

Nº	Região	Qualidade	Dimensão	Faturamento	Tempo	Agricultura	Alterações	Motivo CCA	Canal
01	Sudeste	Alugada	< 01 ha	> R\$70 mil até R\$120 mil	< 5 anos	Biológica	Infraestrutura/ Certificação	Lifestyle / Engajamento Sustentável	Feiras / Cabazes / E-commerce
02	Sudeste	Própria	> 10 ha	> R\$170 mil	> 15 anos	Moderna	Infraestrutura/ Mecanização	Retorno Financeiro	CSA
03	Sul	Própria	> 10 ha	< R\$70 mil	> 05 anos até 10 anos	Biológica	n/a	Retorno Financeiro	E-commerce
04	Sul	Própria	> 01 ha até 05 ha	< R\$70 mil	> 05 anos até 10 anos	Extensiva	Infraestrutura/ Mecanização	Lifestyle	Vendas na estrada
05	Sul	Própria	> 10 ha	< R\$70 mil	> 15 anos	Biológica	Mecanização	Retorno Financeiro	Vendas na estrada
06	Sul	Própria	> 10 ha	< R\$70 mil	< 05 anos	Biológica	Infraestrutura	Retorno Financeiro	E-commerce
07	Sudeste	Própria	> 10 ha	< R\$70 mil	< 05 anos	Sustentável	n/a	Engajamento Sustentável	E-commerce
08	Sul	Própria	> 05 ha até 10 ha	< R\$70 mil	< 05 anos	Biológica	n/a	Retorno Financeiro	E-commerce
09	Sudeste	Arrendada	>10 ha	> R\$170 mil	> 05 anos até 10 anos	Biológica	Infraestrutura/ Mecanização/ Certificação	Lifestyle / Engajamento Sustentável / Valor agregado aos clientes / Retorno Financeiro	Feiras / Cabazes / Órgãos públicos / E- commerce / CSA / Restaurantes locais / Eventos
10	Sudeste	Própria	< 01 ha	> R\$120 mil até R\$ 170 mil	< 05 anos	Biológica	Infraestrutura	Lifestyle / Engajamento Sustentável / Valor agregado aos clientes / Retorno Financeiro	Feiras / Órgãos públicos / E- commerce / CSA / Restaurantes locais / Eventos

Fonte: Elaboração própria

Estabelecidos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, 08 (oito) dos entrevistados possuem propriedade de qualidade privada, enquanto apenas 02 (dois) arrendam as suas terras de produção. O faturamento bruto anual dos estabelecimentos, por outro lado, não segue com proporcionalidade a dimensão das terras, uma vez que há a possibilidade de alcançar um faturamento bruto de até R\$170 mil em locais com menos de 01 hectare, enquanto propriedades com mais de 10 hectares podem faturar R\$70 mil. A agricultura com viés sustentável, ou agricultura biológica, é predominante nas explorações, compreendendo 08 (oito) delas, enquanto as demais trabalham com a moderna e com a extensiva. Finalmente, com relação à comercialização, a venda através de *e-commerce* com entregas em domicílio são as mais comuns, podendo, simultaneamente, serem trabalhadas diversas outras modalidades como, por exemplo, as feiras, os CSA e as vendas para órgãos públicos.

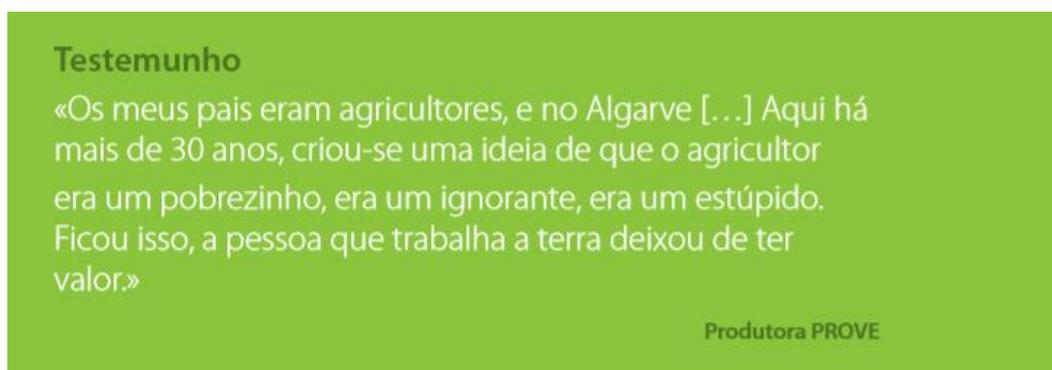
### 5.1.3 O retrato dos produtores

De maneira a enriquecer o estudo em questão, buscou-se também compreender, complementarmente, como é que estes produtores, portugueses e brasileiros, são retratados pela sociedade em que fazem parte e o que eles aspiram conquistar diante dos pareceres verificados, possibilitando assim, em compensação, perceber como eles se encontram posicionados sob um olhar mais global e, ainda, qual o sentimento que há por trás das respostas dadas por eles com relação às reflexões que mais adiante foram propostas, as quais tiveram relação com o papel impulsionador do CCA ao abrigo do desafio da alimentação sustentável em uma perspectiva global e de longo prazo.

Em decorrência do que precede, não se observou grande diferenciação no retrato dos produtores entre estes dois países selecionados pelo estudo, pois o olhar existente sobre eles sempre se renovou em conjunto com o caminhar das transformações globais. Sabe-se que desde os primórdios da modernização agrícola houve um afastamento representativo da sociedade com a zona rural, gerando como consequência uma desvalorização e falta de reconhecimento para com quem sempre esteve a fazer da terra a sua morada e sustento. Com o passar dos anos e mudança do estilo de vida das populações urbanas que se adequavam cada vez mais as grandes cidades, este distanciamento se agravou e passou a impulsionar uma maior procura por alimentos industrializados, de rápida preparação, não sazonais e geralmente de origem não conhecida ou não referenciada.

Os consumidores passaram a manifestar uma consciência vaga sobre as vantagens de adquirir produtos locais, bem como falta de tempo, falta de sensibilidade ética e social e um grande desconhecimento das variedades locais, assim como da importância do trabalho destes produtores rurais. E, especialmente em Portugal, onde os produtores que trabalham com os CCA têm um histórico familiar ligado à agricultura e produção, eles sentem-se culpados por muitas vezes não terem tido a oportunidade de desenvolver outra atividade, desmotivando, conseqüentemente, os seus descendentes a prosseguirem com a atividade agrícola devido ao desinteresse e a desvalorização verificada junto à sociedade (Bandeiras *et al.*, 2009).

#### **Figura 9 – Testemunho de uma produtora PROVE**



Fonte: Bandeiras *et al.* (2009)

Já no Brasil, apesar de a grande maioria dos produtores entrevistados não possuírem histórico no campo, uma vez que saíram de grandes cidades para realizar transformações positivas no meio rural trabalhando com projetos sustentáveis e comumente com a agricultura biológica dentro do formato de CCA, de acordo com relatos encontrados, os maiores obstáculos que enfrentaram também deram-se no meio social, conforme a narrativa abaixo de um dos produtores extraída de uma entrevista conduzida por Bonfato (2019: 6) que amparou o presente estudo:

*O primeiro obstáculo é sempre o social! Veja o cenário: nós recém-formados dentro de uma instituição centenária e reconhecida, onde você tem a ambição de ser também grande, de alçar grandes voos e aí, nesse momento, nós optamos por iniciar um trabalho de “formiguinha”, por iniciativa própria, em uma área onde não há como progredir se você não acreditar no projeto. Classificam-te como verdureiro, que produz hortifrúti, enfim você não tem o glamour de falar que é engenheiro agrônomo de uma empresa de grande porte. Então o status social foi o primeiro confronto na criação do Meu Quintal como empresa. Eu e meu irmão somos de origem urbana, não tínhamos nenhum vínculo com a área rural, nosso vínculo era simplesmente chácara de recreio no final de semana e, agora, se torna nossa profissão e destino (A.R., “Meu Quintal Orgânicos”).*

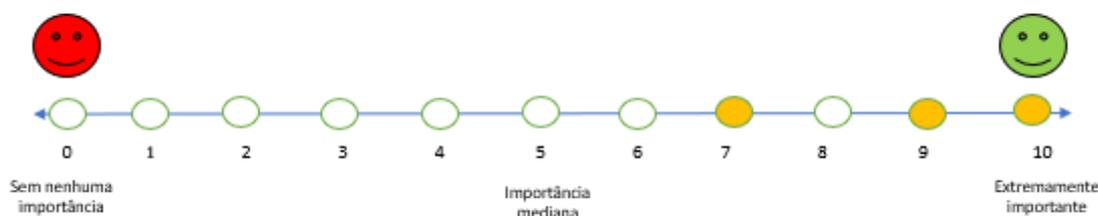
Constatou-se, então, que existe uma espécie de prejulgamento negativo para com os pequenos produtores rurais de ambos os países que pode desenrolar-se em um sentimento de desmotivação dentro deles e, conseqüentemente, de desvalorização com relação ao próprio trabalho. Por outro lado, apesar desta prevenção, percebeu-se também que há em vigor uma sutil transição destes olhares que os cercam, impulsionada pelas iniciativas de fomento aos pequenos produtores, e, sobretudo, ao circuito curto agro-alimentar, pois, a aproximação da cidade com o meio rural proporcionou a abertura de um canal para diálogo e troca de experiências que está a promover um resgate propício dos valores e saberes ancestrais do campo.

#### **5.1.4 A perspectiva dos produtores**

Os produtores entrevistados têm dentro de si o conhecimento de que houve uma ruptura entre o vínculo da produção com o consumidor final e acreditam na importância de retomar este diálogo, uma vez que a aproximação entre produtores e consumidores, ao contrário do que acontece nos circuitos convencionais de larga escala, permite ao consumidor maior conhecimento das condições produtivas e da qualidade dos alimentos, instruindo-os, por exemplo, sobre a sazonalidade dos alimentos e a importância da sustentabilidade ambiental nas práticas produtivas e de comercialização, para além de ter repercussões nas questões de segurança e soberania alimentar.

Através de análise realizada e apresentada na Figura 10, verificou-se que, em uma escala de importância de 0 (sem nenhuma importância) a 10 (extremamente importante), 09 do total de produtores responderam com “10” sobre o valor do estreitamento da relação campo-cidade para o futuro, enquanto seis responderam com “09” (muito importante) e apenas um dos produtores respondeu com “07” (importante). Logo, todos eles concordam em maior ou menor medida sobre a relevância desta reaproximação entre as duas extremidades do circuito para o futuro, principalmente porque consideram o consumidor um ator central na dinâmica territorial de desenvolvimento rural e suas respectivas especificidades socioculturais, político, económico e ambientais.

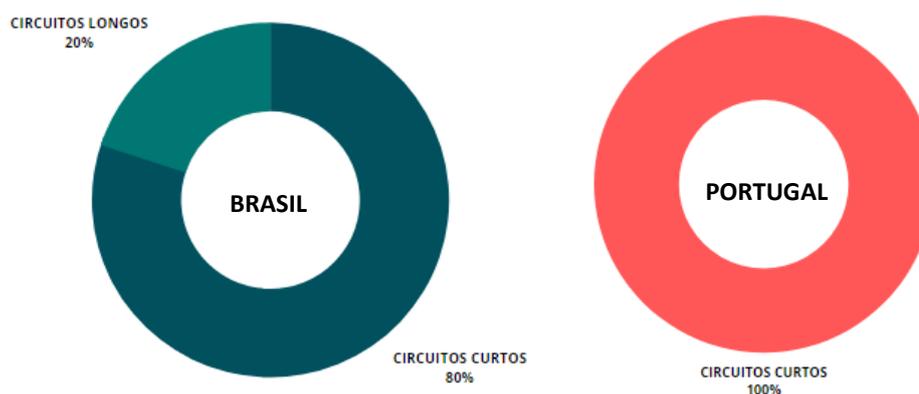
**Figura 10 – Escala de importância dos CCA para o futuro**



Fonte: Elaboração própria

Ainda sob a perspectiva dos atores, foi questionado sobre quais as medidas que deveriam ser consideradas, em um cenário hipotético, para se alimentar uma população em constante crescimento de maneira sustentável, ou seja, garantindo, simultaneamente, a segurança alimentar, a saúde das pessoas e a preservação do planeta. Como resultado, 08 (oito) de um total de 10 (dez) produtores brasileiros e todos os 06 (seis) produtores portugueses entrevistados responderam acreditar, sobretudo, no fomento da produção local e sustentável em conjunto com o desenvolvimento de regiões mais autossuficientes conforme Figura 11. Depois, eles elencaram alguns outros pontos que consideram relevantes assim como o investimento em tecnologia para o desenvolvimento de novos produtos; a mudança de hábitos alimentares; e a conscientização de compra em nível do consumidor que, por exemplo, deveria respeitar a sazonalidade dos alimentos.

**Figura 11 – Percepção dos produtores sobre o formato ideal do futuro**



Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, apesar de a procura pela comercialização em CCA ser motivada em sua grande parte por aspectos económicos e financeiros, os produtores rurais carregam no seu íntimo a crença de que estes circuitos são essenciais para a construção de um mundo melhor e, para mais, acreditam que eles próprios podem se tornar agentes imprescindíveis para esta mudança acontecer, a qual caminha

em direção contrária a agricultura convencional e seus respectivos circuitos. Novamente em Bonfato (2019: 6), A.R., produtor líder da iniciativa brasileira “Meu Quintal Orgânicos”, disse:

*Dentro dessa percepção de que a agricultura que era praticada não era uma agricultura condizente com o que a gente acreditava, percebemos que quem faz a agricultura se transformar é o consumidor. Nas décadas de 70 e 80 os supermercados chegaram oferecendo ao consumidor - durante todo o ano - produtos que antes só eram encontrados em suas respectivas épocas. Então a partir disso, você entende que há uma ruptura do vínculo da produção com o consumidor final. Acreditamos que é necessário retomar o diálogo. A gente deve trazer as informações, não só vender o alimento que nutre o corpo, mas o alimento e a informação necessária sobre ele. (...) Um fator importante no processo evolutivo da empresa é que começamos a perceber também que as feiras livres eram um lugar onde conseguíamos bater esse papo direto com o consumidor final. E aí começamos a fazer as feiras livres de forma cotidiana (A.R., “Meu Quintal Orgânicos”).*

Do lado português, essa percepção da importância do produtor em um contexto mais alargado parece surgir, principalmente, dos fundadores da metodologia PROVE considerada neste estudo, considerando que, de acordo com Baptista *et al.* (2012), o projeto tem tido um importante efeito demonstrativo, no sentido de auxiliar a sensibilização para o consumo de proximidade, promovendo alterações nas atitudes dos consumidores, uma vez que os cabazes têm essa componente pedagógica que, através de uma experiência relacional, os consumidores passam a conhecer melhor os produtos da região, alguns aspetos relativos à sazonalidade dos alimentos e entre outros elementos que constituem os circuitos curtos agro-alimentares.

Entretanto, os produtores portugueses inseridos neste trabalho, passaram a perceber que existe maior interação dos consumidores neste canal e, dessa maneira, automaticamente, são criados espaços para que sejam esclarecidas questões inerentes à exploração, tornando-os mais ativos e conscientes de seu papel na sociedade em que fazem parte. Em excertos extraídos de Baptista *et al.* (2012) verificou-se as seguintes impressões: “Perguntam-nos sobre os modos de produção, os solos, o que dá. Há consumidores que abdicam de tempo para conversar e saber (...)” (DOLMEN, produtor, p.28) “(...) Há pessoas que se interessam pelo princípio do PROVE e temos de trabalhar para o consumidor, com carinho.” (DOLMEN, produtor, p.28).

Diversos são, portanto, os caminhos que levaram os produtores a realizar ativamente mudanças de impacto dentro do sistema alimentar e tão diversas são também as suas motivações, mas a educação para o consumo responsável é a principal força que responde pela efetivação dessas transformações e ela só é alcançada através da abertura de um canal para diálogo entre produtores e consumidores, tal como ocorre no circuito curto agro-alimentar. Os produtores se utilizam desse canal para levar as

informações que julgam importantes para os consumidores a fim de que eles desenvolvam um espírito crítico, promovam novas atitudes e se sensibilizem para a geração de novos valores.

Finalmente, ainda que eles busquem a própria sobrevivência, os produtores rurais passam a considerar ser parte deste movimento de mudança que viabiliza diversas aberturas para a dinamização socioeconômica de seus territórios e, por essa razão, isto faz com que busquem adotar diferentes estratégias, de acordo com Jaffe e Gertler (2006), para requalificar os consumidores em oposição à aceitação e à conformidade aos alimentos ofertados pelo sistema convencional, promovendo o empoderamento necessário para torná-los cidadãos conscientes de sua alimentação ou *food citizens*, conforme relataram Wilkins (2005) e Levkoe (2006).

Perez-Cassarino e Ferreira (2013) sublinharam ainda que a construção destes circuitos encontra-se orientada pela busca da soberania e segurança alimentar e nutricional que, atrelada a um esforço de aproximação entre produção e consumo, alcança a busca pela proximidade social entre seus membros e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. Assim, os produtores engajados na comercialização de proximidade estão, mesmo quando não conscientes desde o princípio, pautados por uma construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas alimentares, os quais se baseiam na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança entre todos os seus participantes.

## **5.2 Discussão dos Resultados**

Diante das informações auferidas, percebe-se a existência de uma nítida força intrínseca aos pequenos produtores rurais que os impulsiona para grandes transformações em um processo constante de esgotamento do velho. Neste momento, instigada pelas consequências da globalização no meio rural, há a formação de um novo perfil de produtor que, curiosamente, se assemelha em alguns aspectos mesmo quando analisado sob a perspectiva de diferentes continentes. Envolvidos pela busca da elevação das virtudes sociais em contraposição a estruturação mercadológica atual baseada em circuitos cada vez mais longos, os produtores abraçaram o desenvolvimento a partir da negação das suas formas anteriores de existência, consolidando-se através de um novo formato que se edifica pelo desenvolvimento de novos laços com os consumidores finais. Trata-se de um movimento de ascensão e transformação destes produtores que não pretende a estagnação e que deve, à vista disso, continuar a se modificar com o decorrer dos anos e das circunstâncias.

Abandona-se, portanto, a ideia de subsistência que envolveu a produção local e familiar por um longo período de tempo e, atualmente, por intermédio de um novo modelo de comercialização consciente, ou seja, o circuito curto agro-alimentar, abre-se espaço para que ela possa atuar com a

democratização da alimentação saudável e sustentável, regenerando o sentido da coletividade e dinamizando as relações socioeconômicas de recortes espaciais antes apartados pela contemporaneidade. Interessante notar, no entanto, que a formação deste movimento não necessariamente foi pensada ou planejada estrategicamente por estes produtores englobados pela pesquisa, sendo que, para alguns, deveu-se apenas a um instinto natural de sobrevivência aos efeitos destrutivos da lógica financeira hegemonicamente instalada.

No caso dos produtores portugueses, por exemplo, notou-se apenas um apoio de terceiros visando o aprimoramento dos seus respetivos negócios para assim facilitar o escoamento de produtos localmente, reinserindo-os nos canais de comercialização locais, dado que a intenção desse movimento partiu de associações externas e não destes produtores propriamente ditos. Isto porque, a metodologia PROVE, conforme Bandejas *et al.* (2009), surgiu da análise de uma situação emergente e de um diagnóstico elaborado por parceiros, entidades e indivíduos que atuam no território, mas que, por outro lado, estimulou os produtores contemplados a transformarem as suas operações e passarem a participar fortemente da dinamização de seus territórios, conscientes não somente dos benefícios visíveis localmente, mas também, conforme averiguado em entrevista, de seus impactos sob uma perspectiva global e de longo prazo.

Os brasileiros, em contrapartida, preocupados com o meio ambiente e com o modo de produção contemporâneo, mostraram-se atrelados ao CCA e a produção biológica como instrumentos ideológicos desde o princípio. Aliás, este novo movimento de produtores rurais que saíram das grandes cidades para se estabelecerem no campo, fomenta um cenário novo de esperança para os agricultores familiares que lá já estão inseridos muitas vezes apoiados em projetos sociais de subsistência ou produzindo em *commodities* sem obter rendimentos necessários para permanecerem na atividade, uma vez que, segundo Schneider e Ferrari (2015), os mercados de *commodities* e a integração vertical dos produtores rurais às cadeias agroindustriais especializadas colocam-os na posição de tomadores de preços fixados por empresas que se encontram à jusante.

Dessa maneira, estas novas iniciativas brasileiras podem dar um novo significado para a vida rural e, como consequência de suas ações principalmente ao nível do consumidor, todos os agricultores familiares poderão ganhar mais visibilidade em um contexto nacional, pois estes novos geralmente são mais instruídos de informação e de meios para se inserir eficientemente nos mercados, levando uma imagem positiva do campo para as cidades e fazendo crescer a confiança do consumidor. Assim, os agricultores familiares passam a ter novos exemplos de iniciativas empreendedoras para se inspirar que não dependem necessariamente de programas governamentais para existirem e, assim, poderão trocar experiências sobre as mais atuais técnicas de cultivo e também poderão usufruir dos recentes canais de comercialização online que vêm sendo construídos.

No que tange ao sentimento propulsor destas iniciativas, sejam elas portuguesas ou brasileiras, acredita-se haver uma grande insatisfação relacionada com as desilusões sociais ocorridas no século XX, quando a intensa ascensão da importância das vontades monetárias resultou em uma desestruturação social sem precedentes, subjugando todas as pluralidades e virtudes locais. Assim, atualmente, segundo Krippner *et al.* (2004), as iniciativas estão a ser construídas através de redes de proximidade socioeconómica, determinando que o funcionamento do mercado não deve ser entendido como algo externo às pessoas, mas, sobretudo, como resultado de ações que são produzidas pelas pessoas em questão. Tanto é verdade que, entre os produtores estudados, a grande maioria acredita que o sucesso da alimentação do futuro dependerá das construções de circuitos curtos e do desenvolvimento de regiões mais autossuficientes.

Há um sentimento de insatisfação que dinamiza ações para a construção de novos modelos produtivos e de comercialização, uma vez que os efeitos promovidos pelo desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, baseado no produtivismo e consumismo, continuam a refletir a racionalidade instrumentalizada que promove o paradigma da escassez, deixando evidente a desumanidade, o egocentrismo e os valores morais voláteis da sociedade. Lembrando que, de acordo com Vivas e Montagut (2011), o sector da agroindústria junto às grandes corporações, intensificou a deterioração na agricultura e no abastecimento agro-alimentar, tendo em vista que estes foram submetidos aos mesmos imperativos produtivistas do modelo industrial, colocando o lucro à frente da segurança alimentar e também à frente do respeito ao meio ambiente.

Dessa maneira, como resposta aos limites do sistema alimentar convencional novas iniciativas têm vindo a florescer. Através dos CCA, por exemplo, os produtores hoje conseguem ofertar alimentos a preços mais justos aos consumidores e garantir maior apropriação final de seus produtos. Com isso, estimula-se a circulação de riqueza no local que assume um sentido contrário aos circuitos produtivos atuais, os quais, por outro lado, fragilizam os valores territoriais através de políticas que promovem a reprodução de capital nem sempre compromissadas com a conjuntura social em que se encontram, dado o que Bava (2012) já dizia *“(...) nunca a riqueza e a renda estiveram tão concentradas em escala global. E essa é uma das mais importantes causas da crise atual”*.

Nesse sentido, não se trata apenas do empoderamento dos pequenos produtores que trabalham com o CCA, mas de uma mudança estrutural que modifica positivamente a vida de um número abrangente de pessoas pertencentes àquele território, principalmente pela promoção da economia local, que se apresenta através da estruturação de empresas locais e da articulação das cadeias produtivas e de comercialização, contribuindo com a geração de renda no território e assumindo um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, pois a insegurança alimentar, conforme visto em fragmentos anteriores, trata-se mais das desigualdades existentes de acesso do

que de gargalos na capacidade produtiva, sendo *“mais uma questão de preços e salários do que de crescimento populacional e produtividade agrícola”* (Mascarenhas e Gonçalves, 2017).

É, portanto, neste ponto em que os circuitos curtos agro-alimentares articulam com o desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável, ao contribuir com a garantia da segurança alimentar e nutricional em suas mais variadas esferas. Tudo inicia-se em um movimento que objetiva a garantia de sustento de seus membros através da incorporação de seus produtos no mercado, mas que se desdobra na reeducação do consumidor para o consumo responsável, na consequente dinamização da economia local e, por fim, na preservação ambiental através dos comportamentos pró-ecológicos destes produtores que, de mais a mais, resultam em produtos de qualidade superior aos convencionais e garantem a prosperidade no que diz respeito à capacidade futura de produção.

Entretanto, garantir o oferecimento sustentável da alimentação vai além de aplicar técnicas de cultivo biológicas e agroecológicas ou de poupar esforços desnecessários com a estruturação logística, assim como acontece nos circuitos curtos de proximidade, os quais tendem a reduzir gastos como os de transporte, energia, combustível, embalagens e outros itens que são demandados no funcionamento dos circuitos convencionais. A conquista deste objetivo se faz, então, pela integração de diversos fatores que os CCA são capazes de proporcionar, mas que oferece-se, principalmente, através da redução das desigualdades sociais que gera impactos positivos no problema da insuficiência de renda para acesso aos alimentos, indicada como o principal problema dos dias atuais.

Claramente não há a intenção de afirmar que os CCA, unicamente, são capazes de resolver o problema de acessibilidade de alimentos para todas as classes sociais, tendo em vista que, por enquanto, eles estão apenas a atender um nicho específico de clientes, que são geralmente pessoas sensibilizadas ou de classe médio-alta. Mas há sim o intento de mostrar que, ao contribuírem com a ascensão financeira destes produtores, já passaram de certa maneira a dinamizar economicamente zonas rurais que vinham sofrendo com a desertificação e com a falta de oportunidades.

Em suma, não é possível pensar em desenvolvimento sustentável sem a compreensão da falta de progresso nas áreas rurais, pois, conforme a FAO (2005), ainda hoje entre as mais de 800 milhões de pessoas vulneráveis que sofrem com a insegurança alimentar, a maioria vive no campo. Para mais, em tempos de pandemia como a atual de Covid-19<sup>12</sup>, a qual impacta nas transações e na oferta das cadeias de alimentos, são as comunidades mais vulneráveis do mundo as que mais sofrerão com os impactos, pois, em conformidade com a UN (2020), se os sistemas alimentares atuais já estão a falhar naturalmente, as medidas de mitigação e recessão globais poderão afetar ainda mais o funcionamento destes com consequências severas em algumas regiões do planeta.

---

<sup>12</sup> A pandemia de COVID-19 é uma pandemia em curso de COVID-19, uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) que deu início no ano de 2020.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise, interpretação e discussão dos resultados, este capítulo de considerações finais, apresenta as principais conclusões retiradas da pesquisa efetuada, as limitações de que a mesma enferma e as sugestões de pistas para trabalhos de investigação futuros.

### 6.1 Aspetos Gerais

Há uma série de mudanças económicas e institucionais a nível global desde o fim dos anos de 70, as quais se relacionam com o processo de liberalização dos mercados e com o crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, ocasionando diferentes impactos sobre a produção agrícola. Essas transformações foram responsáveis pela reestruturação das cadeias produtivas do sistema agro-alimentar sob a coordenação de poderosas corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização de produtos (Marques, 2008).

Neste contexto, apesar de algumas exceções, verifica-se ainda nos países industriais o estabelecimento representativo da agricultura com base familiar, seja ela arrendatária, proprietária ou em modo de corporação (Goodman & Watts, 1994). Dessa maneira, de um lado, constatou-se a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da população total e, de outro, a sua adaptação e transformação através da emergência de novas formas de luta e de organização da vida e produção no campo (Marques, 2008).

Na Europa, há uma tendência de desenvolvimento da agricultura em duas frentes: o modelo produtivista-exportador e o modelo de agricultura sustentável a abrir espaço para o multi-agriculturalismo, o qual procura valorizar os múltiplos processos produtivos como o convencional, o biológico e outros. Já na América Latina, apesar do campesinato estar em uma posição um pouco mais crítica (Marques, 2008) e esmagado pelo fardo da integração económica internacional, ele passou a reivindicar com sucesso seu próprio espaço - territorial ou político – permitindo-lhe sobreviver aos ataques violentos da globalização através de diferentes alternativas (Barkin, 2004).

Em meio a uma globalização afluente que transforma cenários com fugacidade, impactando de diversas formas o planeta e a sociedade, há em vigor um movimento comandado por pequenos produtores rurais e associações que trabalham a fim de defender a própria sobrevivência e, também, ao mesmo tempo, de garantir a prosperidade das gerações vindouras. Estes produtores rurais em sua grande maioria carregam dentro de si uma característica familiar e um “saber-fazer” ancestral que pode ser associado com os princípios básicos da agroecologia, pois, de acordo com Canuto, Silveira e

Marquez (1994) eles têm de uma visão sobre os recursos naturais centrada no longo prazo e são versáteis no manejo dos recursos agrícolas disponíveis.

Em continuidade, ainda que simbolicamente, estes profissionais do campo passaram a portar a “bandeira” do desenvolvimento sustentável, pois contribuem imensamente com a soberania alimentar, ao produzir com qualidade e diversidade, sempre respeitando a cultura, o meio ambiente e a biodiversidade. Assim, eles revelaram-se como possíveis protagonistas da sustentabilidade na zona rural em um horizonte de esperança que contrasta com o atual e desolador cenário, principalmente ao resgatar um olhar atento de organizações e indivíduos sensíveis para com o futuro da humanidade que agora preocupam-se com a manutenção da existência destes produtores a qual, por longos anos, foi negligenciada e deixada às margens de qualquer desenvolvimento.

Isto porque na história, enquanto as cidades continuavam a expandir-se e as grandes corporações ocupavam terras e dominavam os mercados, o cuidado compassivo para com as comunidades locais e para com a natureza dissipava-se no tempo, marginalizando famílias e um grande conjunto de espécies de seres vivos existentes na biosfera. Bandeiras, Costa, Calheiros, Alvarez e Alter (2009) revelaram que, dessa maneira, os pequenos produtores passaram a não conseguir escoar as suas produções nos locais comuns de venda e adaptar-se a este novo cenário competitivo. Com uma fraca leitura do mercado, poucos conhecimentos em gestão e iniciativas económicas reduzidas, terminaram por abandonar as suas terras ou a comercializar informalmente.

Em contrapartida, durante esta investigação constatou-se que há formação de uma resistência contra o crescimento desenfreado e inconsciente dos interesses do agronegócio, uma vez que são muitas vezes contraditórios as necessidades da população, dos povos tradicionais, da fauna e da flora. De alguma maneira, estão a ser superados os velhos conceitos de modernização rural que, segundo Toledo (1993), centravam-se antigamente no direcionamento dos processos produtivos exclusivamente para o mercado e no desmantelamento da vida em comunidade e dos recursos naturais, com crescente homogeneização espacial e produtiva. Assim sendo, a agricultura familiar e os circuitos de proximidade voltaram a ganhar força em prol do desenvolvimento local e sustentável, da geração de emprego e renda e da segurança alimentar e nutricional (FAO/INCRA, 2000).

## **6.2 Principais Conclusões**

Identificado o problema subjacente ao presente estudo, de perceber como os CCA podem ser uma das possíveis vertentes necessárias para a promoção dessas mudanças sustentáveis nos sistemas alimentares, formularam-se os objetivos, geral e específicos, sendo o geral o de entender o Circuito

Curto Agro-alimentar (CCA) como forma sustentável de responder ao desafio de alimentar o mundo, tendo Brasil e Portugal como objeto de estudo.

Este trabalho de investigação, para além da aplicação e do aprofundamento dos conhecimentos académicos prévios, possibilitou a aquisição de novos, ao procurar compreender as características e o dinamismo do Circuito Curto Agro-alimentar (CCA) em duas perspetivas. Uma, da sua contribuição para os desafios futuros que se relacionam com o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar e nutricional e, a outra, de sua essência para os produtores rurais do Brasil e de Portugal. O conhecimento prévio, complementado de forma substantiva, com o alcançado pelos resultados conseguidos no estudo, possibilitou obter as conclusões que se apresentam, por objetivo específico.

Quanto ao primeiro objetivo específico, *Proceder a uma ampla revisão da literatura sobre os sistemas alimentares e o circuito curto agro-alimentar*, foi analisado na literatura, distintos autores e obras que permitiram o entendimento da história dos sistemas alimentares onde os CCA encontram-se inseridos, esta que foi moldada, principalmente, por marcos políticos, guerras e avanços da tecnologia. Alcançou-se com isso o discernimento sobre a relevância destes circuitos como impulsionadores locais de ações que fomentam a sustentabilidade dos sistemas alimentares e que têm forças para repercutir a nível global. Ainda, mesmo quando considerado dois países distintos, Portugal e Brasil, as particularidades de cada um não interferiram no âmago das dinâmicas que estão a ser construídas para a ascensão de seus produtores, uma vez que há um movimento relativamente claro de ações para fomentar o comércio de proximidade nestes países.

Quanto a *Caracterizar os sistemas agro-alimentares e os CCA do Brasil e de Portugal*, o segundo objetivo específico, verificou-se a não existência de uma parceria ou um diálogo entre os países para o fomento do circuito curto agro-alimentar em seus territórios e, mesmo assim, seja por iniciativa de organizações sem fins lucrativos como é o caso da ADREPES, ou por iniciativa de produtores-líderes idealistas, como mostrou acontecer no Brasil, o CCA vem sendo desenvolvido e ganhando notoriedade em um sincronismo impressionante que vence aos poucos as barreiras impostas pelo agronegócio convencional através da união de sentimentos e convicções de seus atores locais que movimentam ações e energias análogas no mundo todo.

Sobre o terceiro objetivo específico, *Compreender os comportamentos ambientais de alguns produtores-líderes que se inserem nas dinâmicas do comércio de proximidade*, conclui-se que os produtores envolvidos carregam consigo a importância de suas atividades em um contexto global, mas, mesmo quando não estão conscientes desde o princípio, ao estreitarem os laços com os consumidores finais passam a tomar conhecimento deste papel que possuem e a dar-lhe valor. Isto porque, através dos espaços que se estabelecem por intermédio dos CCA, nasce a oportunidade de

educação ao nível do consumidor, extremamente necessária para modificar algumas verdades que foram impostas pelo sistema convencional e, assim, formar cidadãos conscientes de sua alimentação. A formação dos *food citizens* passa então a ser considerada como uma das vertentes à ser fomentada para minimizar os impactos da insegurança alimentar a qual, entre diversos fatores, perpetuou-se pelos desajustes das estruturas económicas que ocorreram ao longo da história em conjunto com a constituição das sociedades de consumo, estas últimas elencadas como responsáveis por gerar grande obsolescência de produtos em um espaço curto de tempo, para além de um aumento da delapidação intensiva dos recursos naturais e outros demais impactos.

*Entender as características de iniciativas portuguesas e brasileiras, bem como as percepções dos produtores sobre o papel do CCA ao abrigo da alimentação sustentável* foi o quarto objetivo específico. Conclui-se que, ao menos no Brasil, existem produtores com um estado elevado de consciência ambiental que leva-os a trabalhar não somente para a manutenção de suas próprias vidas, mas, sobretudo, para garantir a conservação do meio ambiente não se restringindo unicamente à dinâmica dos sistemas naturais. Atribuídos de comportamentos pró-ecológicos, frugais, altruístas e equitativos, eles colocam em prática atividades e projetos que visam à garantia do suprimento das necessidades das futuras gerações atuando diretamente na educação ao nível do consumidor, para além da preservação dos recursos naturais.

Em especial, do exposto acima, destacou-se o produtor brasileiro da iniciativa “Nossa Horta Orgânica” que atua fortemente com projetos educacionais para integrar seus clientes nas dinâmicas da iniciativa, desde a preparação do solo até a colheita e a venda. O consumo responsável em suas ações se inscreveu, portanto, em todo o fluxo da cadeia produtiva desde a produção até a comercialização e suas consequências, sendo que a responsabilidade, por sua vez, não deve-se somente em considerar a qualidade dos produtos, dos processos ou dos serviços, mas também as relações existentes entre as pessoas e a natureza, requerendo mudanças de atitude.

No que respeita ao último objetivo específico, *Discutir a forma como os CCA conseguem responder ao desafio de alimentar o mundo para a manutenção e supervivência da vida humana na Terra*, entre os resultados das disfunções das estruturas económicas, conclui-se ser não menos importante, a problemática da fome em seu mais amplo aspeto, a qual atualmente caracteriza-se pelas desigualdades existentes entre produzir um bem e ter acesso a ele. Sendo a luta contra a pobreza e o desequilíbrio social temáticas de grande destaque, conclui-se também, que os CCA podem atuar e ser fundamentais no processo de regeneração dos territórios visando o desenvolvimento sustentável local. Tal resulta do facto de serem dotados de ferramentas e ações para fornecer mudanças estruturais em uma escala maior e, inclusive, modificar as relações de poder existentes.

Finalmente, de mencionar que este estudo não tratou de fomentar a ascensão dos CCA sobre todas as coisas, mas sim de revelar a sua importância dentro dos contextos de construção territorial, consumo responsável e garantia da segurança alimentar e nutricional. Por conseguinte, é considerado necessário contribuir para que a sua realização ocorra de maneira equilibrada e harmoniosa com os circuitos longos na extensão local, uma vez que ambos são necessários e complementares, desde que haja um comprometimento com ações sustentáveis.

### **6.3 Limitações do Estudo**

No desenvolvimento da investigação foram identificadas limitações no que diz respeito, principalmente, à metodologia utilizada.

Por um lado, a metodologia aplicada se fez insuficiente para compreender questões específicas dos territórios no que tange, essencialmente, à dinamização económica proporcionada pelo Circuito Curto Agro-alimentar (CCA). Seria interessante dimensionar os impactos financeiros alcançados por estas iniciativas, bem como mensurar em números as contribuições para com a segurança alimentar e nutricional. Por outro, o facto da abordagem qualitativa, para além de mais subjetiva e dependente do investigador, não permitir a generalização das conclusões obtidas.

Ainda, o número de entrevistados que se considera reduzido. Teria sido desejável também conseguir um número de participantes e, conseqüentemente, de CCA maior e mais diversificado. No que diz respeito estritamente à etapa de Observação Estruturada, faria sentido inclusive observar o comportamento dos produtores portugueses, mas devido às dificuldades existentes de agenda e de logística para transportar a pesquisadora entre estes dois países, ela não se sucedeu.

## 6.4 Sugestões de Pesquisa Futura

A pesquisa e os resultados alcançados, dão pistas para o desenvolvimento de outros estudos sobre a temática, dos quais se sugerem os seguintes:

- Aprofundar a presente investigação, dando continuação ao estudo realizado, empregando a abordagem quali-quantitativa, que trabalha com a interpretação das realidades sociais apoiando-se em símbolos numéricos e dados qualitativos, possibilitando um desenho metodológico embutido e um olhar por conexão das temáticas consideradas.
- Investigar profundamente a consciência do produtor rural atuante em CCA com relação ao seu papel na transformação de cenários para a sustentabilidade do mundo e para a sobrevivência das próximas gerações, enfocando especialmente nos efeitos da formação de *food citizens* que acontece através do estreitamento das relações.
- Estudar a complementariedade dos CCA com os circuitos longos na extensão local, identificando as suas esferas de influência e os aspetos limitantes que um exerce sobre o outro, no sentido de propagação das iniciativas e também no que tange as contribuições para o alcance do desenvolvimento sustentável local e global.
- Entender com detalhamento as contribuições dos circuitos curtos agro-alimentares quando inseridos em uma conjuntura de pandemia no que diz respeito, por exemplo:
  - ✓ As restrições de fronteira e o abastecimento do mercado interno;
  - ✓ A perda de liquidez e a exclusão financeira de grupos vulneráveis inseridos particularmente em áreas rurais;
  - ✓ A falta de manutenção de atividades produtivas lideradas por jovens e mulheres que desempenham papéis importantes na família;
  - ✓ O crescimento desenfreado da insegurança alimentar aguda e crônica, principalmente de pessoas envolvidas na agricultura de subsistência;
  - ✓ A carência de rastreamento e monitoramento de alimentos que fomenta a não identificação de falhas em estágio inicial para ações corretivas de problemas;
  - ✓ As falhas dos sistemas alimentares atuais com o planeta e com a vida humana em si, quando alavancam as mudanças climáticas, minam a biodiversidade, extinguem espécies essenciais e, entre outras, propagam doenças zoonóticas;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Unicamp.
- Abramovay, R. (1998). *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense.
- Abramovay, R. (2002). Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 40 (2):235-264. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/5d7bd3870e88254520717eae> (consulta em 12 outubro 2019).
- Abreu, M. (2005) *Inflação e política monetária em Portugal antes da adopção do Euro*. Banco de Portugal / Boletim económico / Primavera 2005. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200504\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200504_p.pdf) (consulta em 20 novembro 2020).
- Aguiar, A., & Martins, M.M.F. (2004). O crescimento da produtividade da indústria portuguesa no século XX. *CEMPRE – Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Disponível em: <http://wps.fep.up.pt/wps/wp145.pdf> (consulta em fevereiro 2019).
- Alberto, D., & Almeida, J.P.F (2011). *Evolução da agricultura portuguesa no período 1989/2010. Análise de indicadores relevantes*. Trabalho apresentado no 17º Congresso da APDR, 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza "Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional e Sustentável", Bragança - Zamora. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233952379\\_Evolucao\\_da\\_Agricultura\\_Portuguesa\\_n\\_o\\_Periodo\\_19892010\\_Analise\\_de\\_indicadores\\_Relevantes](https://www.researchgate.net/publication/233952379_Evolucao_da_Agricultura_Portuguesa_n_o_Periodo_19892010_Analise_de_indicadores_Relevantes) (consulta em fevereiro 2019).
- Almeida, J., & Navarro, Z. (1998). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspetiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- Alves, C.T. (2013). *A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS: 1930-1970* (Dissertação de mestrado em História). Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/163> (consulta em fevereiro 2020).
- Amaral, L. & Freire, D. (2017). Agricultural policy, Growth and Demise, 1930-2000. In Freire, D., Lains, P. (eds.), *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier* (245-276). Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-85021829597&origin=inward&txGid=734ce47284799fb0b4fd69b461157173> (consulta em 11 de agosto 2019).
- Arbex Jr., José (2002). *Guerra Fria, terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Ed. Moderna.
- Avillez, F. (1998). *Os efeitos redistributivos da Política Agrícola Comum*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Badue, A.F.B.; Gomes, F.F.F. (2011) *Parcerias entre consumidores e produtores na organização de feiras. Caminhos para práticas de consumo responsável*, São Paulo: Instituto Kairós.

- Bandeiras, C., Costa, C., Calheiros, P.J., Alvarez, L., & Alter, M. (2009). PROVE – Contributo para um processo territorial de proximidade. *Prove e Aprove*. 2ª ed. Coordenação de Manuela Sampaio (ADREPES). Disponível em: [http://www.portugalglobal.pt/PT/RoadShow/Documents/2016/Santarem\\_PROVE-Contributo-para-um-Processo-Territorial-de-Proximidade.pdf](http://www.portugalglobal.pt/PT/RoadShow/Documents/2016/Santarem_PROVE-Contributo-para-um-Processo-Territorial-de-Proximidade.pdf) (consulta em 11 de agosto 2019).
- Baptista, F.O. (1994) A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à comunidade europeia. *Análise Social*, 128, XXIX (4): 907-921. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377943B0oKY7II2Yf98UQ6.pdf> (consulta em 11 de agosto 2019).
- Baptista, F. (2001). *Agriculturas e territórios*. Oeiras: Celta Editora.
- Baptista, A., Cristóvão, A., Rodrigo, I., & Tibério, L. (2012). Relatório final de avaliação – Projecto de Cooperação Interterritorial – PROVE – Promover e Vendar – A perspectiva dos atores. Disponível em: <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I17102XFOCUSXPROVEXANALISEV6X31MAIOXFINAL.PDF> (consulta em 11 de agosto 2019).
- Baptista, A., Cristóvão, A., Costa, D. Guimarães, H., Rodrigo, I., Tibério, M.L., & Pinto-Correia, T. (2013). *Recomendações de medidas de apoio aos circuitos curtos agro-alimentares. Período de programação 2014-2020 (Relatório Preliminar)*, ISA, UE, UTAD. Disponível em: <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I173-RELAT2XFINALXUVXCCAX30JULXV3.PDF> (consulta em 11 de abril de 2019).
- Barkin, D. (2004). Who are peasants? *Latin American Research Review*, 39 (3):270-281. DOI: 10.1353/lar.2004.0040.
- Batista, P., & Figueiredo, E. (2011). Caminhos Possíveis do Rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural. In Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, M.C., Gomes, M.C., Carneiro, M.J., Batista, P., & Valente, S. (Coord.), *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro*, Castro Verde: Editora 100Luz.
- Bauman, Z. (2007). *Vida de consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar
- Bava, S.C. (2012) Circuitos curtos de produção e consumo. In: Bartelt, D.D. (org.) *Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*. Rio De Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, Editora e Gráfica.
- Belik, W., & Maluf, R. (2000). Introdução. In In Belik, W. & Maluf, R. (Orgs), *Abastecimento e segurança alimentar: Os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp:v. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Abastecimento%20e%20seguranca%20alimentar%20os%20limites%20da%20liberacao.pdf> (consulta em 3 janeiro 2019).
- Bolter, J.A.G., & Haas, J.M. (2017). *A configuração do sistema agro-alimentar brasileiro à partir das ações do Estado*. Artigo apresentado no Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16575> (consulta em 3 setembro 2019).

- Bonfato, A.C. (2019). Conversando com Augusto Aguiar Rocha: Meu Quintal Orgânicos. *Contextos da Alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade*, 7(2): 4-10. Dezembro. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2019/12/contextos-final-4-10.pdf> (consulta em 13 março 2020).
- Boudou, C.JM. (2012). A fome no mundo contemporâneo – Aula 4. Em *Tópicos Especiais em Geografia*. (pp. 42-50) São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Brown, C., & Miller, S. (2008). The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and Community Supported Agriculture (CSA). *American Journal of Agricultural Economics*, 90 (5): 1296–1302. DOI: 10.1111/j.1467-8276.2008.01220.x.
- Burney J.A., Davis S.J., & Lobell D.B. (2010). Greenhouse gas mitigation by agricultural intensification. *Proceedings of the National Academy of Sciences – USA*, 107(26):12052-12057, DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0914216107> .
- Canuto, J.C., Silveira, M., & Marquez, J. (1994). O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.
- Carneiro, M.J. (1997). Ruralidade: Novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*, Natal, agosto, 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131> (consulta em 3 setembro 2019).
- Castro, J. (1984) *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué Castro*. / Anna Maria de Castro; org.- Petrópolis: Ed. Vozes.
- Castro, J. (1980). *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé.
- Chaffotte, L.; Chiffolleau, Y. (2007). *Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie*. Cahier de l'Observatoire n°1. Montpellier: INRA.
- Clay, E. (2002). *Food security: Concepts and measurement*. Paper for FAO Expert Consultation on Trade and Food Security: Conceptualizing the Linkages, Rome, pp.11-12 July 2002. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm> (consulta em 3 setembro 2019).
- Codron, J.-M., Sirieix, L., & Reardon, T. (2006). Social and environmental attributes of food products: Signaling and consumer perception, With European illustrations. *Agriculture and Human Values*, 23 (3): 283-297. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-006-9000-x>.
- COM (2014). *Para uma economia circular: Programa para acabar com os resíduos na Europa*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Disponível em: <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2014/PT/1-2014-398-PT-F1-1.Pdf> (consulta em 2 março 2020).
- COM (2015). *Fechar o ciclo–plano de ação da UE para a economia circular*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC_1&format=PDF) (consulta em 2 março 2020).

- Comunello, F. J. (2010). Os movimentos nos mercados: A formação dos circuitos agroecológicos e orgânicos. In: *Anais do V Encontro Nacional da Anppas*. 4 a 7 de outubro de 2010. Florianópolis – SC – Brasil. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT7-375-306-20100902224233.pdf> (consulta em 12 março 2020).
- Cooper, D., & Schindler, P. (2011). *Business research methods*. Boston: McGraw Hill.
- Correia, F., Moital, F., & Almeida, M. (2012). *Prove: Promover, vender, participar e diversificar. Proposta de planos de intervenção nas explorações agrícolas prove no âmbito da diversificação de atividades*. Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas – UÉ. Disponível em: <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/1167-05XDRAFTXXRELATOXXRIOX27JAN.PDF> (consulta em 22 março 2020).
- Coppolaro, L., & Lains, P. (2013). Portugal and european integration, 1947-1992: An essay on protected openness in european periphery. *e-Journal of Portuguese History*, 11(1): 85-113. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1645-64322013000100003&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-64322013000100003&lng=en&nrm=i) (consulta em 2 março 2020).
- Costa, C.V., & Begnis, S.M. (2014). Fome mundial: uma análise de suas causas e da atuação da FAO. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, 14(24): 44-60. Disponível em: [https://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/REVISTA\\_ECONOMIA\\_24.pdf#page=44](https://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/REVISTA_ECONOMIA_24.pdf#page=44) (consulta em 10 março 2020).
- Cristóvão, A., & Tibério, L. (2009). Comprar Fresco, Comprar Local: Será que temos algo a aprender com a experiência americana? In Moreno, L., M. M. Sanchez e O. Simões (Coord.). *Cultura, Inovação e Território, O agro-alimentar e o Rural*, 27-34. Lisboa: SPER.
- Cremonese, C., & Schallenberger, E. (2005). Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do oeste do Paraná. *Revista Tempo da Ciência*, 12(23): 49-63. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/434> (consulta em 2 março 2020).
- Cunha, R. A. A., Lemos, M. B., Nabuco, M. R., & Pessoa, M. J. (2000). Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In Belik, W. & Maluf, R. (Orgs), *Abastecimento e segurança alimentar: Os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp: v183-209. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Abastecimento%20e%20seguranc%20a%20alimentar%20os%20limites%20da%20liberacao.pdf> (consulta em 3 janeiro 2019).
- Darolt, M.R. (2012). *Conexão ecológica: Novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR. ISBN: 978-85-88184-43-5.
- Darolt, M.R., Lamine, C., & Brandenburg, A. (2013) A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, 10 (2):.8-11. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf> (consulta em 12 agosto 2019).
- Darolt, M. R., Lamine, C., Brandenburg, A., Alencar, M.C.F., & Abreu, L.S. (2016). Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. *Ambiente & Sociedade*. 19(2): 1-22, DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>

- Delgado, N.G. (2012). Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: Desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos Cadernos NAEA*, 15 (1): 85-129, DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i1.868>
- DGADR/Rede Rural Nacional (2013) Circuitos curtos agro-alimentares: Produzir e consumir localmente. *EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional*. Disponível em: <http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente> (consulta em 12 agosto 2019).
- Doss, C.R. (1999). Twenty-five years of research on women farmers in Africa: Lessons and implications for agricultural research institutions. *CIMMYT Economics Program Paper No. 99-02*. Mexico D.F.: CIMMYT. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6995621.pdf> (consulta em 2 novembro 2019).
- Du Puis, E., & Goodman, D. (2005). Should we go “home” to eat?: Toward a reflexive politics of localism. *Journal of Rural Studies*, 21(3):359-371. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2005.05.011.
- Ericksen, P. J. (2007). Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Environmental Change Institute, Oxford University Centre for the Environment*, 18(1): 234-245. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2007.09.002.
- Evenson, R., & Pingali, P.L. (2007). *Handbook of agricultural economics*. v.3 846p. Amsterdam: North Holland Publishing Co.
- Evenson, R., & Pingali, P.L. (2010). *Handbook of agricultural economics*. v.4 3894p. Amsterdam: North Holland Publishing Co.
- Fan, S., & Hazell, P.B.R. (2001). Returns to public investments in the less-favored areas of India and China. pp.1217-1222 *American Journal of Agricultural Economics*. DOI: <https://doi.org/10.1111/0002-9092.00270>.
- Fantini, A., Rover, O.J., Chiodo, E., & Assing, L. (2018). Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” – SC/Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560310>.
- FAO/INCRA (2000). Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto. Projeto de cooperação técnica. Brasília. Disponível em: [http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA\\_1271\\_1095426409.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_1095426409.pdf) (consulta em 5 fevereiro 2020).
- FAO (2005) Eradicating world hunger – key to achieving the Millennium Development Goals. *The State of Food Insecurity in the World 2005*. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a0200e/a0200e00.htm> (consulta em 5 dezembro 2019).
- FAO (2010). FAO no Brasil: *Memória de cooperação técnica*. Hélder Muteia, Representação da FAO no Brasil. Disponível em: [https://arca.furg.br/images/stories/producao/educando\\_com\\_a\\_horta\\_escolar\\_fao.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/educando_com_a_horta_escolar_fao.pdf) (consulta em 5 fevereiro 2020).
- FAO (2017). *The future of food and agriculture: Trends and challenges*. Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations. ISSN: 2522-722X. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6881e.pdf> (consulta em 5 março 2020).

- FAO (2018). Feeding people, protecting the planet. FAO and the GEF: partners in action. *Global Environment Facility*. Disponível em: [https://www.thegef.org/sites/default/files/publications/FAOandGEFpub\\_062018.pdf](https://www.thegef.org/sites/default/files/publications/FAOandGEFpub_062018.pdf) (consulta em 5 março 2020).
- Feenstra, G.W. (1997) Local food systems and sustainable communities. *Journal of Alternative Agriculture*, 12 (1): 28–36. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0889189300007165>.
- Firmino, A. A. (1992). *A modernização da agricultura portuguesa: Um novo desafio para os agricultores de Coruche*. (Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional). FFCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16992> (consulta em 5 abril 2019).
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fontana, R.L.M., Costa, S.S., Silva, J.A.B., & Rodrigues, A.J. (2015). Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*, 2(3): 113-124. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1951>
- Fornazier, A., & Belik, W. (2013). Produção e consumo local de alimentos: Novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 20(2):204-218, Campinas. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v20i2.8634598>.
- Fraser, D. (2005). Animal welfare and the intensification of animal production: An alternative interpretation. *FAO Reading in Ethics*. ISBN: 92-5-105386-3. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-a0158e.pdf> (consulta em 1 de agosto 2019).
- François, M. (2000). Comercializar os produtos locais através dos circuitos curtos. *Inovação no Meio Rural. Caderno nº 7*. Observatório Europeu LEADER. cap.1:11-14. Disponível em: [http://www.rederural.gov.pt/images/2000\\_distribution\\_1.pdf](http://www.rederural.gov.pt/images/2000_distribution_1.pdf) (consulta em 8 de agosto 2019).
- Freire, D. (2015). Como alimentar Portugal? Produção agrícola desde 1850. In Ferrão, J. & Horta, A. (Eds.), *Ambiente, Território e Sociedade. Novas Agendas de Investigação* (135-142). Lisboa: ICS. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329124686\\_Como\\_alimentar\\_Portugal\\_Producao\\_agricola\\_desde\\_1850](https://www.researchgate.net/publication/329124686_Como_alimentar_Portugal_Producao_agricola_desde_1850) (consulta em 11 de agosto 2019).
- Freitas, M.C.S. (2003) *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA.
- Galli, F., & Brunori, G. (2013). *Short Food Supply Chains as drivers of sustainable development. Evidence Document*. Document developed in the framework of the FP7 project FOODLINKS (GA No. 265287). ISBN 978-88-90896-01-9. Disponível em: <https://orgprints.org/28858/1/evidence-document-sfsc-cop.pdf> (consulta em 8 de agosto 2019).
- Garnett, T. (2011). Where are the best opportunities for reducing greenhouse gas emissions in the food system (including the food chain)? *Food Policy*, 36(1): 23-32. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2010.10.010>.
- GEVPAL (2012). Relatório do grupo de trabalho - Estratégias para a valorização da produção agrícola local. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, (*sine loco*).
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ª ed.). São Paulo: Ed. Atlas.

- Girão, J.A. (1980). *Natureza do problema agrícola em Portugal (1950-73): Uma perspectiva*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Goodman, D., & Watts, M. (1994). Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. *The Journal of Peasant Studies*, 22(1): 1-49. DOI: 10.1080/03066159408438565.
- Goodman, D., Dupuis, M., & Goodman, M. (2012). *Alternative food networks: Knowledge, practice, and politics*. New York: Routledge.
- Gualda, N.L.P. (2007). *Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência*. Em: XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.pce.uem.br/http://www.pce.uem.br> (consulta em 12 outubro 2019).
- Guimarães, A.S. (2019). Você tem fome de quê? Um estudo sobre as consequências da inação. *CAOS-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 2(18):154-166. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/47063> (consulta em 2 dezembro 2019).
- Harari, Y.N. (2014) *Sapiens: A brief history of humankind*. Israel. ISBN: 978-0062316097.
- Henriques, F.S. (2009). A Revolução Verde e a biologia molecular. *Revista de Ciências Agrárias*, 32(2): 245-254. ISSN 0871-018X. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rca/v32n2/v32n2a22.pdf> (consulta em 5 março 2020).
- Hinrichs, C.C. (2000). Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, 16(3):295-303. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(99\)00063-7](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(99)00063-7).
- Hueston, W., & McLeod, A. (2012). *Overview of the global food system: Changes over time/space and lessons for future food safety*. Appendix A5. Improving Food Safety Through a One Health Approach – Workshop Summary. Washington, D.C. The National Academy Press. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK114491/> (consulta em janeiro 2020).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Censo agropecuário 2017: Resultados preliminares*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro\\_2017\\_resultados\\_preliminares.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf) (consulta em 2 agosto 2019).
- Ilbery, B., & Maye, D. (2005). Food supply chains and sustainability: Evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. *Land Use Policy*, 22(4): 331-344. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.06.002>.
- Jaffe, J., & Gertler, M. (2006). Victual vicissitudes: Consumer deskilling and the (gendered) transformation of food systems, *Agriculture and Human Values*, 23:143-162. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-005-6098-1>
- Jennings, S., Cottee, J., Curtis, T., & Miller, S. (2015). Food in an urbanized world: The role of city region food systems in resilience and sustainable development. *International Sustainability Unit (ISU)*. 84pp. Food and Agriculture Organization (FAO). Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/documents/Food\\_in\\_an\\_Urbanised\\_World\\_Report\\_DRAFT\\_February\\_2015.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/documents/Food_in_an_Urbanised_World_Report_DRAFT_February_2015.pdf) (consulta em maio de 2020).

- Kahn, B., & Wansink, B. (2004). The influence of assortment structure on perceived variety and consumption quantities. *Journal of Consumer Research*, 30(4): 519-533. DOI: 10.1086/380286.
- Kaplan, S. (2002). New Ways to Promote Proenvironmental Behavior: Human nature and environmentally responsible behavior. *Journal of Social Issues*, 56 (3): 491-508. DOI: <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00180>
- Karam, K.F. (2002). Consumidores de produtos orgânicos: a experiência da Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA). Em: Darolt, M. (2012) *Conexão Ecológica: Novas relações entre agricultores e consumidores*. Instituto Agrônômico do Paraná. – Londrina: IAPAR. Disponível em <https://www.ufrgs.br/nea/wp-content/uploads/2015/11/5-LIVRO-Conex%C3%A3o-ecol%C3%B3gica-MOACIR-R.-DAROLT.pdf> (consulta em 14 abril de 2019).
- Kassin, S., Fein, S., & Markus, H.R. (2011). *Social psychology*. Belmont, CA: Cengage Wadsworth, 8th ed. 752 p. SBN-10: 0495812404.
- Kiyota, N. (1999). *Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: Um estudo de caso no município de Capanema - Região sudoeste do Paraná* (Dissertação de mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras, Brasil. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10483> (consulta em 14 abril de 2019).
- Khatounian, C.A. (2001). *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica.
- Kloppenborg J., Hendrickson J., & Stevenson G.W. (1996). Coming into the Foodshed. *Agriculture and Human Values*, 13(3):33-42. DOI: 10.1007/BF01538225.
- Krippner, G., Granovetter, M., Block, F., Biggart, N. W., Beamish, T. D., Hsing, Y., Hart, G., Arrighi, G., Mendell, M., Hall, J. R., Burawoy, M., & O’Riain, S. (2004). Polanyi Symposium: A conversation on Embeddedness. *Socio-Economic Review* 2(1):109-135. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233596782\\_Polanyi\\_Symposium\\_A\\_Conversation\\_on\\_Embeddedness](https://www.researchgate.net/publication/233596782_Polanyi_Symposium_A_Conversation_on_Embeddedness) (consulta em 14 abril de 2019).
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed / Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos da metodologia científica*. 6ªed. São Paulo: Atlas.
- Levkoe, C. (2006). Learning democracy through food justice movements. *Agriculture and Human Values*, 23: 89-98. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-005-5871-5>
- Lorenzi, H., & Kinupp, V.F. (2015). *Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Plantarum.
- Lopes, R. (2013). Os circuitos curtos agro-alimentares nas estratégias de desenvolvimento local dinamizadas pelas ADL. In DGADR/Rede Rural Nacional (2013) *Circuitos Curtos Agro-alimentares: Produzir e Consumir localmente*. Revista de Rede Rural Nacional - p.13. Disponível em: <http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente> (consulta em 24 novembro de 2019).

- Lopes, B.J. (2017). *Análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais*. (Tese de Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/19463> (consulta em 2 setembro de 2019).
- Lyson, T. A. (2000). Moving toward civic agriculture. *Choices: The Magazine of Food, Farm, and Resource Issues, Agricultural and Applied Economics Association*, 15(3): 1-4. DOI: 10.22004/ag.econ.132154
- Maluf, R.S. (2004). Mercados agro-alimentares e a agricultura familiar no Brasil: Agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1):299-322. Disponível em: <https://revistas.dee.spagg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443> (consulta em 4 junho de 2019).
- MAMAOT (2013). Estratégia para a valorização da produção agrícola local. Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa. Em: DGADR/Rede Rural Nacional (2013) Circuitos curtos agro-alimentares: Produzir e consumir localmente. *EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional*. Disponível em: <http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente> (consulta em 4 junho de 2019).
- Gonçalves, J.R.; Mascarenhas, T.S. (2017) *Consumo responsável em ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. São Paulo: Instituto Kairós
- Marconi, M. A. (2017). *Metodologia Científica*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 392 p. ISBN-9788597010701.
- Marques, M.I.M (2008) Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: *Campesinato e Territórios em Disputa*. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001706212> (consulta em 28 outubro de 2019).
- Marsden, T., Banks, J., & Bristow, G. (2000). Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40(4):424-438. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>
- Marsden, T., Banks, J., & Bristow, G. (2002). The social management of rural nature: Understanding agrarian-based rural development. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 34(5): 809–825. DOI: <https://doi.org/10.1068/a3427>.
- Minatel, J.F., & Bonganha, C.A. (2015). Agronegócios: A importância do cooperativismo e da agricultura familiar. *Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, 4(4):247-259. Disponível em: <http://fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/empreendedorismo/volume4/13.pdf> (consulta em 14 junho de 2019).
- Monteiro, C.A. (2003) Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. *Saude soc.* [online]. 2003, vol.12, n.1, pp.7-11. ISSN 1984-0470. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100003>
- Moreno, L. (2005). Novas dinâmicas no espaço rural. In Medeiros, C.A. (Coord.) *Geografia de Portugal*, Vol. 3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Capítulo 43, Parte I: 92-101. Círculo de Leitores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/38899> (consulta em 28 outubro de 2019).

- Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Muchnik, J. (1996). *Systèmes agroalimentaires localisés: organisations, innovations et développement local*, proposition issue de la consultation du Cirad «Stratégies de recherche dans le domaine de la socio-économie de l'alimentation et des industries agroalimentaires», doc. Cirad N° 134 / 96, 27 p. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/575624/1/dk575624.pdf> (consulta em 28 outubro de 2019).
- Muchnik, J., Sautier, D. (1998). *Systèmes agroalimentaires localisés et construction de territoires*. Paris: ATP CIRAD, 46 p.
- Mueller, C.C. (1995). As contas nacionais e os custos ambientais da atividade econômica. *Revista Análise Econômica*, 13 (23): 66-99, Porto Alegre. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10523>
- Nachiluk, K. (2019). Primeiras medidas do atual governo federal em 2019 e possíveis impactos na agricultura. Instituto de Economia Agrícola (IEA). 15 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14566> (consulta em 2 agosto 2019).
- Napoli, M. (2011). *Towards a food insecurity multidimensional index (FIMI)*. (Master in Human Development and Food Security). Tre University, Rome. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/FIMI.pdf> (consulta em 2 agosto 2019).
- Navolar, T.S., Rigon, S.A., & Philippi, J.M.S. (2010). Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, 23(1): 69-79. DOI: 10.5020/18061230.2010.p69
- Neto, C.C.N., Hespanhol, A.N. (2014). O desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal: Os casos do programa de microbacias em São Paulo e da iniciativa LEADER em Portugal. Universidade Estadual Paulista. *Ateliê Geográfico*, 8(1): 74-102, Goiânia-GO. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/272645210\\_O\\_DESENVOLVIMENTO\\_RURAL\\_NO\\_BRA\\_SIL\\_E\\_EM\\_PORTUGAL\\_OS\\_CASOS\\_DO\\_PROGRAMA\\_DE\\_MICROBACIAS\\_EM\\_SAO\\_PAULO\\_E\\_DA\\_INICIATIVA\\_LEADER\\_EM\\_PORTUGAL](https://www.researchgate.net/publication/272645210_O_DESENVOLVIMENTO_RURAL_NO_BRA_SIL_E_EM_PORTUGAL_OS_CASOS_DO_PROGRAMA_DE_MICROBACIAS_EM_SAO_PAULO_E_DA_INICIATIVA_LEADER_EM_PORTUGAL) (consulta em 14 outubro 2019).
- NU. CEPAL, FAO, & IICA (2015). Short food supply chain as an alternative for promoting family agriculture. *Boletín CEPAL/FAO/IICA* no.2 ECLAC Ed. 14p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37745/S1500087en.pdf?sequence=1> (consulta em 5 fevereiro 2020).
- OECD, FAO, & UNCDF (2016). *Adopting a territorial approach to food security and nutrition policy*. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-bl336e.pdf> (consulta em 5 fevereiro 2020).
- UN – United Nations (2020) *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition*. Disponível em: [https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg\\_policy\\_brief\\_on\\_covid\\_impact\\_on\\_food\\_security.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_covid_impact_on_food_security.pdf) (consulta em 25 novembro 2020).
- Paula, N., & Delgado, N. (2016). Fragmentation of brazilian food system: Between global markets and food security. *Journal of Food Security*, 4(5):120-125. DOI: 10.12691/jfs-4-5-3
- Paulillo, L.F., & Pessanha, L. (2002). *Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar. ISBN-10 : 8585173785.

- Paulillo, L.F., & Almeida, L.M. (2005). Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: A merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. *Revista de Segurança Alimentar e Nutricional*. vol.12no.1. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v12i1.1837>
- Perez-Cassarino, J., & Ferreira, A.D.D. (2013). Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agro-alimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: Niederle, P. A., Almeida, L. de, & Vezzani, F. M. (Org.). *Agroecologia: praticas mercados e políticas para uma nova agricultura*: 171-213. Curitiba: Kairós.
- Perez-Cassarino, J., Triches, R.M., Baccharin, J.G., & Teo, C.R.P.A. (2018). *Abastecimento alimentar: Redes alternativas e mercados institucionais*. Chapecó: Ed. UFFS.
- Pierre, J., & Bonomo, E. (2019). A extinção do CONSEA nacional e seu impacto nos conselhos estaduais e municipais. 21 de Janeiro 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-extincao-do-consea-nacional-e-seu-impacto-nos-conselhos-estaduais-e-municipais/> (consulta em 2 agosto 2019).
- Pingali, P.L. (2012). Green Revolution: Impacts, limits and the path ahead. *Proceedings of the National Academy of Sciences – USA*. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0912953109>
- Pinto, A.S. (1984). *A Agricultura portuguesa no período 1950-1980: De suporte do crescimento industrial a travão ao desenvolvimento económico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinto, F.M.R.F.F. (2011). *A integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. (Dissertação de mestrado em Estudos Europeus). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19158/1/A%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Portugal%20nas%20Comunidades%20Europeias%20-%20Fernanda%20Pinto.pdf> (consulta em novembro 2019).
- Pistelli, R.S.S., & Mascarenhas, T.S. (2011). *Caminhos para práticas de consumo responsável: Organização de grupos de consumo responsável*. São Paulo: Instituto Kairós.
- Ploeg, J.D., & Roep, D. (2003) Multifunctionality and rural development: The actual situation in Europe. In: G. van Huylenbroeck & G. Durand (Eds) *Multifunctional agriculture: A new paradigm for european agriculture and rural development*. Hampshire: Ashgate.
- Ploeg, J.D. (2010) The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. *Journal of Agrarian Change*, 10(1) 98-106. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2009.00251.x>
- Polanyi, K. (1957). The economy as instituted process. In: Polanyi, K.; Arensberg, C.M., Pearson, H.W. *Trade and Markets in the Early Empires*. Free Press, Glencoe, IL, p. 243-270.
- Prodanov, C.C., & Freitas, E.C. (2019). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. [Recurso eletrônico]. Novo Hamburgo: Feevale.
- Primavesi, A.M. (2001). *Fundamentos da agroecologia*. Agricultura orgânica e agricultura familiar (anais). p. 23-30. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fundamentos-de-Agroecologia-Agricultura-org%C3%A2nica-agricultura-f.pdf> (consulta em novembro 2019).

- Rambo, A.G., & Freitas, T. D. (2019). Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. *Redes (Santa Cruz Online)*, 24 (3): 118-141. DOI: 10.17058/redes.v24i3.14121
- Raymer, S. (1975). *Bangladesh: The nightmare of famine*. New York: National Geographic.
- Renting, H., Marsden, T. & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, 35(3): 393-411. DOI: <https://doi.org/10.1068/a3510>
- Ribeiro, H., Jaime, P.C., & Ventura, D. (2017). Alimentação e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 31(89): 185-198. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890016>
- Robson, M., & Hamilton, G.C. (2010). Control de plagas y pesticidas. In: FRUMKIM, H. (Ed.) *Salud Ambiental de lo global a lo Local*. pp.593-632. Washington D.C.: Organización Panamericana de la Salud.
- Rover, O.J., & Henriques, M.A. (2006). A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75:117-137, Outubro. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.905>
- Rosa, A.V. (1998) *Agricultura e meio ambiente*. São Paulo: Editora Atual.
- Rude, G. (1981). *La Europa revolucionaria*. Madrid: Siglo XXI.
- Ruivo, P., & Carvalho, J. (2017). Gestão de mercados de proximidade – O desafio de preparar o caminho. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5 (2): 71-77. DOI: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v5.i2.14501>
- Sambuichi, R. H. R., Kaminsk, R., Perin, G., de Moura, I. F., Januário, E. S., Mendonça, D. B., Almeida, A. F. C. (2019). TD 2482 - Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Texto para discussão. IPEA, Brasília, junho. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34876](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34876) (consulta em 2 maio de 2019).
- Savigny, G. (2019). *Promover cadeias de abastecimento alimentar alternativas e curtas na UE: O papel da agroecologia*. Parecer de iniciativa para o Comitê Económico e Social Europeu. Seção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente. NAT/763 – EESC-2019-01463-00-00-AC-TRA (FR) 1/12. Disponível em: <https://www.agroportal.pt/promover-cadeias-de-abastecimento-alimentar-alternativas-e-curtas-na-ue-o-papel-da-agroecologia/> (consulta em 2 maio 2020).
- Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, 30, 3(119): 511-531. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf> (consulta em 2 maio 2020).
- Schneider, S., & Ferrari, D.L. (2015). Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: O processo de realocação da produção agro-alimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 17(1):56-71. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151097/001010176.pdf?sequence=1> (consulta em 2 maio 2020).

- Schwartzman, S. (1979) Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas. [Publicação de Blog]. Disponível em; [http://www.schwartzman.org.br/simon/acad\\_ap.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm) (consulta em 12 maio 2020).
- Silva, J.F.G. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Silva, F.G. (1993) Portugal, a agricultura e a Europa: Situação passada e perspectivas do futuro. *Política Internacional*,1(6):1-29. Disponível em: [http://www.ipris.org/files/6/05\\_Portugal\\_a\\_Agricultura.pdf](http://www.ipris.org/files/6/05_Portugal_a_Agricultura.pdf) (consulta em 5 junho 2019).
- Smith, A. (1979). *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Editora Abril. Coleção Os Pensadores.
- Soares, F. (2005). A agricultura. In Pedro Lains & Álvaro F. da Silva, (Eds.), *História Económica de Portugal, 1700-2000. O Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, vol. III: 157-183.
- Sobal, J.; Khan, L.K.; Bisogi, C. (1998) A conceptual model of the food and nutrition system. *Soc Sci Med*. 1998 Oct;47(7):853-63. DOI: 10.1016/s0277-9536(98)00104-x. PMID: 9722106.
- Soglio, F.D., & Kubo, R.R. (orgs.) (2016). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Coordenado pela SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Sonnino, R., & Marsden, T. (2006). Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, 6 (2): 181–199. Oxford University Press, Londres. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbi006>
- Steg, L., & Vlek, C. (2009) Encouraging pro-environmental behavior: Na integrative review and research agenda. *Journal of Environmental Psychology*, 29(3): 309-317. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2008.10.004>
- Tapia-Fonllem, C., Corral-Verdugo, V., Fraijo-Sing, B., & Durón-Ramos, M.F. (2013). Assesing sustainable behavior and its correlates: A measure of pro-ecological, frugal, altruistic and equitable actions. *Sustainability*, 5:711-723. DOI: <https://doi.org/10.3390/su5020711>
- Toledo, V.M. (1993) La racionalidade ecológica de la producción campesina. In: Sevilla Gusmán, E., & González de Molina, M. (eds.). *Ecología, campesinato e história*. Madrid: La Piqueta.
- Triches, R.M. (2012). *Reconectando a produção ao consumo: A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar* (Tese de doutoramento em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/61938> (consulta em 2 maio 2020).
- Ueno, V.A., Neves, M.C., Queiroga, J.L., Ramos-Filho, L.O., & Oliveira, L.P. (2016). *Estratégias de comercialização da agricultura familiar: Estudos de caso em assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Em: Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, Araraquara. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1065665/estrategias-de-comercializacao-da-agricultura-familiar-estudos-de-caso-em-assentamentos-rurais-do-estado-de-sao-paulo> (consulta em 22 janeiro 2020).

- UE - União Europeia (2011). *Sistemas alimentares locais*. Parecer do Comité das Regiões. 88ª Sessão plenária de 27 e 28 de janeiro de 2011. Jornal Oficial da União Europeia. 2.4.2011, C 104/1-6. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2018:440:SOM:PT:HTML> (consulta em 2 maio 2020).
- Vasconcelos, J.A.G. (2008). Josué de Castro e a geografia da fome no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (11): 2711-2717. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027>
- Veiga, J.E. (1998) Pobreza Rural, Distribuição de Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Económico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998, mimeog. 20p.
- Veloso, F.A., Villela, A., & Giambiagi, F. (2008). Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, 62(2):221-246. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>
- Vivas, E.; Montagut, X. (2011) *Do campo para a mesa: Os circuitos de produção e distribuição de alimentos*. (coords). Portugal: Sururu Produções Culturais / CIDAC / Mó de vida.
- WEF – World Economic Forum (2014). Towards the circular economy: Accelerating the scale-up across global supply chains. *World Economic Forum*, Geneva, Switzerland. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_ENV\\_TowardsCircularEconomy\\_Report\\_2014.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_ENV_TowardsCircularEconomy_Report_2014.pdf) (consulta em 4 janeiro 2020).
- Winter, M. (2003). Embeddedness, the new food economy and defensive localism. *Journal of Rural Studies*, 19 (1): 23–32. DOI: 10.1016/S0743-0167(02)00053-0
- Wilson, G.A. (2007). *Multifunctional agriculture: A transition theory perspective*. CABI International publisher. DOI : 10.1079/9781845932565.0000
- Wilkins, J. (2005). Eating Right Here: Moving from Consumer to Food Citizen. *Agriculture and Human Values*, 22(3): 269-273. DOI: 10.1007/s10460-005-6042-4
- Wilkinson, J. (1986). *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec.
- Wüstefeld, M. (2013). Definition of food & nutrition security. Meeting of the Minds on Nutrition Impact of Food Systems, Geneva. [http://unscn.org/files/Annual\\_Sessions/UNSCN\\_Meetings\\_2013/Meeting\\_of\\_the\\_Minds\\_summ ary\\_report\\_09July.pdf](http://unscn.org/files/Annual_Sessions/UNSCN_Meetings_2013/Meeting_of_the_Minds_summ ary_report_09July.pdf) (consulta em 3 setembro 2019).

## ANEXOS

### Anexo 1 – Grade de Observação

Grade de Observação

NOME DO ESPAÇO

#### a. Quadro geral de observação

1. Zona Rural

favorecida  média  desfavorecida

2. Dimensão

inferior 01ha  de 01ha a 10ha  superior 10ha

3. Ramo

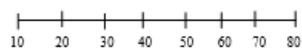
olericultura  fungicultura  outro

#### b. Descrição do produtor

4. Sexo

masculino  feminino

5. Idade aproximada


  
 10 20 30 40 50 60 70 80

6. Grau de escolaridade

fundamental  médio  superior

#### c. Comercialização (CCA)

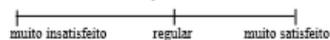
7. Principal motivação

*lifestyle*  engajamento sustentável  retorno financeiro

8. Canal mais utilizado

*e-commerce*  feira  cooperativa  venda no local

9. Grau de satisfação


  
 muito insatisfeito      regular      muito satisfeito

#### d. Quadro geral de comportamentos

10. Comportamento ambiental

antiambiental  pró-ambiental

11. Comportamentos sustentáveis

pró-ecológico  frugal  altruísta  equitativo

12. Comportamento pró-ecológico

ecologicamente amigável  ambientalmente responsável

## Anexo 2 – Guião da Entrevista

Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

### Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

Questionário direcionado para produtores rurais (Brasil e Portugal) que participam dos circuitos curtos agroalimentares.

As repostas serão estudadas e aplicadas no desenvolvimento da dissertação de mestrado da aluna Rafaela Rössler, inscrita no curso de Economia e Gestão aplicadas ao Agronegócio pela Universidade de Évora (UE) Portugal.

\* Required

1. Email address \*

---

2. Localização \*

*Mark only one oval.*

Brasil

Portugal

3. Região, se Brasil

*Mark only one oval.*

Norte

Nordeste

Centro-Oeste

Sudeste

Sul

4. Região, se Portugal

*Mark only one oval.*

Norte

Centro

Lisboa

Alentejo

Algarve

Açores

Madeira

## Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

## 5. Qualidade da propriedade \*

Mark only one oval.

- Própria
- Arrendada
- Other: \_\_\_\_\_

6. Dimensão da propriedade (or ha = 10.000 m<sup>2</sup>) \*

Mark only one oval.

- Inferior a 01 ha
- Superior a 01 ha até 05 ha
- Superior a 05 ha até 10 ha
- Superior a 10 ha

## 7. Faturamento bruto anual, se Brasil

Mark only one oval.

- Inferior a R\$ 70.000,00
- Superior a R\$ 70.000,00 até R\$ 120.000,00
- Superior a R\$ 120.000,00 até R\$ 170.000,00
- Superior a R\$ 170.000,00

## 8. Faturamento bruto anual, se Portugal

Mark only one oval.

- Inferior a € 25.000,00
- Superior a € 25.000,00 até € 75.000,00
- Superior a € 75.000,00 até € 125.000,00
- Superior a € 125.000,00

## 9. Tempo de atividade \*

Mark only one oval.

- Inferior a 5 anos
- Superior a 5 anos até 10 anos
- Superior a 10 anos até 15 anos
- Superior a 15 anos

## Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

10. Tipo de agricultura \*

Mark only one oval.

- Agricultura extensiva
- Agricultura moderna
- Agricultura itinerante
- Agricultura orgânica/biológica
- Other: \_\_\_\_\_

11. Já sofreu alterações desde que começou a produzir? Se sim, de quais tipos?

Check all that apply.

- Infraestrutura
- Mecanização
- Certificação
- Other:  \_\_\_\_\_

12. Por que produz e comercializa localmente? \*

Check all that apply.

- Estilo de vida "lifestyle"
- Engajamento sustentável
- Falta de opção e/ou recursos
- Transferência de valor aos clientes finais
- Melhor retorno financeiro, sem intermediários
- Other:  \_\_\_\_\_

13. De que maneira você comercializa seus produtos? \*

Check all that apply.

- Feira do Produtor
- Vendas na estrada
- Esquema de cestas/cabazes
- Vendas para órgãos públicos
- E-commerce/Entregas à domicílio
- Cooperativas de consumidores/CSA
- Fornecimento para restaurantes locais
- Eventos especiais/Festivais locais de alimentos
- Other:  \_\_\_\_\_

## Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

14. Recebe apoio de órgãos públicos ou associações? (Treinamentos, workshops, atendimentos, etc) \*

Mark only one oval.

- Sim  
 Não

15. No quesito da comercialização, você encontra com facilidade espaços que fomentam a venda de produtos locais? (Feiras, eventos, lojas, etc) \*

Mark only one oval.

- Sim  
 Não

16. Como produtor rural, você sente a necessidade de ser mais apoiado através de políticas públicas e de desenvolvimento rural que beneficiem a sua operação? \*

Mark only one oval.

- Sim  
 Não  
 Other: \_\_\_\_\_

17. Na sua opinião, o quão importante é o estreitamento da relação campo-cidade para o futuro? (Preservação de saberes do campo, conscientização ambiental, informação sobre a origem do alimento, etc) \*

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
De pouca importância	<input type="radio"/>	De importância vital									

18. Na sua opinião, o que deverá ser feito para alimentar uma população \*em constante crescimento\* de maneira \*sustentável\*? Ou seja, simultaneamente garantindo a segurança alimentar, a saúde das pessoas e a preservação do planeta. \*

Check all that apply.

- Fomentar a produção local e sustentável, criar regiões autossuficientes  
 Fomentar a agricultura convencional e mercados de longas distâncias  
 Investir em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos (ex. carne vegetal)  
 Mudança de hábitos alimentares (+ plantas e - derivados de animais)  
Other:  \_\_\_\_\_

Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

19. Localização \*

*Mark only one oval.*

- Brasil  
 Portugal

20. Região, se Brasil

*Mark only one oval.*

- Norte  
 Nordeste  
 Centro-Oeste  
 Sudeste  
 Sul

21. Região, se Portugal

*Mark only one oval.*

- Norte  
 Centro  
 Lisboa  
 Alentejo  
 Algarve  
 Açores  
 Madeira

22. Qualidade da propriedade \*

*Mark only one oval.*

- Própria  
 Arrendada  
 Other: \_\_\_\_\_

Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

23. Dimensão da propriedade (01 ha = 10.000 m<sup>2</sup>) \*

*Mark only one oval.*

- Inferior a 01 ha  
 Superior a 01 ha até 05 ha  
 Superior a 05 ha até 10 ha  
 Superior a 10 ha

24. Faturamento bruto anual, se Brasil

*Mark only one oval.*

- Inferior a R\$ 70.000,00  
 Superior a R\$ 70.000,00 até R\$ 120.000,00  
 Superior a R\$ 120.000,00 até R\$ 170.000,00  
 Superior a R\$ 170.000,00

25. Faturamento bruto anual, se Portugal

*Mark only one oval.*

- Inferior a € 25.000,00  
 Superior a € 25.000,00 até € 75.000,00  
 Superior a € 75.000,00 até € 125.000,00  
 Superior a € 125.000,00

26. Tempo de atividade \*

*Mark only one oval.*

- Inferior a 5 anos  
 Superior a 5 anos até 10 anos  
 Superior a 10 anos até 15 anos  
 Superior a 15 anos

## Circuito Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

27. Tipo de agricultura \*

Mark only one oval.

- Agricultura extensiva
- Agricultura moderna
- Agricultura itinerante
- Agricultura orgânica/biológica
- Other: \_\_\_\_\_

28. Já sofreu alterações desde que começou a produzir? Se sim, de quais tipos?

Check all that apply.

- Infraestrutura
- Mecanização
- Certificação
- Other:  \_\_\_\_\_

29. Por que produz e comercializa localmente? \*

Check all that apply.

- Estilo de vida "lifestyle"
- Engajamento sustentável
- Falta de opção e/ou recursos
- Transferência de valor aos clientes finais
- Melhor retorno financeiro, sem intermediários
- Other:  \_\_\_\_\_

30. De que maneira você comercializa seus produtos? \*

Check all that apply.

- Feira do Produtor
- Vendas na estrada
- Esquema de cestas/cabazes
- Vendas para órgãos públicos
- E-commerce/Entregas à domicílio
- Cooperativas de consumidores/CSA
- Fornecimento para restaurantes locais
- Eventos especiais/Festivais locais de alimentos
- Other:  \_\_\_\_\_

## Círculo Curto Agroalimentar: O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável.

31. Recebe apoio de órgãos públicos ou associações? (Treinamentos, workshops, atendimentos, etc) \*

Mark only one oval.

Sim

Não

32. No quesito da comercialização, você encontra com facilidade espaços que fomentam a venda de produtos locais? (Feiras, eventos, lojas, etc) \*

Mark only one oval.

Sim

Não

33. Como produtor rural, você sente a necessidade de ser mais apoiado através de políticas públicas e de desenvolvimento rural que beneficiem a sua operação? \*

Mark only one oval.

Sim

Não

Other: \_\_\_\_\_

34. Na sua opinião, o quão importante é o estreitamento da relação campo-cidade para o futuro? (Preservação de saberes do campo, conscientização ambiental, informação sobre a origem do alimento, etc) \*

Mark only one oval.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
De pouca importância	<input type="radio"/>	De importância vital									

35. Na sua opinião, o que deverá ser feito para alimentar uma população \*em constante crescimento\* de maneira \*sustentável\*? Ou seja, simultaneamente garantindo a segurança alimentar, a saúde das pessoas e a preservação do planeta. \*

Check all that apply.

- Fomentar a produção local e sustentável, criar regiões autossuficientes
- Fomentar a agricultura convencional e mercados de longas distâncias
- Investir em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos (ex. carne vegetal)
- Mudança de hábitos alimentares (+ plantas e - derivados de animais)

Other:  \_\_\_\_\_

### Anexo 3 – Fotos das Visitas

“Meu Quintal Orgânicos”, Cordeirópolis, São Paulo, Brasil.



“Espaço Copaíba”, Limeira, São Paulo, Brasil.



“Nossa Horta Orgânica”, Americana, São Paulo, Brasil.

